

ALINE VICENTE CAVANUS

**Processo de luta por terra e direito à cidade: a atuação dos movimentos sociais em
Florianópolis-SC**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto da Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Tomas Antonio Moreira

São Carlos

2021

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC377p Cavanus, Aline Vicente
Processo de luta por terra e direito à cidade: a
atuação dos movimentos sociais em Florianópolis-SC /
Aline Vicente Cavanus; orientador Tomás Antonio
Moreira. -- São Carlos, 2021.
165 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2021.

1. Produção do espaço. 2. Luta pela terra. 3.
Participação popular. 4. Movimentos sociais. 5.
Direito à cidade. I. Moreira, Tomás Antonio, orient.
II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Branda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Aline Vicente Cavanus**





Título da dissertação: **“Processo de luta por terra e direito à cidade: a atuação dos movimentos sociais em Florianópolis-SC”**

Data da defesa: **07/05/2021**

Orientador: Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira

Comissão Julgadora:

Resultado:

 _____ Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira (IAU/USP)	Não votante
p/  _____ Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (IAU/USP)	APROVADA
p/  _____ Profa. Dra. Maria Inês Sugai (UFSC)	APROVADA
p/  _____ Profa. Dra. Laila Nazem Mourad (UCSAL)	APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro concedido através do processo nº 2018/19089-5.

Ao meu orientador, Tomás Antonio Moreira, pelos diálogos, paciência e solicitude e aos meus colegas do grupo de pesquisa YBY, onde compartilhamos estudos e aprendizados, além do apoio e parceria. Também às trabalhadoras da secretaria e técnicos do STI, especialmente Mara, Flávia e Ana Paula, sempre disponíveis para tirar dúvidas e resolver questões técnicas e burocráticas. Às professoras Maria Inês Sugai, Cibele Saliba Rizek e Laila Nazem Mourad pelos debates na qualificação e na defesa final da dissertação, trazendo novas inquietações e discussões para a pesquisa.

Aos integrantes da Comuna Amarildo e do Instituto Arco-íris, pela receptividade, disponibilidade e atenção. Aprendi e sigo aprendendo muito com vocês. Aos professores Lino Peres e Paulo Rizzo, sempre tão presentes no período de graduação e ainda referências no mestrado. Ao Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA), por ser um espaço dentro da universidade de contato com a cidade e com os movimentos sociais e por meio do qual desenvolvi projetos de extensão, como o XVIII Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU) em 2014 e o Instituto Arco-íris, que foram também uma referência para esta dissertação, assim como ao Movimento por uma Universidade Popular (MUP), por sempre pautar que a produção de conhecimento deve estar alinhada à emancipação humana.

À minha família, em especial a minha mãe e a minha avó, por sempre incentivarem e acreditarem em mim. Ao meu pai, que mesmo não mais aqui, me impulsionou a me arriscar, a ser curiosa e a questionar. Ao Tomás Carrera Massabki, pela parceria na vida e apoio nesse percurso. Por todas as conversas e leituras compartilhadas, todo o carinho e dedicação, sempre tão presente e disposto a ajudar. Também aos amigos da pós, da casa, da militância, os novos em São Carlos, assim como os de Florianópolis... pelas conversas, os momentos de carinho, as alegrias e caminhos compartilhados, os incentivos, as forças, as trocas... nada na vida a gente faz sozinho e vejo um pouquinho de cada um que compartilhou essa caminhada comigo nesse trabalho. Sigamos construindo um novo mundo!

“A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído – as lutas contra o proprietário de terra ou contra a renovação urbana – disfarça uma essência oculta que é, nada mais nada menos, que a luta entre o capital e o trabalho” (HARVEY, 1982, p. 29).

RESUMO

CAVANUS, Aline Vicente. **Processo de luta por terra e direito à cidade**: a atuação dos movimentos sociais em Florianópolis-SC. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

A presente dissertação parte da compreensão que a participação popular é uma conquista dos movimentos sociais na nossa legislação, apesar de ainda não ter se tornado uma realidade de fato na produção das cidades brasileiras. As disputas meramente institucionais têm mostrado seus limites e os movimentos sociais têm buscado alternativas na construção de um urbanismo de baixo para cima: as ocupações rurais e urbanas têm se mostrado um exemplo prático disso, nas quais, através de uma organização própria, a população cobra os seus direitos e conquista seu espaço. O processo de produção de nossas cidades não tem sido democrático, pois a população em geral não possui as ferramentas necessárias para ser sujeito nesse processo. A partir dessa perspectiva, este projeto de pesquisa objetiva compreender como a participação direta e a luta por direitos e moradia podem colaborar para uma transformação socioespacial e que papel técnicos e movimentos sociais podem desempenhar na construção de uma sociedade mais justa e participativa, relacionando os nexos entre participação popular, ocupações urbanas e direito à cidade na produção do espaço urbano. Para tal, será usada a metodologia de estudo de casos múltiplos, os quais, no presente trabalho, se apoiarão no processo de luta por terra e direitos em Florianópolis – SC promovido pelos movimentos sociais de resistência e suas ações na produção do espaço. Essa pesquisa se preocupa em discutir as possibilidades de contribuição dos movimentos sociais para a construção do espaço urbano e as possibilidades de ampliação de uma participação qualitativa dentro das cidades brasileiras na contemporaneidade, entendendo o período de 2001 a 2017 como marcantes para a cidade de Florianópolis, pois 2001 é o ano em que se aprova estatuto da cidade e 2017 é o ano em que, após as disputas em torno das emendas e do novo plano diretor da cidade, ele é de fato efetivado por completo.

Palavras-chave: Produção do espaço. Luta pela terra. Participação popular. Movimentos sociais. Direito à cidade.

ABSTRACT

CAVANUS, Aline Vicente. **Struggle for land process and the right to the city: social movements actions in Florianópolis-SC.** 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

This thesis starts from the understanding that popular participation is an achievement of social movements in our legislation, but it has not yet become a reality in the production of Brazilian cities. The merely institutional disputes have shown their limits, and social movements have sought alternatives in the construction of a bottom-up urbanism: rural and urban occupations have shown themselves to be a practical example of this, where through their own organization the population charges their rights and conquers their space. The production process of the cities has not been democratic, since the population in general does not have the necessary tools to be subject in this process. From this perspective, this research project aims to understand how direct participation and the struggle for rights and housing can contribute to a socio-spatial transformation and what role technicians and social movements can play in building a more just and participatory society, related to the nexus between popular participation, urban occupations and the right to the city in the production of urban space. For this the multi-case study methodology will be used. The case studies will be based on the process of struggle for land and rights in Florianópolis – SC promoted by the social movements of resistance and its actions in the production of space. This research is concerned with discussing the possibilities of the contribution of social movements to the construction of urban space and the possibilities of expanding a qualitative participation within Brazilian cities in the contemporary world, understanding the period from 2001 to 2017 as important for the city of Florianópolis, since 2001 is the year in which the City Statute is approved and 2017 is the year in which, after the disputes over the amendments and the city's new master plan, it is actually fully implemented.

Keywords: Production of space. Struggle for land. Popular participation. Social movements. Right to the city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização de Florianópolis e Região Metropolitana.....	23
Figura 2: Aterros e túneis no Distrito Sede de Florianópolis.....	24
Figura 3: Altimetria e lagoas de Florianópolis.....	25
Figura 4: Participação de setores na economia.....	26
Figura 5: Início do povoamento de Florianópolis: planta topográfica da cidade do Desterro de 1876.....	28
Figura 6: Localização de freguesias e colônias do século XIX.....	29
Figura 7: Principais rodovias da Região Metropolitana de Florianópolis.....	32
Figura 8: Localização das áreas com população de interesse social segundo dados do PMHIS	33
Figura 9: Linha do tempo das gestões da prefeitura de Florianópolis após a redemocratização	37
Figura 10: Região Metropolitana de Florianópolis e sua Área conurbada.....	39
Figura 11: Linha do tempo do processo do plano diretor participativo em Florianópolis.....	43
Figura 12: Localização do Núcleos Distritais do Plano Diretor Participativo de Florianópolis	44
Figura 13: Localização dos assentamentos precários na área conurbada de Florianópolis.....	72
Figura 14: Áreas de Interesse Social no Centro e Continente de Florianópolis – SC.....	73
Figura 15: Mapa georreferenciado e colaborativo, composto por dados das comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental nos municípios da Área Conurbada de Florianópolis – ACF (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu).....	74
Figura 16: Linha do tempo das ocupações na grande Florianópolis.....	75
Figura 17: Localização das ocupações dos anos 90.....	76
Figura 18: Localização das comunidades que se organizaram a partir das lutas contra o despejo.....	79
Figura 19: Ocupações dos anos 2010.....	80
Figura 20: Ocupações de caráter cultural.....	83
Figura 21: Localização das ocupações na Região Metropolitana de Florianópolis de 1990-2017.....	84
Figura 22: Terreno ocupado às margens da SC 401.....	89
Figura 23: Localização da ocupação Amarildo de Souza.....	89
Figura 24: Preço de venda de imóveis em reais por metro quadrado no Brasil dez/2020.....	90

Figura 25: Concentração populacional por extremos de renda - 2010.....	91
Figura 26: Índice FipeZap de venda residencial de dezembro de 2020 para Florianópolis-SC	92
Figura 27: Comparativo de preço médio (R\$/m ²) de venda residencial no mês de dezembro em Florianópolis-SC	92
Figura 28: Manifestação dos Amarildos na Avenida Beira Mar Norte, no Centro de Florianópolis.....	94
Figura 29: Alterações de microzoneamento em Ratoles – PDP 2013-2014.....	96
Figura 30: Microzoneamento do Distrito de Ratoles na minuta de 2013.....	99
Figura 31: Microzoneamento do distrito de Ratoles na minuta de 2014.....	100
Figura 32: Localização da Ocupação Amarelido e mudanças no microzoneamento do distrito de Ratoles nas minutas do Plano Diretor de 2013 e 2014.....	101
Figura 33: Mapa de localização da ocupação e seus deslocamentos subsequentes.....	104
Figura 34: Linha do tempo da ocupação.....	105
Figura 35: Assentamento em Águas Mornas após mutirão ocorrido no SeNEMAU 2014....	106
Figura 36: Mapa de localização do setor leste do centro.....	110
Figura 37: Mapa de Localização do Arco-Íris.....	111
Figura 38: Fachada do prédio onde se insere o Instituto Arco-íris.....	114
Figura 39: Mapa do entorno do Instituto Arco-íris.....	117
Figura 40: Alterações de microzoneamento entre as minutas de 2013 e 2014 do plano diretor	118
Figura 41: Microzoneamento do setor leste do centro de acordo com a minuta de 2013.....	118
Figura 42: Microzoneamento do setor leste do centro de acordo com a minuta de 2014.....	119
Figura 43: Caracterização turística da Região Metropolitana de Florianópolis.....	121
Figura 44: Rota da inovação.....	123
Figura 45: Proposta de implantação do parque e etapas.....	124
Figura 46: Entorno da área do Sapiens Parque.....	126
Figura 47: Localização dos três distritos ao norte da Ilha de Santa Catarina.....	127
Figura 48: Alterações de microzoneamento em Canasvieiras de 2013 a 2014.....	128
Figura 49: Alterações de microzoneamento em Canasvieiras de 2014 a 2019.....	130
Figura 50: Alterações de microzoneamento em Cachoeira do Bom Jesus.....	132
Figura 51: Alterações de microzoneamento em Ingleses, de 2013 a 2014.....	136
Figura 52: Localização Sapiens Parque e Sapiens Centro.....	139
Figura 53: Demarcação do Distrito Criativo proposto pelo Centro Sapiens.....	143

Figura 54: Localização Sapiens Parque e Sapiens Centro e ocupações.....	146
Figura 55: Localização do Instituto Arco-íris no Distrito Criativo do Sapiens Centro.....	147
Figura 56: Localização do norte de Florianópolis, com destaque para as praias, ocupações, comunidades e empreendimentos ligados ao setor turístico.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação na economia por setor em Florianópolis	25
Tabela 2 – Mudanças de microzoneamento em Ratonos PDP (2013-2014)	90
Tabela 3– Mudanças de microzoneamento em Canasvieiras (2013-2014).....	120
Tabela 4 – Mudanças de microzoneamento em Cachoeira do Bom Jesus (2013-2014).....	123
Tabela 5 – Mudanças de microzoneamento em Ingleses (2013 – 2014).....	126

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A CIDADE NO PAPEL E NA IDEIA.....	21
2.1 Formação Social, Histórica e Espacial de Florianópolis	21
2.2 Florianópolis na construção de ideário de “cidade-empresa” e os planos diretores ..	35
3 DISPUTA E HEGEMONIA NA CIDADE.....	46
3.1 Direito à cidade e processo de participação	46
3.1.1 Da participação ao direito à cidade.....	52
3.2 Os diferentes movimentos sociais e a tática de ocupação	55
3.2.1 A questão da moradia e os movimentos sociais no Brasil	59
3.2.2 As táticas dos movimentos sociais.....	63
3.3 Ocupações em Florianópolis	66
3.3.1 Experiências de luta por moradia nos anos 1990.....	70
3.3.2 O “entre ciclos” das ocupações: os anos 2000 e as lutas contra o despejo	73
3.3.3 Ciclo de ocupações por moradia organizadas nos anos 2010	74
3.3.4 Ocupações de caráter cultural	77
4 DISPUTA DA CIDADE (CIDADE EM DISPUTA).....	80
4.1 Apontamentos sobre a metodologia	80
4.2 Amarildo.....	82
4.3 Arco-íris.....	102
4.4 O projeto Sapiens Parque: neoliberalização urbana e o projeto hegemônico de cidade.....	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICE	157

1 INTRODUÇÃO

A cidade é um espaço de conflitos e sua produção não se dá de forma neutra ou consensual. As disputas pelos rumos e destinos das cidades nem sempre podem estar evidentes ou ser manchete direta de jornais ou das conversas cotidianas das populações, porém, nos interesses ou ações desses diversos sujeitos que constroem o espaço, as cidades são feitas e refeitas a cada dia: seja na aprovação de leis e emendas pelo poder público, seja na construção de um grande empreendimento, como um *shopping* ou um condomínio, seja nas ações pessoais, nas mudanças de local de moradia, nos nossos deslocamentos, local de trabalho, consumo, estudo. A cidade está em movimento e é produzida cotidianamente. Nossa capacidade de influência no destino dessa cidade vai depender também da consciência desses fenômenos, suas causas, origens e compreensão dos diferentes interesses e atores nesse processo.

Existem tensões e interesses divergentes de classes e frações de classes que constroem o espaço. Entre os capitalistas, há quem queira se apropriar da renda (de forma direta ou indireta, seja pela propriedade da terra ou pelos investimentos no mercado financeiro), aqueles que procuram juros e lucros por meio do setor da construção civil e o interesse genérico do capital, que vê o espaço construído como ferramenta para a produção e acumulação de capital ou meio de escoar o capital excedente. Já entre a classe trabalhadora, o espaço é um meio para a reprodução da vida e para o consumo próprio (HARVEY, 1982). As frações do capital entendem o espaço essencialmente como local de reprodução do capital em suas mais diversas facetas, já os trabalhadores lidam com o espaço muito mais pelo seu valor de uso e como condição da própria existência. O nó dessa questão se dá não somente quando as condições de reprodução do capital são contrárias às de reprodução da vida, mas por essência.

As teorias da acumulação (MARX, 2013; LUXEMBURGO, 1970) e do imperialismo (LUXEMBURGO, 1970; LENIN, 2011) são de suma importância para a compreensão desse fenômeno. O crescimento econômico em nossa sociedade é um processo repleto de contradições internas que são expostas sob a forma de crises (HARVEY, 2005), que dentro do capitalismo, tem suas contradições, sendo ela parte constituinte desse sistema. O processo de acumulação necessita da formação de um exército de reserva para abaixar os preços dos salários, de meios de produção para serem usados no processo de produção de mercadorias e de mercado para absorvê-las. Como esses pressupostos impactam na produção das cidades? A cidade que temos hoje é construída com base no *sistema* que vivemos. Para se reproduzir, esse sistema utiliza e molda a cidade segundo as suas necessidades. Deste modo, as crises do sistema capitalista são inerentes ao seu modo de produção e a cidade um meio para a sua reprodução. Essas crises periódicas têm o papel de expandir o processo de acumulação e Harvey (2005)

evidencia que a expansão geográfica está entre as formas de expansão do capital, tendo o espaço um papel central no processo de acumulação. Assim, a organização espacial e a expansão geográfica são centrais para o processo de acumulação: quanto mais difícil é a intensificação da exploração mais importante é a expansão para o capitalismo (HARVEY, 2005).

Outro elemento essencial é a integração espacial e a anulação do espaço pelo tempo. A circulação é tanto o movimento físico de mercadorias da produção para o consumo quanto o custo ligado ao tempo e mediações para que a mercadoria encontre seu usuário final. (HARVEY, 2005) A indústria do transporte e comunicação é fundamental na produção de valor e o produto só está realmente acabado quando está no mercado: “o ato de trazer o produto ao mercado, pertence ao processo de produção. O produto está realmente acabado apenas quando está no mercado” (MARX apud HARVEY, 2005, p 47). A acumulação necessita da superação de barreiras espaciais, e, com a criação de condições físicas para a troca, a redução do tempo de circulação aumenta a produção de excedente e intensifica o processo de acumulação. A anulação do espaço pelo tempo, então, está relacionada com o comércio de longas distâncias, tanto nas suas condições materiais, de infraestrutura, quanto no sistema de crédito. Este, por sua vez, é o que possibilita à expansão geográfica do mercado anular o espaço pelo tempo. Minimizar o custo de circulação e o tempo de giro é mais uma das necessidades do capital, assim a aglomeração de produção está relacionada com a lógica desse sistema. A concentração de pessoas e de capitais é também uma tendência capitalista (HARVEY 2005). Assim, a produção do espaço se mostra intimamente conectada com a necessidade de reprodução do capital. Por esse motivo é essencial entender o funcionamento do sistema capitalista para entender o processo de produção da cidade.

Com a aglomeração e concentração, surge também uma especialização e divisão territorial do trabalho. As tensões entre centro e periferia são também reflexos das tensões entre concentração e expansão (HARVEY, 2005).

Historicamente, o modo de produção capitalista passou por transformações, saindo de um período de livre concorrência para um período de formação de monopólios e exportação de capitais, esse segundo período é o chamado imperialismo e surge como um estágio avançado do capitalismo. Segundo Lenin (2011), as características do capitalismo nesse período envolvem a concentração de capital que desenvolve monopólios, a fusão entre capital bancário e industrial, criando uma oligarquia financeira, a exportação de capitais, a formação de associações internacionais monopolistas e a partilha internacional do mundo entre as potências financeiras (LENIN, 2011). O papel do Estado é crucial: ele não é algo exterior à sociedade, ele é produto de uma determinada fase do desenvolvimento social. Compreendendo que na

sociedade existem antagonismos inconciliáveis, o Estado cumpre o papel de ser uma força capaz de atenuar esses conflitos enquanto órgão de dominação de classe (LENIN, 2017).

O capitalismo do final do século XX passou por transformações de forte impacto na produção das cidades, abarcando os debates de cidade global e o processo de financeirização. O que diferencia as cidades do século XXI das cidades do século XX ou de outras formas produtivas? A produção da cidade e o projeto de cidade tem se alterado com o passar do tempo? Para entender essas transformações, é importante ter consciência do processo que nos trouxe até a configuração atual. Diferentes autores se debruçaram nesse estudo nos últimos anos, tendo divergências teóricas ou metodológicas, mas buscando entender as particularidades do capitalismo atual. Não cabe nesse estudo uma descrição minuciosa desse tema, mas ele tem relevância pela sua compreensão e impacto na produção do espaço e na formação das cidades contemporâneas.¹

Segundo Harvey (1994, p 117), há uma transição no regime de acumulação, mudança essa que se estende aos comportamentos individuais e aos sistemas de reprodução do capital. A produção do espaço na cidade capitalista é contraditória, marcada pela apropriação privada de uma produção social (ALVAREZ, 2015, p. 66), contudo, o capitalismo se transformou ao longo do tempo: há uma transição de um modelo fordista-keynesiano para um modelo de acumulação flexível. David Harvey (1994, p. 119) aponta que o período fordista-keynesiano se iniciou no pós-guerra, e teve sua duração entre os anos de 1945 e 1973. Esse período foi marcado por uma sociedade racionalizada e populista, por novos métodos de gestão e organização do trabalho, assim como forte intervenção do Estado e ampliação do consumo.

Há uma inflexão no capitalismo global pós 1930 e pós anos 80. O projeto político global pós 1930 tem a democracia como um direito privado, levado a cabo por oligarquias internacionais, por meio das quais a mobilização social é enfraquecida com a nova dinâmica da concorrência: o modelo de gestão é a empresa, para a vida pessoal e pública, da rotina individual à política de Estado, o desemprego e a precariedade são a regra, com as crescentes reformas e retiradas de direitos. “A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9) e os processos de desarticulação dos sindicatos e de atuação política como um todo diminuem cada vez mais a resistência da população frente a esse quadro. Nesse cenário, temos marcos importantes; essas políticas se intensificam pós décadas de 70 e 80 e tem na crise de 2008 um ápice da demonstração de

¹ Para uma melhor compreensão desse fenômeno, ver obras como (CHESNAIS, 2005); (DARDOT & LAVAL, 2016); (HARVEY, 1994); (VIRGÍNIA FONTES, 2008; 2010).

capacidade desse sistema se regenerar (DARDOT; LAVAL, 2016).

O agente social desse contexto é o empreendedor, e a economia de mercado deveria estimular o empreendedorismo como motor da sociedade através da competição. Esse empreendedor está em busca de oportunidades de lucro e usa do seu conhecimento sobre o mercado para conquistá-lo. Porém, o mercado forma o sujeito não só na dimensão econômica: a gestão empresarial vira norma, a inovação, o princípio e as cidades também seguem esse padrão.

A gestão da cidade aparece no debate entre arquitetura, urbanismo, paisagem e economia, que se entrelaçam de diferentes formas ao longo da história humana. Na história recente da sociedade capitalista, essas mudanças são ainda mais velozes, devido à necessidade do capital de constantemente se revolucionar para superar suas crises (HARVEY, 2005). No Brasil, esse processo assume também as suas particularidades. A interpretação da realidade brasileira não é feita de consensos e diferentes autores se debruçaram sobre grandes debates, como o do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento².

No capitalismo brasileiro, é de interesse da burguesia a preservação da dependência, pois ela se beneficia desse processo, sendo este integrante do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho (SAMPAIO JR, 2001). Para compreender a temática da luta de classes no Brasil no tecido urbano, é necessário entender a presença do Estado e seu caráter nos conflitos de classe: a burguesia nativa brasileira é associada ao imperialismo internacional, isso se expressa na produção do espaço brasileiro, marcado pelo atraso, pela ausência de uma reforma agrária e de uma reforma urbana (OLIVEIRA, 1977). Além disso, é fundamental a compreensão de que “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade dos contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia.” e que “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo” (OLIVEIRA, 2013, p 32). Pois:

na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação

²As questões da América Latina e do Brasil, e especificamente sobre a teoria do subdesenvolvimento e da dependência, foram fortemente debatidas no Brasil. Esse debate se deu, principalmente, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado na década de 1950 no Rio de Janeiro, com autores como Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel, e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), criada ao fim da década de 1940 e com sede em Santiago do Chile, com autores como Celso Furtado e Maria Conceição Tavares; outro autor de grande contribuição para a realidade brasileira nesse período foi Caio Prado Jr. Os debates feitos pelo ISEB e CEPAL foram criticados por diferentes abordagens na Universidade de São Paulo (USP), com autores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni ou Fernando Henrique Cardoso, e na Universidade de Brasília (UnB), no início da década de 1960, com a teoria marxista da dependência e autores como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Diferentes autores trataram desse debate, tendo diálogos entre eles e diferentes críticas aos trabalhos. Para uma melhor compreensão desse tema ver (FERNANDES, 2006); (MARINI, 2017); (TAVARES, 1986)

primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica (OLIVEIRA, 2013, p 33).

As particularidades brasileiras, como a dívida com uma reforma agrária e urbana de fato, assim como muitos dos problemas de urbanização e da concentração de renda, passam por essas características do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da relação entre rural e urbano no processo de acumulação brasileiro, pois “por trás dessa aparente dualidade existe uma integração dialética” (OLIVEIRA, 2013, p 47).

Especificamente sobre a reforma urbana, o debate no Brasil ganha fôlego nos anos 1980, com uma articulação nacional de movimentos sociais em busca da criação de direitos, validando a ideia de uma reforma estrutural no cenário urbano brasileiro. Esses movimentos sociais assumiram a responsabilidade de elaborar uma proposta de lei, que seria incorporada na Constituição Federal de 1988, tendo como principais objetivos o debate sobre a propriedade imobiliária urbana, a política habitacional, os transportes e serviços públicos e a gestão democrática da cidade (MARICATO, 1999).

Esses objetivos abarcavam pontos centrais para uma maior democratização da cidade, desde a questão urbana, habitacional, mobilidade urbana e gestão, sendo a questão da gestão democrática da cidade transversal a todos esses aspectos e um dos grandes nós do planejamento urbano em nossa atualidade. Dentro desse contexto, surge o desafio de garantir uma participação de fato: que instrumentos temos para isso, quais seus limites e possibilidades e que atuação é necessária para além das determinantes legais já colocadas?

A falta de espaço na institucionalidade para as reformas básicas da sociedade brasileira reforçara a articulação de movimentos populares de luta por terra, moradia e direitos, e explicitam a dinâmica brasileira da produção do espaço. Os movimentos populares, então, se articularam e lutaram por dentro e por fora da ordem: seja nas ações diretas, como nas ocupações de terra e moradia, ou nas disputas legais e institucionais, como a Constituição de 1988, inserindo o debate sobre a função social da propriedade, e no Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 (BRASIL, 2001).

Após a aprovação da Constituição de 1988, o movimento de luta pela reforma urbana continuou articulado, mesmo que muitas vezes priorizando formas institucionais de luta. Com importante participação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, aprovou-se em 2001 o Estatuto da Cidade. Ele indica algumas formas de democratização do acesso à terra urbana e de participação da população, mas, ainda assim, esta legislação deixa brechas para que o setor imobiliário não seja de fato afetado. Alguns dos instrumentos que poderiam contribuir com a democratização das cidades não estão sendo aplicados, como o caso da sobretaxação das

grandes propriedades privadas (IPTU progressivo) e a política de desapropriação (por “finalidade social”), justamente por mexerem com a propriedade privada (ARANTES, 2014).

Além dos instrumentos presentes no Estatuto da Cidade que beneficiam as rendas mais baixas não serem utilizados, os bairros de baixa renda, muitas vezes, se encontram em locais mais afastados e com condições precárias de mobilidade urbana. Na produção das cidades, vemos a predominância de obras de infraestrutura que privilegiam o transporte individual e a expansão do mercado em detrimento da mobilidade urbana, a prioridade para políticas de desoneração de automóveis e subsídios ao transporte individual ao invés do coletivo, além do pouco investimento no transporte público, o que gera também um crescimento do número de automóveis (MARICATO, 2013).

Nesse cenário – de uma cidade produzida para o capital –, a articulação dessas lutas teve influência também na criação de políticas e instituições relacionadas à democratização das cidades e acesso a direitos, como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004), as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007), os programas como o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Luz para Todos. Contudo, na contramão das demandas dos movimentos sociais, é criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV, 2009), que abordava a demanda legítima por infraestrutura em conjunção com as demandas do mercado, sendo um processo repleto de contradições (MARICATO, 2014; ROLNIK, 2015).

Assim:

Se por um lado, ao longo dos anos 80 e 90 os movimentos sociais e populares conseguiram pautar o processo de redemocratização com questões pertinentes à construção de um Estado de direitos – onde o acesso à terra e sua função social tem um papel central –, por outro lado o projeto neoliberal de política urbana e a integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como a foma através da qual o jogo político-eleitoral no país foi sendo estruturado no período, pautaram igualmente os rumos da política urbana no país, marcando esse processo de forma ambígua e contraditória (ROLNIK, 2012, p. 89).

Os avanços nas lutas por direitos seguem a duras penas no Brasil contemporâneo e sempre lado a lado com os avanços do capital, nas suas novas e revolucionadas formas de exploração. Conquistas, que parecem garantidas num determinado momento, mostram-se frágeis às mudanças de governo e ataques aos direitos sociais. O espaço urbano reflete, assim, as contradições do capitalismo: ainda que tenha passado por diferentes tipos de reformas em cada lugar, ele espelha os dissensos de classe contidos em nossa sociedade. Um dos elementos que afirma a sociedade de classe em que vivemos é a segregação espacial, na qual os bairros

operários e favelas tem condições de reprodução da vida desiguais dos bairros de alta renda, beneficiados pelos investimentos públicos (VILLAÇA, 1998).

Movidos pelas necessidades de sua reprodução da vida social, aqueles que se encontram segregados espacialmente acabam, muitas vezes, por disputar a produção do espaço urbano por vias não-institucionais. As ocupações urbanas são um exemplo dessa ação e buscam romper com a lógica da segregação espacial, dando função social a vazios urbanos, como terrenos ou prédios abandonados em áreas centrais e próximas aos trabalhos e serviços.

Em Lefebvre (2019) encontramos um conceito de *habitar* que incluía o ocupar, construir e se apropriar do espaço, superando a simplicidade do conceito de *habitat*, que é a redução do conceito anterior a apenas a referência ao abrigo físico. A participação é, assim, um elemento essencial para o direito à cidade e uma forma efetiva para transformação da cidade. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2011, p. 116). O direito à cidade não é apenas um direito de visita, como abordado também por David Harvey a partir da leitura de Henri Lefebvre, mas um direito à vida urbana. A liberdade à cidade é mais do que o simples acesso ao que já existe, mas o direito de transformação dessa cidade (HARVEY, 2013). Na cidade, tem ocorrido um processo de aguçamento dos conflitos e das desigualdades sociais, além de um crescimento acelerado. O processo de produção do espaço sofre da falta de democratização e as ocupações são um território de disputa. Os movimentos populares têm buscado outras alternativas de luta por direitos, como as ocupações urbanas.

Dentro desse contexto e dessa realidade social, surge a problemática da situação da organização popular no Brasil e sua relevância para os processos de planejamento urbano participativo: como se organiza e se mobiliza o movimento popular nas lutas urbanas por terra, moradia e direito à cidade? Que impacto esse desenvolvimento de organização causa no planejamento urbano da cidade? Como essas iniciativas podem contribuir para uma participação popular de fato? Que papel os técnicos podem desenvolver nesse processo?

A realidade é ampla e diversa, e diferentes experiências de movimentos populares mostram suas possibilidades de atuação, de norte a sul do Brasil, com exemplos mais famosos, como o Ocupe Estelita (PE) ou Vila Autódromo (RJ). Em Florianópolis-SC, os movimentos sociais também disputam e produzem o espaço. Como esse processo específico se desenvolve?

Desde a década de 1970, Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu têm passado por um processo de conurbação, que se consolida nos anos 2000. Essa conurbação se expressa na dependência socioeconômica entre os municípios, além de repercussões socioespaciais, como

a fusão do tecido urbano. Os quatro municípios podem ser vistos como um “espaço intraurbano” (SUGAI, 2015, p. 29). Com a dinâmica do novo papel de competição entre as cidades, na qual a gestão das cidades é assemelhada à gestão de empresas, Florianópolis foi propagandeada como uma cidade da “qualidade de vida” e desenvolvimento sustentável (SUGAI, 2015). Assim, a perspectiva de negócios e turismo, enfoque dos investimentos na cidade, ignorou os problemas latentes de falta de habitação e habitação precária na Grande Florianópolis, tentando ocultar essas contradições enquanto propagandeava seu suposto desenvolvimento.

Nesse sentido, a segunda seção do presente trabalho, “A cidade no papel e na ideia”, tem o intuito de, num primeiro momento, compreender a realidade de Florianópolis e de disputa por terra e conflitos, entendendo o processo de planejamento e de construção da cidade. Ademais, faz-se um quadro geral da questão da terra na formação da cidade, compreendendo os diferentes atores e a inserção deles nos processos de planejamento urbano, além da análise dos espaços oficiais de participação em Florianópolis-SC e seu histórico. Aqui cabe ressaltar a falta de referências bibliográficas sobre a atualidade, principalmente no processo do plano diretor após o ano de 2014. Esse capítulo é subdividido em dois tópicos: 2.1 Formação Social, Histórica e Espacial de Florianópolis – O desenvolvimento da cidade; 2.2 Florianópolis na construção de ideário de “cidade-empresa” e os planos diretores. A terceira seção, “Disputa e Hegemonia na Cidade”, busca entender as experiências de disputa pela terra e direitos em Florianópolis-SC no período mais recente, fazendo um quadro geral das experiências de luta pela terra, com um breve histórico delas no país e, mais especificamente, em Florianópolis. Ele é dividido em três eixos: 3.1 Direito à cidade e processo de participação; 3.2 Os diferentes movimentos sociais e a tática de ocupação e 3.3 Ocupações em Florianópolis.

A quarta seção objetiva compreender a dinâmica de organização dos estudos de caso selecionados: suas origens, composição, forma de organização interna, relação com a cidade e contexto em que estão inseridos. Por ser um fenômeno contemporâneo, a necessidade do estudo de caso e pesquisa de campo é central: a partir do campo e das entrevistas há subsídio para a compreensão mais aprofundada do fenômeno. Esse item é subdividido em três eixos: 4.2 A comuna Amarildo; 4.3 O instituto Arco-íris e 4.4 O projeto hegemônico: Sapiens Parque e Centro Sapiens. A escolha desses três estudos de caso se deu na perspectiva de entender a construção de um projeto dos movimentos sociais em contraposição ao projeto hegemônico de cidade, seja no Plano Diretor Participativo de Florianópolis, ou no Projeto Sapiens.

Nas considerações finais, há uma síntese do papel dos diferentes atores nesse processo: a prefeitura e os agentes públicos, os grupos privados, os arquitetos e técnicos e os movimentos sociais. O objetivo dessa seção é trazer os nexos entre os estudos de caso, entendendo os

diferentes tipos de participação, seus limites e possibilidades e suas ações na produção do espaço da cidade de Florianópolis-SC. Por fim, espera-se ter uma compreensão mais aprofundada da produção do espaço e suas disputas em Florianópolis-SC, focando no protagonismo dos movimentos sociais e nas disputas que travam na cidade.

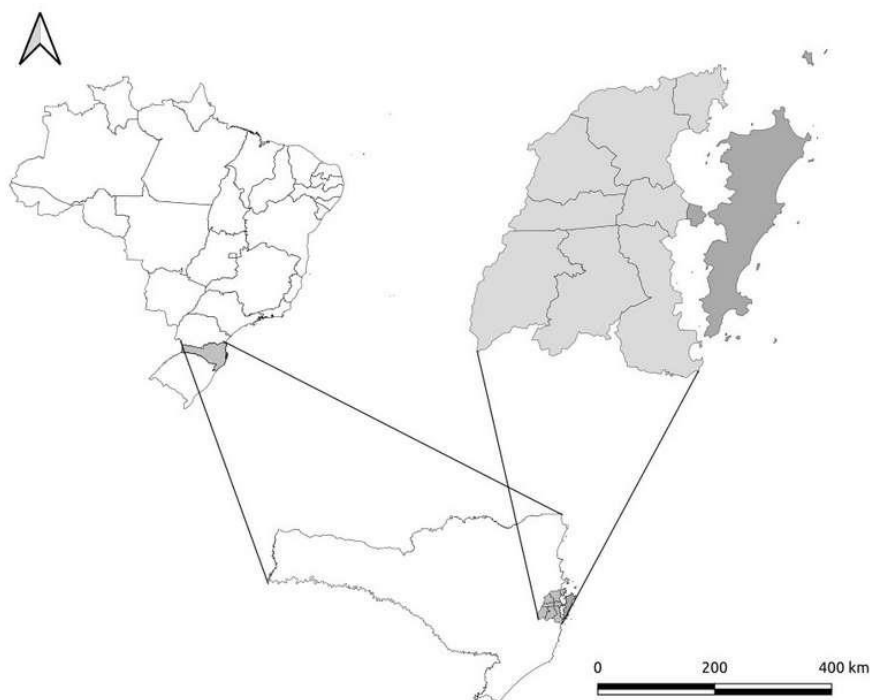
Usando a metodologia de estudo de caso, o presente trabalho objetiva analisar o processo de luta pela terra em Florianópolis-SC, promovido pelos movimentos sociais e suas ações na produção do espaço. Entendendo as experiências de disputa pela terra e direitos em Florianópolis-SC; compreendendo a dinâmica de organização dos estudos de caso selecionados: suas origens, composição, forma de organização interna, relação com a cidade e contexto em que estão inseridos; levantando o papel dos diferentes atores nesse processo: a prefeitura e os agentes públicos, os grupos privados, os arquitetos e técnicos e os movimentos sociais; e analisando os espaços oficiais de participação em Florianópolis-SC e seu histórico.

2 A CIDADE NO PAPEL E NA IDEIA

A presente seção tem como intuito trazer um debate crítico sobre a formação social da cidade de Florianópolis-SC, entendendo o seu histórico e sua inserção no ideário de “cidade-empresa”, debatendo como o plano hegemônico para a cidade, por meio dos planos e projetos oficiais, se relaciona com essas propostas. O processo de planejamento urbano recente, que culmina no Plano Diretor Participativo (PDP) de 2014, é marcado pelos caminhos e descaminhos de participação popular, assim como as ações investidas para efetivar suas propostas. Nesse sentido, a presente seção se divide em dois itens: (2.1.) Formação Histórica, Social e Espacial de Florianópolis, no qual se aborda as condicionantes físicas, históricas e sociais da cidade e (2.2.) Florianópolis na construção de ideário de “cidade-empresa” e o planejamento urbano, que debate o papel que a cidade desenvolve no período mais recente do capitalismo global e como esses elementos se desenvolveram no ordenamento urbano. Deste modo, pretende-se entender a formação da cidade oficial e como ela foi idealizada no decorrer do tempo, com foco nas ações institucionais e na disputa pela terra, fator central no desenvolvimento da cidade.

2.1 Formação Social, Histórica e Espacial de Florianópolis

Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina, possui cerca de 500.973 habitantes (IBGE, 2019a) e é o município sede da sua região metropolitana. A região metropolitana (Figura 1) de Florianópolis possui 22 municípios e cerca de 1.209.818 habitantes (IBGE, 2019b). Florianópolis tem um PIB de R\$19.512.519.360,00 reais (IBGE, 2017b) e PIB per capita de R\$40.162,60 reais (IBGE, 2017a). As particularidades físicas do território de Florianópolis são de grande relevância para entender a sua urbanização e conformação espacial.

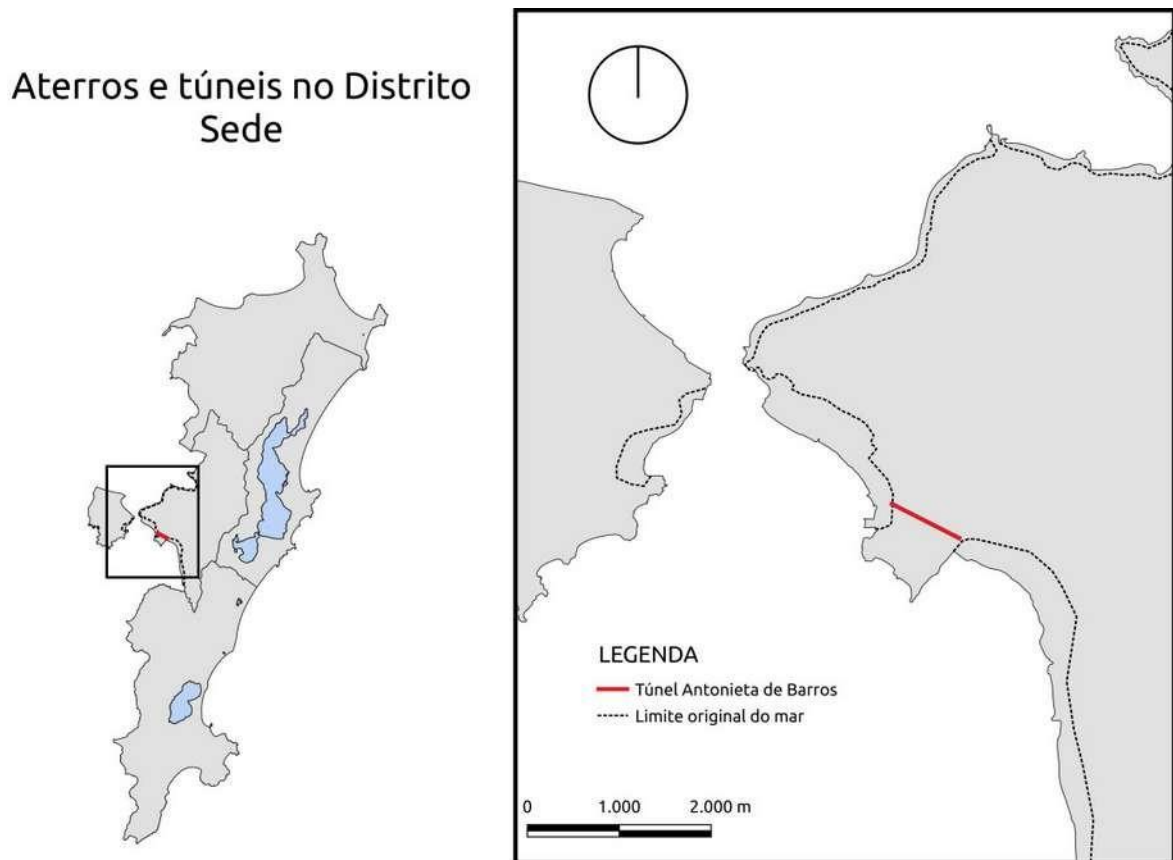
Figura 1 – Localização de Florianópolis e Região Metropolitana

Fonte: elaborado pela autora.

A cidade é conformada por uma parte continental e um arquipélago, formado por uma grande ilha continental e algumas pequenas ilhas vizinhas. Cerca de 424km² do território da cidade é insular, totalizando 97,23% da área de Florianópolis. A distância entre a ilha e o continente é de cerca de 500m, tendo três pontes de comunicação: Colombo Salles, Pedro Ivo e Hercílio Luz.³ A criação dos aterros e túneis (Figura 2) surgem também como alternativas de superação dos limitantes físico-espaciais, assim como instrumentos de valorização, como os aterros da beira-mar norte e da baía sul. Como aborda Veiga (2008, p. 69): “desterro se expandiu sobre um relevo pontuado de suaves colinas. Contornou as mais íngremes, formando alguns adensamentos nas áreas mais planas e baixas, interligadas por uma rede viária com poucas opções alternativas”.

³ A ponte Hercílio Luz foi a primeira ligação entre ilha e continente, ela foi inaugurada em 1926 e interdita em 1982 devido a problemas de segurança, passando por períodos de reformas e sendo, de fato, liberada novamente apenas em 2020. As outras duas pontes são a Ponte Colombo Salles, que foi inaugurada na década de 1970 e a ponte Pedro Ivo, construída na década de 1990.

Figura 2 – Aterros e túneis no Distrito Sede de Florianópolis

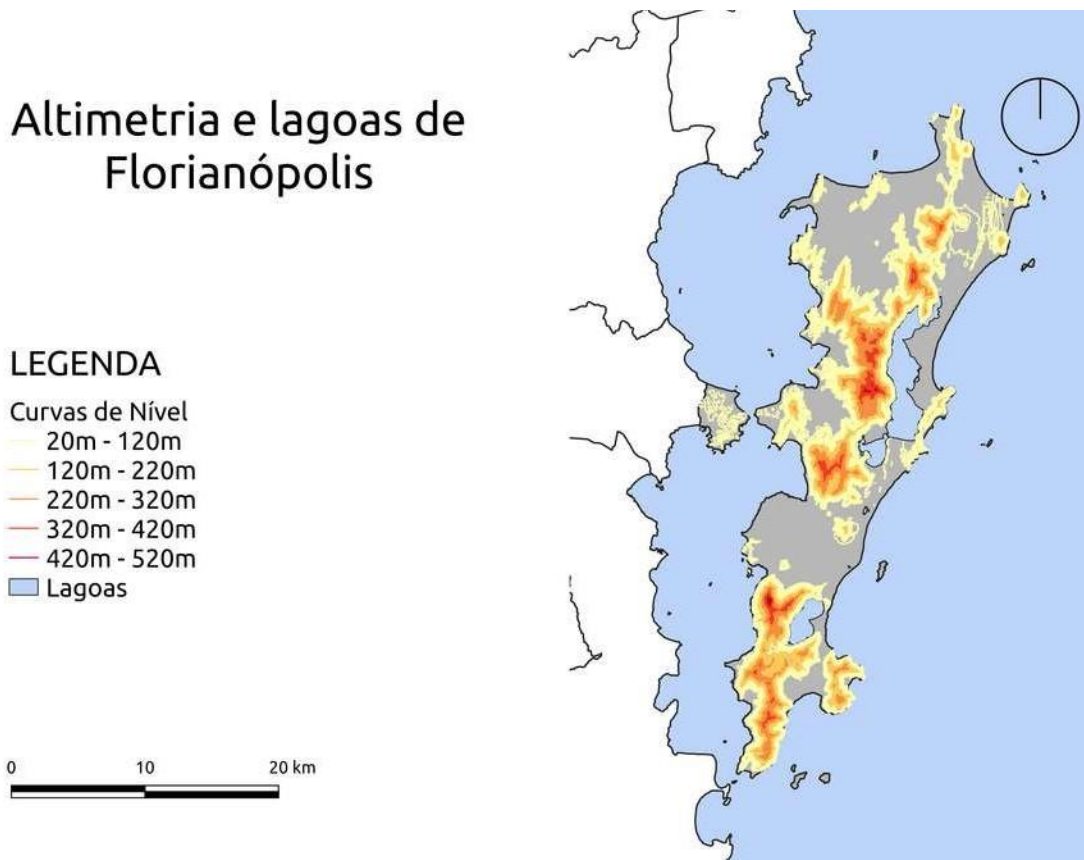


Fonte: elaborado pela autora.

A cidade possui importantes formações que contribuem para a sua conformação espacial, como o Morro da Cruz (285m), que “separa” a área central do restante da ilha, o Morro da Lagoa (493m), que delimita o caminho centro-leste da ilha e o Morro do Ribeirão (532m) no sul, sendo o ponto mais alto da ilha. Esses elementos contribuem para o relativo isolamento entre os bairros e setores da cidade.

As conformações naturais incluem cerca de 100 praias, lagoas, como a famosa Lagoa da Conceição (localizada a leste), cachoeiras, manguezais, rios, como o rio Ratoles, dunas, como as de Ingleses-Santinho-Moçambique e a da Joaquina-Campeche, tendo cerca de 42% do seu território de preservação ambiental (CECCA apud SUGAI, 2009). Essas características são também atrativos que corroboram com a chamada vocação turística da cidade e se relacionam com o processo de urbanização na medida que também limitam as áreas ocupadas, assim como as suas características. Na parte continental, são predominantes as planícies costeiras, com elevações medianas. Conforme a figura 3, podemos observar planícies na área continental, no centro insular, que é “separado” pelo Morro da Cruz, no norte, no leste e no sul da ilha. Esses setores conformam também diferentes centralidades de Florianópolis.

Figura 3 – Altimetria e lagoas de Florianópolis



Fonte: elaborado pela autora.

A economia da cidade, por sua vez, se caracteriza por uma predominância do ramo de serviços, com este representando 45,58% dos empregados, seguido por 32,37% na administração pública, 14,47% no comércio, 3,20% na construção civil, 2,21% na indústria de transformação, 2,01% nos serviços industriais de utilidade pública, 0,13% na agropecuária e 0,03% em extrativa mineral (SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA, 2012). O setor terciário apresenta grande importância na economia da cidade, com mais de 90% dos empregados (Tabela 1 e Figura 4). Cabe ressaltar que é nesse grupo que se situam aqueles que trabalham com o turismo e o com o setor de alta tecnologia, duas áreas características da economia florianopolitana. A alta participação da economia no setor de serviços impacta também na formação espacial de Florianópolis, que não teve na sua formação morfologias ligadas ao processo de industrialização.

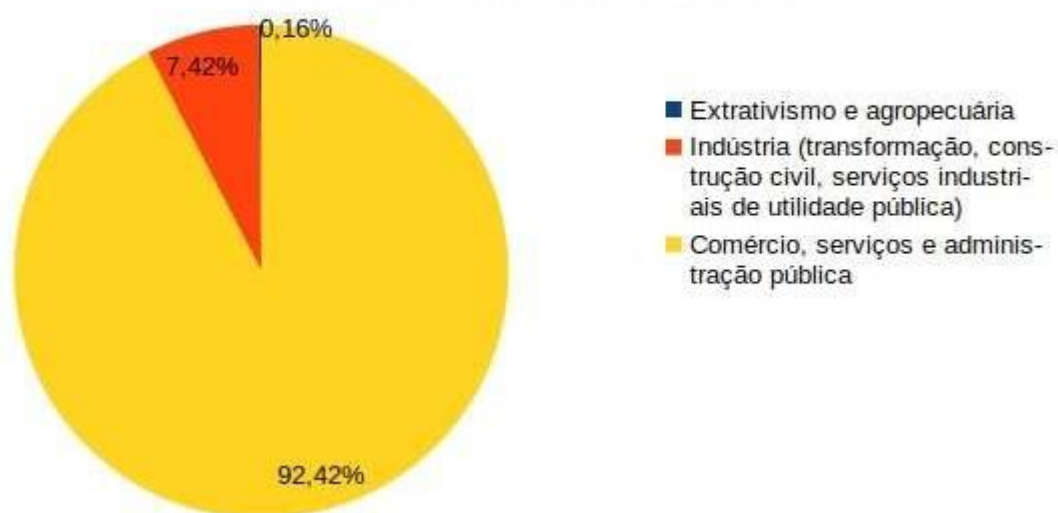
Tabela 1 – Participação na economia por setor em Florianópolis

SETOR	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Extrativismo e agropecuária	425	0,16
Indústria (transformação, construção civil, serviços industriais de utilidade pública)	19708	7,42
Comércio, serviços e administração pública	245376	92,42
Total	265509	100,00

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria do Estado da Fazenda, 2012.

Figura 4 – Participação de setores na economia
Setores da economia de Florianópolis

(dados da Secretaria Estadual da Fazenda, 2012)

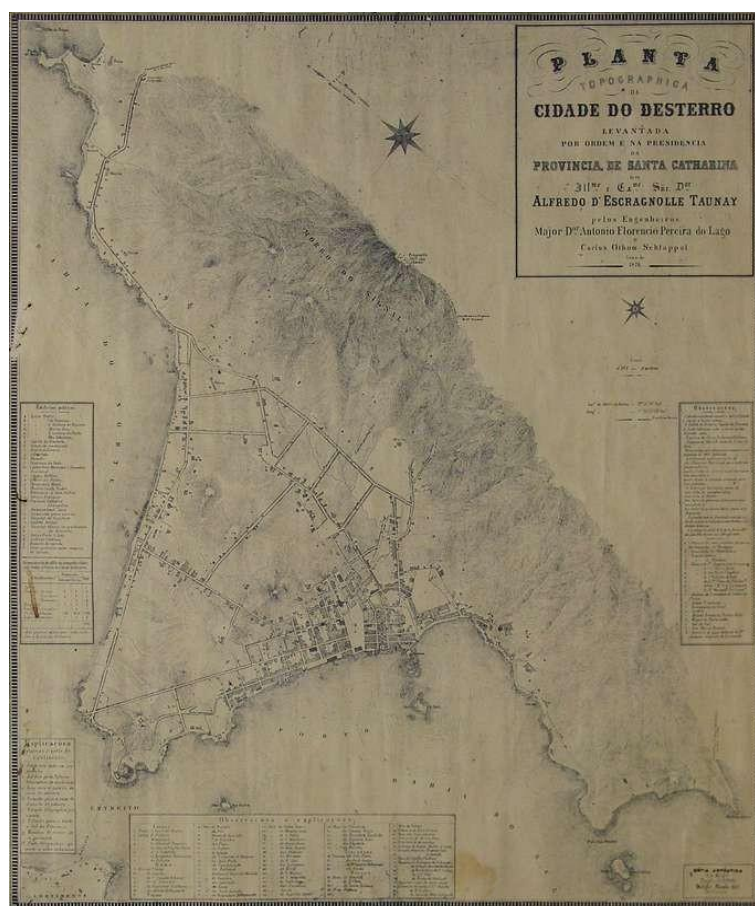


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria do Estado da Fazenda, 2012.

Em uma retrospectiva histórica quanto ao seu povoamento e organização espacial, desde o século XVI, a Ilha de Santa Catarina recebeu visitantes, principalmente portugueses e espanhóis, porém a fundação efetiva se dá a partir da viagem do bandeirante paulista Francisco Dias Velho, com a criação da então póvoa de Nossa Senhora do Desterro no século XVII. O início do povoamento ocorreu na Ilha (Figura 5), e entre os motivos estava a maior ocupação do continente pelos indígenas Carijós, a preocupação com a defesa e a busca de condições geográficas favoráveis, como a baía que facilitava a criação de um porto e a proteção dos morros. Na ilha, a presença dos povos originários pode ser verificada pela análise dos sambaquis (depósitos de conchas e sítio arqueológico), na qual “foram detectados pelo menos três povos que deixaram seu testemunho em sambaquis, que são: os itararés, pescadores da população Jé; e os carijós, agricultores de tradição” (ELLER, 2016). Os Carijós foram os que ocuparam a ilha mais densamente, eles a chamavam de *Meiembipe*, que significava “montanha ao longo do

canal”. Chegaram a ter contato com os povos europeus, principalmente com náufragos e expedições anteriores a 1600, como a do alemão Hans Staden. Nos relatos dos europeus, eles eram considerados pacíficos e hospitaleiros, no entanto migram da Ilha nesse período. Segundo as fontes principais, provavelmente por não terem mais interesse no contato com os visitantes e também por defesa: sabendo dos conflitos com os novos visitantes em outras áreas, abandonam a ilha e migram para o continente (TRINDADE, 2009; CECCA, 1997).⁴

Figura 5 – Início do povoamento de Florianópolis: planta topográfica da cidade do Desterro de 1876



Fonte: Acervo Família Beckhauser.

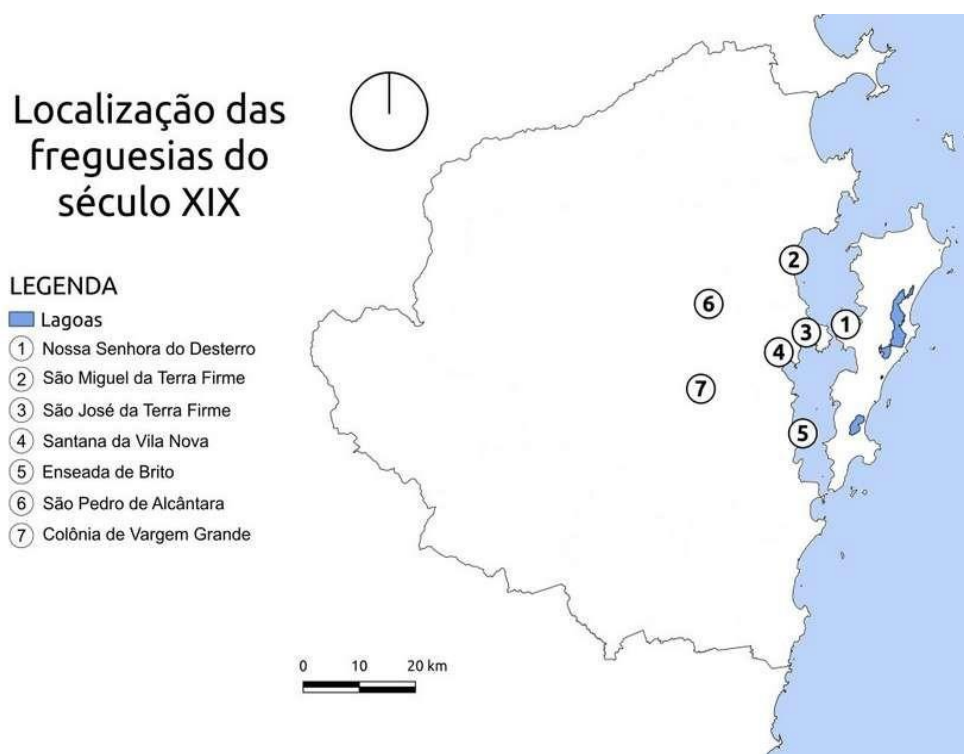
O povoado só é levado à condição de vila em 1726, sendo que a partir de 1738 são construídas as fortalezas e fortes, e a vinda de imigrantes é acentuada com os colonos açorianos e madeirenses (VEIGA, 2008). As terras que eram destinadas a esses colonos eram caracterizadas pelas pequenas testadas e estrutura longitudinal, característica que pode ser percebida até os dias atuais em muitas partes da ilha, com suas servidões (vias estreitas), tendo

⁴Essa é uma história que ainda pode ser melhor contada. As fontes que temos acesso, em sua maioria, relatam as visões e impressões dos povos de origem europeia, tendo pouco espaço na historiografia que traga a visão dos povos originários. Esses processos migratórios, marcados pela violência e expulsão, em grande parte, não foram voluntários, mas talvez a única alternativa para a sobrevivência.

uma ocupação linear e também condicionada pela topografia. Cabe ressaltar que desde o fim do século XVIII a agricultura e as armações baleeiras do litoral catarinense usaram de mão de obra escrava, tanto de povos indígenas quanto de negros, tendo registros de aquilombamentos na ilha nos bairros do Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, Rio Tavares e Rio Vermelho (NOGUEIRA, 2018, p 54).

Somente em 1823 Desterro é designada como cidade, contando, na parte continental, com alguns povoados açorianos, como as freguesias de Enseada de Brito e de Santana da Vila Nova (atual Palhoça), São José da Terra Firme (atual São José) e São Miguel da Terra Firme (atual Biguaçu) (Figura 6). Em 1829, é fundada a primeira colônia alemã de Santa Catarina, em São Pedro de Alcântara (SUGAI, 2015), de onde saem para fundar outras colônias, como a Colônia de Vargem Grande (atual Águas Mornas).

Figura 6 – Localização de freguesias e colônias do século XIX



Fonte: elaborado pela autora.

A ocupação do interior da ilha e do continente se dá gradativamente no decorrer dos anos, sendo que o processo de urbanização mais acentuada começa somente no século XX, com a estagnação da agricultura e da atividade pesqueira e a alteração socioeconômica na cidade, que era predominantemente rural até o século XIX, tendo certa atividade comercial e portuária (VEIGA, 2008). Em 1926, é inaugurada a Ponte Hercílio Luz, gerando o acesso rodoviário entre a ilha e o continente; anteriormente o acesso era feito por transporte marítimo, somente em 1944

a área que atualmente é conhecida como o bairro do Estreito (localizada na parte continental) é anexado ao município de Florianópolis (SUGAI, 2015). Esse processo histórico contribui também para a formação de diferentes núcleos relacionados às freguesias, que tinham sua conexão principalmente pelo sistema marítimo, somado às barreiras físicas do relevo ilhéu, que dificultava a integração espacial na própria cidade.

Na década de 1950, ocorre a elaboração do primeiro Plano Diretor de Florianópolis e, nos anos 1960, Santa Catarina foi dotada de órgãos como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL). Nesse período, intensas disputas políticas ocorriam entre duas figuras e famílias icônicas da política catarinense: os Ramos e os Konder-Bornhausen, por meio do Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O PSD estava no governo desde os anos 30, quando perde para a UDN, em 1950, que elege Irineu Bornhausen (SOUZA, 2010). Nesse período, também tem foco os debates sobre qual seria o principal vetor de desenvolvimento e vocação da cidade, que são divididos em três frentes: o turismo, a industrialização e a universidade. (SOUZA, 2010). A capital catarinense não possuía uma produção industrial ou uma função relevante nacionalmente que impulsionasse o seu desenvolvimento, além disso, sua origem estava relacionada a uma função militar, de defesa do território, tendo uma população dedicada à agricultura e à atividade pesqueira, além de atividades comerciais e portuárias. Florianópolis só experimenta um crescimento maior nos anos 1960/1970 (RIZZO, 1993), quando há a tentativa de mudança nesse contexto a partir da implantação de grandes instituições públicas, que potencializam o crescimento da cidade. O fato é que Florianópolis não chega a ser nem a cidade mais populosa do estado de Santa Catarina, mesmo sendo capital (SOUZA, 2010).

Diante disso, a ocupação da ilha é acelerada na década de 1960/1970, depois da inserção de instituições públicas, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (ELETROSUL), as Telecomunicações de Santa Catarina S/A (TELESC), as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Em 1976, é elaborado um novo plano diretor e, na década de 1970, três grandes obras contribuem com a expansão urbana: a Ponte Colombo Salles (de acesso entre a ilha e o continente), o aterro da Baía Sul e a Via Expressa de Contorno Norte, sendo que em 1977 cria-se o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) (PEREIRA, 2010).

Esse processo não se dá sem conflitos: as obras dos aterros, por exemplo, ocorrem com a remoção da população da orla, que é afastada para os morros e perde seu contato com o mar e o seu sustento, como a pesca do camarão, a qual é afetada devido ao impacto ambiental da

execução dos aterros (TRINDADE, 2000). As terras comunais também vão sendo expropriadas (CAMPOS, 1989) e terras públicas são privatizadas (SCHINKE, 2017), sendo um processo semelhante ao ocorrido em outras partes do país, relacionado à “acumulação primitiva”.⁵

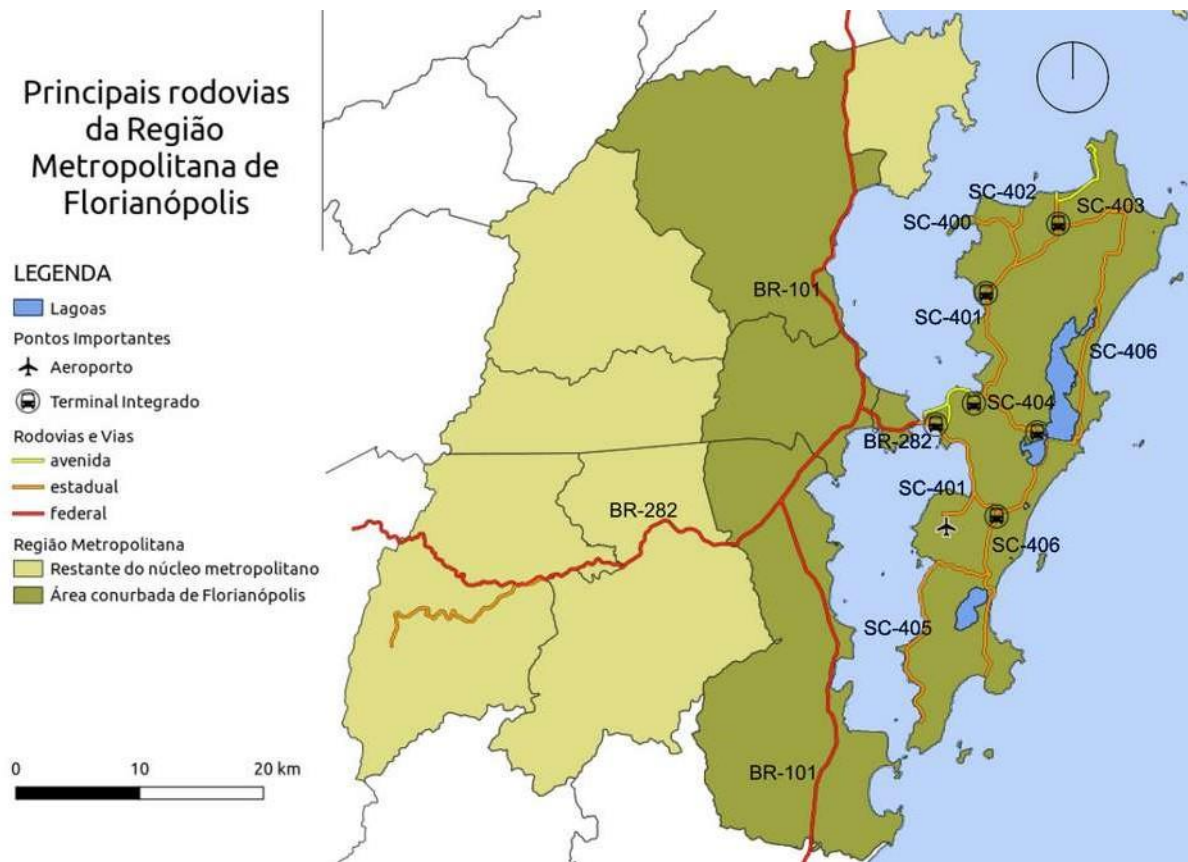
Com as novas estruturas viárias, a cidade se reorganiza: usos comerciais se expandindo nas áreas centrais, os serviços se concentrando nos principais eixos viários, os usos institucionais indo para as periferias das áreas centrais e a expansão residencial se dando em bairros mais distantes do centro e regiões balneárias. Neste período, se acentua a exploração da ocupação das praias para o turismo e a rodovia SC-401 (anteriormente chamada rodovia Virgílio Luz e então nomeada Rodovia José Carlos Daux, tendo esse nome até hoje) é reformada, atendendo à demanda de turistas no verão e fazendo a ligação entre o centro e o norte da ilha.

Outras rodovias importantes para a cidade são a BR-101, que faz a ligação norte-sul entre o estado de SC e o restante do país, e a BR-282, que liga Florianópolis ao interior do estado no sentido leste-oeste. No interior do município, existem sete rodovias estaduais, tendo mais destaque a SC-401, que faz a conexão com os balneários do norte da ilha, no sentido norte-sul, e a SC-406, no litoral leste e sentido norte-sul. Outras rodovias são a SC-402 e a SC-403 no norte da ilha, a SC-404, que faz a ligação entre Itacurubi e Lagoa da Conceição, e a SC-405 no sul da ilha. Há também a SC-400 no norte da ilha, que conecta as praias de Jurerê e Daniela (Figura 7).

A urbanização de Florianópolis se dá de forma polinucleada, com diferentes centralidades que se conformam no continente e nos diferentes balneários. Há uma ocupação territorial no entorno das principais rodovias, tanto na área continental quanto na parte insular e uma notável diferença da configuração viária entre a ilha e o continente: na parte insular, a predominância é de um sistema “espinha de peixe”, já no continente, há uma maior integração viária.

⁵No livro “O golpe da ‘Reforma Agrária’ – Fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina”, Gert Schinke faz uma pesquisa minuciosa sobre o processo de privatização de terras públicas e comunais, além da expropriação de pequenos agricultores e pescadores. Entre os anos de 1966 e 1975, 75% das concessões de terras do estado ocorreram no litoral catarinense e na Ilha de Santa Catarina. Na pesquisa, Schinke demonstra que o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), no período da ditadura militar, distribuiu terras para políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), especuladores e militares, entre outros (SCHINKE, 2017).

Figura 7 – Principais rodovias da Região Metropolitana de Florianópolis



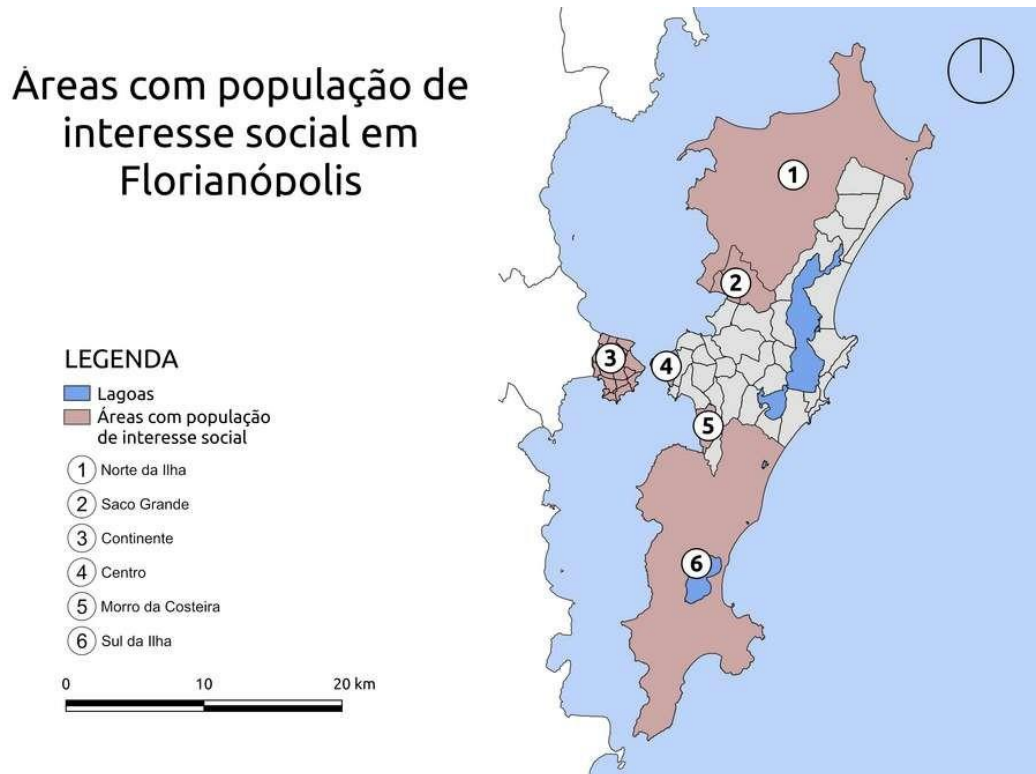
Fonte: elaborado pela autora.

A porção continental é também onde se situa a população de baixa renda da cidade, assim como o Maciço do Morro da Cruz, na parte central da ilha, e áreas de vulnerabilidade ambiental, como manguezais, encostas, restingas e dunas (SOUZA, 2010; PMHIS, 2009).

Segundo o Plano Municipal de Habitação (2009), Florianópolis possuía, em 2006, um número de 65 assentamentos precários, tendo uma população de cerca de 65 mil habitantes, ou seja, 16% da população total da cidade naquele período. Além disso, as populações de áreas de interesse social tiveram um crescimento maior do que as taxas de crescimento municipais. Essas áreas se distribuem pelo município, sendo que 31% dessas comunidades se encontram no continente, 29% no Centro, 12% no Maciço da Costeira, 11% no Norte da Ilha, 9% no Saco Grande e 8% no Sul da Ilha (Figura 8). Cabe ressaltar que existe uma diferença entre o número de comunidades e a concentração populacional: mesmo que cerca de 70% dessa população se encontre nas áreas centrais e continentais, ocorre uma diferença quando analisamos a concentração populacional pelo interior da ilha, onde, por exemplo, o Saco Grande, apesar de possuir um número menor de comunidades, possui 10,28% da população de áreas de interesse social; o Sul da ilha 8,35%; o Maciço da Costeira 3,07%; e o Norte da Ilha 2,79% (PMHIS,

2009).⁶ Essa distribuição das populações de interesse social ao longo da ilha se relaciona também com a questão dos diferentes núcleos populacionais no interior da dela.

Figura 8 – Localização das áreas com população de interesse social segundo dados do PMHIS



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do PMHIS.

O crescimento das chamadas áreas de ocupação informal e a falta de regularização são pontos centrais no processo de urbanização de Florianópolis, sendo o planejamento urbano marcado pelas inconstâncias e pelas ilegalidades. Mesmo com a aprovação da Lei 2.193/85 (FLORIANÓPOLIS, 1985), que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários, a informalidade se intensifica e a urbanização ilegal cresce em maior velocidade que a urbanização legal, com a prefeitura fazendo pouco para coibir ou fiscalizar esse processo (RIZZO, 2013).

Somada a essa flexibilização governamental, ou tolerância à irregularidade⁷, Florianópolis teve grande vinda de migrantes nos anos 90, o que contribuiu também para a sua formação espacial: “De acordo com o Censo do IBGE de 1996, Florianópolis tinha sido a capital

⁶ Para mais detalhes sobre assentamentos precários, áreas de ocupação informal e favelas em Florianópolis ver Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de 2009 e o estudo do grupo INFOSOLO (SUGAI, 2009) que se aprofunda nesse tema.

⁷ Esse é um processo marcante da urbanização brasileira, relacionado ao papel da expansão urbana no processo de acumulação do capital, marcada por uma aparente desordem, na qual o processo de autoconstrução serve como trabalho não pago, pressionando o rebaixamento dos salários. Paralelo a isso, é formado um grande aparato regulatório em consonância da flexibilidade da cidade ilegal. (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000; KOWARICK, 1979; OLIVEIRA, 2013; ROLNIK, 2012).

entre todas do sul e do sudeste, que tinha recebido proporcionalmente mais migrantes de outros estados, durante a primeira metade da década de 1990” (RIZZO, 2013, p. 181).

O grande fluxo de migração, somado à falta de regulamentação, são características da urbanização de Florianópolis, contribuindo para as suas peculiaridades na formação do espaço. Porém, os problemas urbanos não podem ser atribuídos somente à falta de regulamentação:

É fato que, nas cidades brasileiras, existem áreas de ocupação que seguem as regulamentações dos planos urbanísticos e áreas nas quais as ocupações ocorrem em contradição às normas definidas pelo planejamento estatal, isto é, que legalidade e ilegalidade estão presentes na construção das cidades brasileiras, mas também é fato que a fronteira entre legalidade e ilegalidade não é sempre muito clara. Pode parecer para muitos que as ocupações ilegais resumem-se às áreas que foram ocupadas, sem processos formais de compra e venda, seja por meio de grileiros de terras alheias, que a ocupam e depois vendem lotes, seja por ocupações espontâneas ou organizadas, sendo as favelas a expressão mais visível. Mas as ilegalidades praticadas na ocupação do solo e na construção de edifícios ocorrem também em muitas outras situações, citadas a seguir. Em loteamentos onde construções ilegais ocorrem em lotes legalmente instituídos; em pequenos, médios e grandes empreendimentos imobiliários onde se observa a ocupação de áreas de preservação no interior de propriedades legalizadas, e, em muitas outras formas. Ilegalidades são, muitas vezes, cometidas, por deficiência de fiscalização por parte dos órgãos públicos e, em determinadas situações, com anuência destes órgãos (RIZZO, 2013, p. 195)⁸

Esse processo de ilegalidade acentuado na Ilha de Santa Catarina se relaciona também com a presença das terras comunais. Até a década de 40, esse uso comum da terra era ainda muito presente em Florianópolis, que depois desse período passou por um processo mais intenso de apropriação privada dessas terras (SUGAI, 1994, p. 36):

A Ilha de Santa Catarina foi talvez a área do Estado onde as terras de uso comum ocorreram com maior frequência. Toda localidade possuía alguma área comunal que podia utilizar, mas que não se localizava necessariamente junto a ela. Isto significa que uma ou mais localidades poderiam usar de um mesmo campo ou área comunal. Esta forma de utilização da terra ocorreu com frequência e durou até algumas décadas atrás. Em casos específicos, como o campo da Colônia (Colônia Penal do Estado), em Canasvieiras, ainda havia usuários até 1986. (CAMPOS apud SUGAI, 1994, p. 36)⁹

Essas áreas, inicialmente de uso comum, foram transformadas em locais de interesse imobiliário, passando por um processo de expropriação e apropriação, sendo transformadas em grandes fazendas ou loteamentos relacionados ao turismo, residências de alto padrão, ou até mesmo apropriadas pelo Estado. Fazem parte dessas áreas, por exemplo, os balneários mais valorizados da ilha, como Jurerê, Canasvieiras e parte do Balneário de Ingleses (SUGAI, 1994).

No entanto, esse processo não é exclusivo de Florianópolis, mas, sim, característico da formação da sociedade burguesa. Marx notou que o crescimento sob o capitalismo tem como

⁸ Isso é relacionado também com um processo mais amplo de troca de favores de cunho eleitoral por meio de investimentos públicos (ROLNIK, 2009).

⁹ Importante ressaltar que esse terreno, da Colônia Penal do Estado, é onde se situa o Sapiens Parque, que será abordado posteriormente nesta dissertação.

motor a acumulação, sendo um sistema dinâmico e expansível com a capacidade e necessidade de se reformar constantemente, além de ser precedido por um período da acumulação primitiva, fase de transição para o capitalismo, na qual a questão da terra teve forte transformação em nossa sociedade (MARX, 2013). No último terço do século XV e primeiras décadas do século XVI, na Europa, grande quantidade de proletários foram lançados ao mercado. As pequenas propriedades foram usurpadas, as propriedades da Igreja foram vendidas e a propriedade comunal foi desaparecendo, graças a leis e expropriações e grandes expropriações de terra “auto-presenteadas” ou vendidas a preços irrisórios. Essas operações surgiram com o objetivo de transformar o solo em algo comerciável, assim a lei se torna um veículo para roubo das terras do povo através de golpes para transformar terras comuns em privadas, em que famílias eram expulsas e havia uma concentração de terras nas mãos de poucos. Os métodos para acumulação primitiva passaram pelo roubo dos bens da Igreja, fraude de terras estatais, furto de propriedade comunal, usurpação da propriedade feudal e as mais violentas formas com o objetivo de incorporar o solo ao capital e de ofertar proletariado livre para a indústria (MARX, 2013).

Forma semelhante vemos no Brasil séculos depois, onde terras públicas são passadas para grupos privados, e, no Brasil colonial, tinha-se o direito de uso da terra, não a propriedade. Até 1850, a terra no Brasil não era uma mercadoria, primeiramente ela era de propriedade da Coroa Portuguesa e depois do Império Brasileiro. Até 1822, a terra era cedida pelo sistema de sesmarias e somente após esse ano entra em vigor o sistema de posse. O acesso à terra, até então, se dava pelo uso, havendo a cobrança de tributos: os senhores tinham como propriedade os escravos e os instrumentos técnicos de produção. As terras que não eram utilizadas (terras devolutas) deveriam ser devolvidas à coroa. Em 1850, é promulgada a Lei nº 601 (BRASIL, 1850), que regulamenta o sistema de compra e venda e institui o usucapião, então, só a partir desse momento a terra é transformada em propriedade privada e em mercadoria. (RIZZO, 2013).

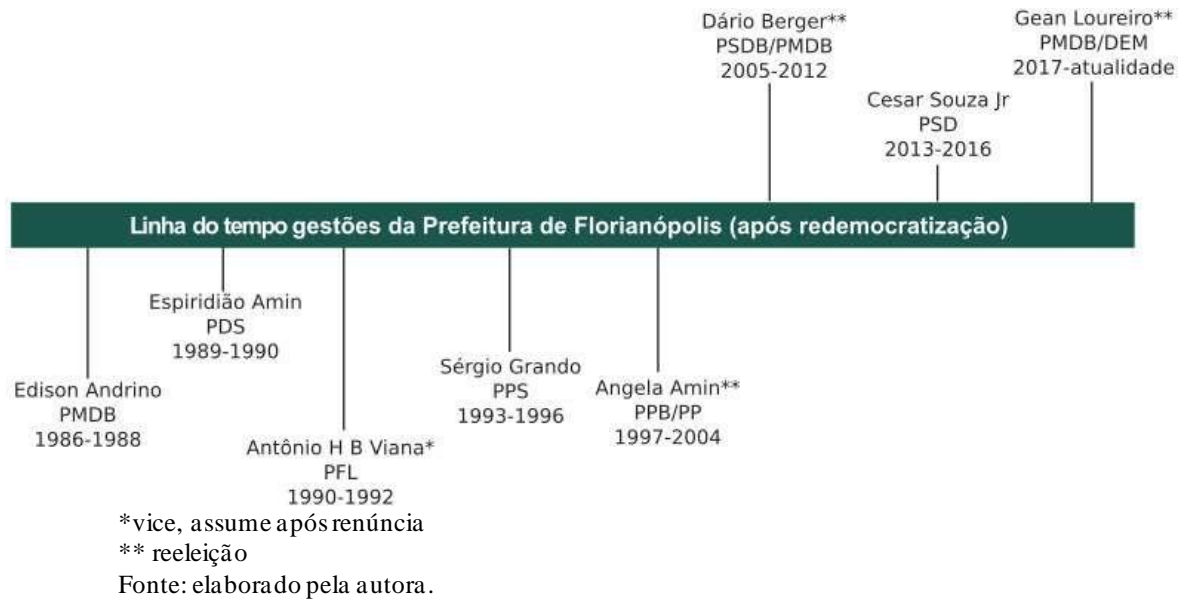
Para além dos conflitos ligados à apropriação de terras comuns, outro fator marcante da urbanização em Florianópolis relacionado à questão da legalidade e da ilegalidade perpassam os limites do planejamento, quando a Câmara de Vereadores nomeava ruas e loteamentos informais, oficializando-os sem regularizá-los, mas permitindo o acesso a serviços públicos como luz, água, correio. Essa prática ocorria à revelia dos órgãos de planejamento, incluindo até a alteração de zoneamentos (RIZZO, 2013).

Esses fatores não são exclusivos da cidade de Florianópolis, mas são marcantes da sua urbanização, somado às singularidades já mencionadas na ocupação do território, como conformação geográfica, segregação urbana e sua relação com a configuração físico-espacial e desenvolvimento econômico, assim como a especulação imobiliária, exploração do turismo e

suas consequências. Há um grande índice de ilegalidade e áreas sob o regime de posse não regularizadas, sendo a urbanização a preços baixos e a ausência de políticas públicas presentes em todo o processo (RIZZO, 2013):

A anuência do poder público, da Câmara e dos registros de imóveis em relação aos loteamentos irregulares atendia os interesses de valorização diferenciada das terras regularizadas. No contexto recessivo da década de 1980, com o fim da política nacional de habitação, por meio do fechamento do BNH, em 1985, a permissividade ajudou a conter as pressões por moradia. Além de valorizar as terras dos grandes proprietários, a permissividade cumpriu outro papel importante, qual seja o de manter em níveis baixos o custo de reprodução da força de trabalho na cidade, por meio de uma periferização a baixo custo (RIZZO, 2013, p. 209).

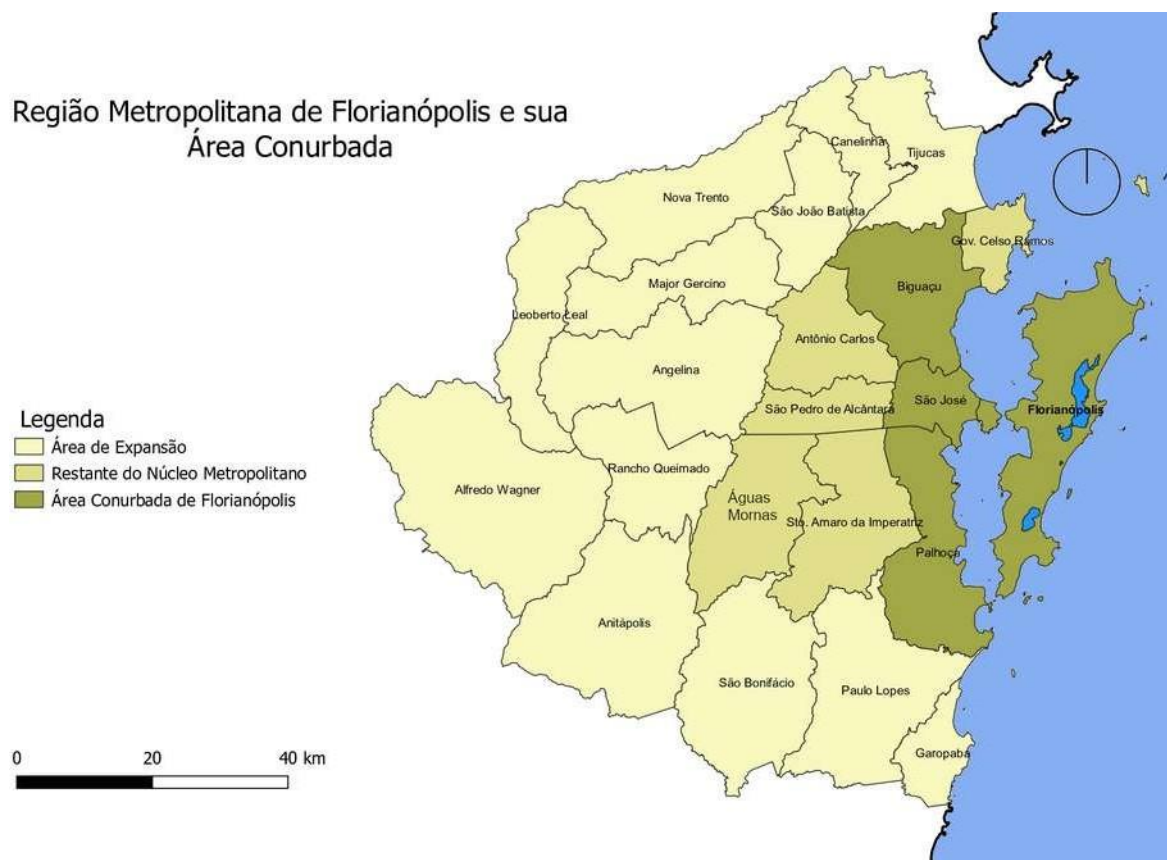
Esse processo é marcante da urbanização brasileira e do capitalismo periférico, estando diretamente relacionado com o processo de acumulação (OLIVEIRA, 2013). Em Florianópolis, esse processo se alternou entre maior ou menor fiscalização, de acordo com as gestões da prefeitura da cidade (Figura 9). A gestão de Sérgio Grandó e Afrânio Boppré - (1993 a 1996), chamado de Governo da Frente Popular (PPS, PT, PC do B, PCB, PSB, PDT, PSDB e PV) trabalhou com o orçamento participativo (OP) na cidade e criou um Conselho Político Municipal. Em 1997, entra Ângela Amin do PP (1997 a 2004), e nessa administração tentou aumentar a fiscalização urbana, porém, na administração seguinte, de Dario Berger – PSDB-PMDB (2005-2012), a flexibilização voltou. Posteriormente, entra César Souza Júnior – PSD (2013-2016) e, por fim, Gean Loureiro – PMDB (2017) (TAVARES, 2011). A cada gestão se alteram as equipes de planejamento na prefeitura, somado esse fator aos constantes imbróglis do plano diretor judicializado, tem-se uma receita para a confusão.

Figura 9 – Linha do tempo das gestões da prefeitura de Florianópolis após a redemocratização

2.2 Florianópolis na construção de ideário de “cidade-empresa” e os planos diretores

Desde a década de 1970, Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu (Figura 10) têm passado por um processo de conurbação, que se consolida nos anos 2000. Essa conurbação se expressa na dependência socioeconômica entre os municípios, além de repercussões socioespaciais, como a fusão do tecido urbano. Os quatro municípios podem ser vistos como um “espaço intraurbano” (SUGAI, 2015, p. 29). Com a dinâmica do novo papel de competição entre as cidades, em que a gestão delas é assemelhada à gestão de empresas, Florianópolis foi propagandeada como uma cidade da “qualidade de vida” e desenvolvimento sustentável. (SUGAI, 2015, p. 24), ainda que sua realidade se aproximasse mais da afirmação de David Harvey: “O populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós moderna de falta de habitação.” (HARVEY, 1992, p. 79). Assim, a perspectiva de negócios e turismo, com o enfoque dos investimentos na cidade, ignorou os problemas latentes de falta de habitação e habitação precária na Grande Florianópolis, tentando ocultar essas contradições enquanto propagandeava o suposto desenvolvimento da cidade.

Figura 10 – Região Metropolitana de Florianópolis e sua área conurbada



Fonte: elaborado pela autora.

Esse ideário de “cidade-empresa” traz consigo a concepção de que o desenvolvimento da cidade seria resultado da capacidade de gestão do governo local e que essa “prosperidade” poderia se disseminar a todas as camadas sociais igualmente, não compreendendo a pobreza e desigualdade social como algo estrutural (SUGAI, 2015, p. 26), além de focar na venda da cidade e de seus espaços de interesse do capital transnacional, como os espaços de convenções e feiras, parques tecnológicos ou torres comerciais (VAINER, 2000). Nesse contexto de competição entre as cidades, encontramos em Florianópolis áreas de expansão e especulação imobiliária (SUGAI, 2015), e nelas os movimentos sociais também disputam seus direitos. Podemos encontrar alguns exemplos de movimentos sociais organizados atuando no território de Florianópolis, objetos de estudo desta dissertação que tem como um de seus objetivos fazer o levantamento aprofundado deles para, então, selecionar quais poderão ser estudados de forma mais detalhada nas próximas seções da presente pesquisa.

O processo de planejamento urbano em Florianópolis passa por diferentes momentos, sendo que a cidade teve quatro planos diretores, nos anos de 1954, 1976, 1997 e 2014. O mais recente deles, o de 2014, passou por um longo processo, incluindo sua judicialização. Em 2014, o plano é aprovado, estando ainda em debate as mais de 300 emendas feitas pelos vereadores,

esse é um processo que só vai ser finalizado de fato em 2017. A história dos diferentes planos diretores de Florianópolis é abordada em extensa literatura (PEREIRA, 2010, 1992; WOLFF, 2015; SAMPAIO, 2016; RIZZO, 1993, 2013; SUGAI, 2015; SOUZA, 2010). Mais do que analisar os processos de planejamento desses períodos, cabe aqui compreender esse histórico e seu impacto nas condições atuais.

O primeiro plano de Florianópolis foi iniciado no ano de 1951, com a contratação de um escritório de urbanismo para a sua elaboração. O plano preliminar apresentava a implementação de um porto continental com zona comercial e industrial, que seria indutor de desenvolvimento urbano, assim como zonas residenciais no continente. O plano também determinava uma hierarquia de vias de transporte, a localização de estação ferroviária, marítima e rodoviária, o centro cívico, o *campus* universitário e estádio de esportes (PEREIRA, 2010). Era um plano com inspirações modernistas que negava a cidade real: a Florianópolis da década de 1950 era uma cidade com menos de 70 mil habitantes, enquanto no mesmo período a capital vizinha, Porto Alegre, tinha uma população aproximada de 400 mil habitantes, e cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já ultrapassavam os 2 milhões de habitantes (SOUZA, 2010). Assim, buscavam através do planejamento impulsionar o desenvolvimento da cidade, sem de fato trabalhar com as condições objetivas da cidade. Desse plano, de fato, muito pouco foi implementado, mas foi uma referência para o plano de 1976, encabeçado em 1969 por Luiz Felipe Gama d'Eça¹⁰.

Em 1967, o plano de 1954 entrou em reavaliação, nesse momento, o processo de planejamento começa a tratar de toda a “Grande Florianópolis”, envolvendo 19 municípios e resultando no Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF), sendo que também foi feito um plano urbano, mais detalhado, do município de Florianópolis. Nesse plano, que envolvia a área metropolitana, as indústrias eram distribuídas nos municípios de Palhoça e São José, ao longo da BR-101 e as áreas agrícolas nas cidades do entorno, sendo Florianópolis o centro de consumo dessa rede urbana (PEREIRA, 2010). Alguns pontos importantes desse plano eram a construção da nova ponte, a expansão do sistema viário, o túnel de conexão entre o centro e o sul da ilha e a universidade, assim como os aterros. Cabe ressaltar que o país passava por um regime ditatorial, iniciado em 1964, no qual a estrutura de planejamento era centralizada. Em 1967, a nova Constituição inclui a criação de regiões metropolitanas, o que vai influenciar na preocupação com o processo de conurbação nas cidades

¹⁰Gama d'Eça foi um urbanista de carreira militar no Rio de Janeiro. Estudou Arquitetura na Universidade do Brasil no período de construção de Brasília, que exerceu influência em seu pensamento funcionalista de planejamento urbano (PEREIRA, 2010).

(RIZZO, 1993). É nesse período também que é inaugurado o IPUF, em 1977. O plano também apresenta grandes diferenças entre a cidade real e a planejada. Em 1982, o IPUF apresenta proposta de planejamento para o bairro da Trindade, e, em 1985, é elaborado o Plano Diretor dos Balneários e outras três propostas de revisões do plano de 1976 (Lei 1440/76) acontecem: uma em 1988, outra em 1989 e a final em 1994, que será aprovada como Plano Diretor do Distrito Sede (PDDS), pela Lei Complementar nº 001/97, sendo o novo plano diretor para a cidade (WOLFF, 2015).

O processo participativo em Santa Catarina tem uma de suas primeiras experiências quando Dirceu Carneiro, do então MDB, vence as eleições para a prefeitura de Lages em 1976, quebrando o ciclo das oligarquias locais e atuando entre 1977 e 1982 (TRANJAN, 2012 apud WOLFF, 2015). Essa experiência terá influência também em Florianópolis, quando funcionários que trabalharam nessa gestão da prefeitura de Lages passam a atuar em órgãos como o IPUF. A partir de 1985, as capitais voltam a ter eleições para prefeito, sendo que o primeiro prefeito eleito de Florianópolis pós-regime militar foi Edison Andrino, do PMDB, o qual desenvolve propostas de gestão participativa e dá continuidade ao processo do plano diretor, focando no distrito sede. Esse plano teria um núcleo técnico, formado pelos profissionais do IPUF e um outro político, de debate com a comunidade. Desse processo sai o Plano Diretor do Distrito Sede, que é enviado à câmara em 1988, tendo forte resistência dos empresários da construção civil e, por isso, acaba não sendo aprovado (WOLFF, 2015). Esse é um período de ascensão do debate sobre participação no Brasil, com a votação da Constituinte de 1988 e, em Florianópolis, com a aprovação da Lei Orgânica do Município em 1990, que inclui instrumentos de participação comunitária (FLORIANÓPOLIS-SC, 1990), tendo nesse período, um aumento da criação de conselhos municipais (WOLFF, 2015). Nesse ano, é também novamente debatido o Plano Diretor, mas ainda sem aprovação.

Em 1992, é eleito prefeito, ainda no primeiro turno, Sérgio Grando do PCB/PPS¹¹, tendo a questão da participação popular como parte do seu programa (COLAÇO, 1999). É nessa gestão que ocorre pela terceira vez a iniciativa de atualizar o plano de 1976 e também que se aprova o OP Mesmo com uma gestão que trazia o tema da participação como uma questão programática, os movimentos sociais precisaram se mobilizar para garantir a participação no

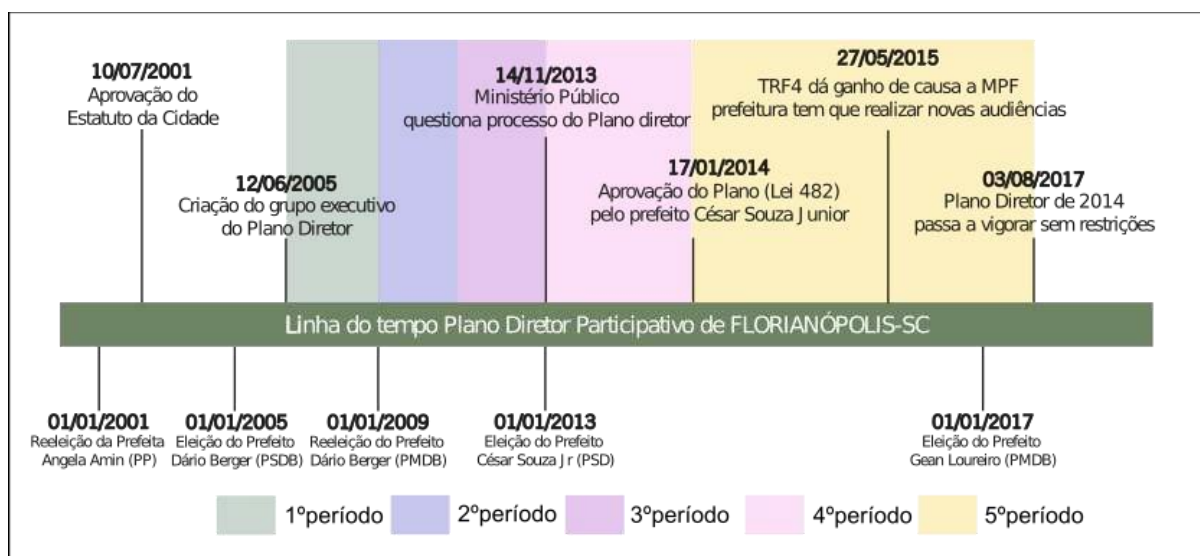
¹¹Em 1992, ocorre uma cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual parte de seus integrantes decidem mudar o nome do partido para Partido Popular Socialista (PPS). Sérgio Grando é um dos integrantes do antigo PCB que migram para o PPS. Outros membros do partido não aceitam essa alteração e mantêm o PCB. As eleições de Florianópolis ocorrem em outubro de 1992, logo após esse processo de ruptura do partido. Em algumas fontes, o nome de Grando aparece como integrante do PCB e em outras como do PPS. O PPS atualmente se chama Cidadania.

plano e, em 1993, é iniciada a discussão com a comunidade, que dura pouco tempo e com metodologia questionável, sendo considerada insuficiente e gerando mobilizações em prol de maior participação popular na elaboração do plano. Então, em 1994, a prefeitura aumenta o prazo e desenvolve nova metodologia para os debates, respondendo aos protestos populares, tendo como objetivo a maior participação popular. O projeto foi enviado à câmara em 1994, mas somente em 1995 iniciou de fato sua tramitação¹², passando por diversos caminhos jurídicos e sendo aprovado, de fato, somente em dezembro de 1996. O plano de 1997 tomou forma com efeito no Governo Municipal da Frente Popular, entre 1993 a 1996, mas só foi sancionado na nova gestão da prefeitura, de Ângela Amin, em 1997. O processo de revisão do plano tem dois momentos e focos de insatisfação: num primeiro momento, por interesses corporativos dos empresários da construção; no segundo momento, por interesses dos movimentos sociais, devido à falta de debate qualificado. Essas idas e vindas do planejamento explicitam a disputa pela cidade, pois a solicitação dos movimentos sociais por maior participação está atrelada à capacidade de influenciar o destino da cidade, no que acreditavam ter papel importante: a elaboração de um plano.

O processo participativo institucional em Florianópolis, legitimado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) é representado pelo Plano Diretor Participativo (PDP). O plano mais recente foi iniciado em 2005 e aprovado em 2014, porém só foi finalizado, de fato, em 2017. Sob o aspecto da participação, podemos identificar períodos (Figura 11) do processo desse plano: “1) ‘O início de um processo participativo’, de 2006 a 2008; 2) ‘O bloqueio à participação’, de 2009 a 2010; 3) ‘A indefinição do processo’, de 2011 a 2012 e 4) ‘A nova Prefeitura e sua pressa pela aprovação do Plano Diretor’, de 2013 a 2014.” (SAMPAIO, 2016, p 53). Além desses quatro períodos, há um quinto, que é o de 2014 a 2017, quando novas disputas judiciais entram em cena, e, em 2017, o plano diretor de 2014 passa a vigorar sem restrições. Consoante a esse processo oficial do plano diretor, os movimentos sociais travaram disputas diretas por direitos também na cidade. Um levantamento sobre quais ações foram essas, quem as executou e quais relações essas ações tiveram ou não com o processo de planejamento institucional é um dos objetivos desta dissertação e será melhor abordado no próximo capítulo

¹² Para mais detalhes sobre o processo ver WOLFF, 2015, p 231.

Figura 11 – Linha do tempo do processo do plano diretor participativo em Florianópolis



Fonte: elaborado pela autora.

O ano de 2007 seria o prazo final, segundo o Estatuto da Cidade, para a elaboração de um novo plano diretor para Florianópolis, assim, em 2006 se iniciam os debates para a formulação do Plano Diretor Participativo (PDP). As primeiras reuniões e audiências públicas do PDP são realizadas em meados de 2006, onde se compõe o Núcleo Gestor (NG)¹³ e Núcleos Distritais (NDs), além dos primeiros debates e cronogramas de ação.

O Núcleo Gestor era, portanto, diversificado, e assim as relações de poder se davam, ora entre as integrantes organizações populares locais cujas, ocupavam também representações no Núcleo Gestor, e as entidades representativas da classe industrial e empresarial (como o SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis e a CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas). A administração pública, no papel dos poderes executivos e legislativo, e bem como, na atividade dos técnicos do IPUF, também definiam correlações de forças. A novidade, contudo, seria a incorporação dos Núcleos Distritais, e os representantes eleitos diretamente pela população. Tal inserção na composição deste grupo, responsável por fiscalizar e acompanhar o processo participativo de elaboração do plano diretor iria alterar as correlações de forças locais envolvidas no processo de planejamento, e os rumos que o processo do plano diretor iria tomar dali em diante (PEREIRA; CUNHA, 2019).

¹³ O Núcleo Gestor é composto por 10 representantes do Poder Público; 16 representantes da sociedade civil; e treze 13 representantes distritais (e suplentes), cada um desses representantes de um dos 13 Núcleos Distritais (Figura 12), sendo estes núcleos os responsáveis por elaborar, conduzir e monitorar a elaboração do Plano Diretor.

Figura 12 – Localização do Núcleos Distritais do Plano Diretor Participativo de Florianópolis



Fonte: elaborado pela autora.

No segundo semestre de 2006, aconteceram as eleições dos Representantes Distritais em audiências públicas, ocorridas em cada um dos NDs, esses representantes seriam responsáveis por coordenar a participação dos distritos e teriam poder de voto no NG (NOZAKI apud SAMPAIO, 2016). O processo de Leitura Comunitária dura entre 2007 e 2008, com a ocorrência de reuniões comunitárias, audiências públicas, encontros e oficinas nos distritos, sendo que, em 2008, o IPUF inicia a leitura técnica. Esse primeiro período é o de maior diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil e quando realmente houve um esforço para a elaboração de um processo participativo.

Nesse período, há um grande envolvimento da população organizada nos NDs, ocorrendo experiências participativas e disputas territoriais em regiões específicas da cidade. Um exemplo é o caso do distrito do Campeche, no sul da Ilha de Santa Catarina. O Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV)¹⁴ participou ativamente do processo de elaboração do PDP, formando um conselho popular que construiu o ND do Campeche, e que organizou

¹⁴ O MCQV é organizado em 1989, no período de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, também conhecido como Plano de Desenvolvimento do Campeche (PDC), quando a comunidade local rejeita o PDC em assembleia e organiza um seminário comunitário que formula um dossiê dando origem ao “Plano Comunitário para a Planície do Campeche – Proposta para um Desenvolvimento Sustentável”, proposta de substituição ao plano do poder público (PEREIRA; CUNHA, 2019).

oficinas e seminários comunitários. Inclusive, devido à organização da comunidade, conseguiram aprovar no plano o Parque Cultural do Campeche (PACUCA), após “mais de 30 anos de lutas pelo reconhecimento de uma área de 329.500m² como patrimônio histórico, cuja comunidade requeria como espaço público e comunitário” (PEREIRA; CUNHA, 2019, p. 14). Outra experiência significativa do período é a do Distrito de Ratonés, que, diferente do Campeche, não tinha um histórico de mobilização social na cidade. Sobre as propostas comunitárias para o distrito de Ratonés:

Ao analisar as demandas e diretrizes registradas em atas de audiências deste Distrito na fase de 2006 a 2008, notou-se que grande parte dos interesses converge para a manutenção das características rurais do distrito, uma vez que tal manutenção evitaria desgastes ambientais, favoreceria o turismo sustentável e manteria a tranquilidade bucólica do local. O principal antagonismo evidencia-se no setor imobiliário, que se mantém em estado de alerta para, diante de qualquer brecha legal, agir por meio do que intitula “segurança jurídica”. (COELHO; DELLAGNELO; KANITZ, 2014)

Assim, o processo participativo desse período se desenvolveu em diferentes partes da cidade, desde distritos com maior tradição participativa até distritos que se organizaram de forma mais significativa após o processo do plano diretor. Porém, em 2009, a prefeitura destituiu o NG e os NDs, alegando que o plano entraria numa “fase técnica” e contrata a empresa argentina Fundação Consultoria de Estudios y Proyectos del Ambiente S.A. (CEPA) para a elaboração do plano, mesmo com o IPUF já tendo realizado uma leitura técnica no ano anterior. Segundo o Estatuto da Cidade, o processo participativo inclui a “formulação, execução e acompanhamento de planos” (BRASIL, 2001), no entanto a prefeitura de Florianópolis decide por afastar a participação comunitária num momento fundamental. Houve ainda uma audiência pública de Leitura da Cidade, com o intuito de divulgar as diretrizes do plano, assim como três oficinas de apresentação da proposta da Fundação CEPA, porém sem ocorrer uma discussão de fato ou acesso aos documentos (SABOYA, 2010).

A partir desse processo de interrupção da participação, movimentos sociais da cidade criam o “Núcleo Gestor Autoconvocado”, que passa a se reunir com o objetivo de fazer um projeto alternativo ao da prefeitura e que “envia documentos ao Ministério Público requerendo a retomada do processo participativo com a reconstituição imediata do Núcleo Gestor” (CUNHA, 2018, p. 65). Além do NG Autoconvocado, foi organizado também um Comitê Interuniversitário de discussão do Plano Diretor de Florianópolis, com integrantes das universidades UFSC, UDESC, UNISUL e UNIVALI. Cabe ressaltar que o Comitê Interuniversitário (COMINTER) e o Núcleo Gestor Autoconvocado não eram legitimados pelo Poder Público Municipal (COELHO; DELLAGNELO; KANITZ, 2014). É a partir desse momento também que comunidades como a de Ratonés intensificam sua organização

relacionada ao plano diretor. No distrito de Ratoles, o representante distrital, em conjunto de outras lideranças do local, dividiu a área do distrito em microzonas de acordo com a densidade populacional, fazendo sete reuniões, seguidas de uma audiência geral, fomentando, assim, o debate sobre o plano diretor diretamente com a população. Além desse processo de organização interno, ocorria a comunicação entre os diferentes distritos, principalmente por fóruns, como o COMINTER e o Fórum da Cidade, e grupos de e-mail, como o do Núcleo Gestor Autoconvocado ou redes sociais (COELHO; DELLAGNELO; KANITZ, 2014).¹⁵

Em 2010, a prefeitura marca audiência pública de apresentação do plano, renomeando o Plano Diretor Participativo de Florianópolis como Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis (PDDS), pretendendo enviá-lo para votação à Câmara de Vereadores, no entanto tal audiência é impossibilitada pela manifestação popular. Assim, o envio do plano à Câmara é adiado e o Ministério Público Federal (MPF) junto com o Ministério Público Estadual – Santa Catarina (MP-SC) defendem a retomada do NG, que deveria, em conjunto da Fundação CEPA, revisar todo o plano (SAMPAIO, 2016). Em meio às polêmicas, o processo do plano é interrompido, sendo retomado somente em 2011, com a publicação do Decreto nº 9052/2011 (FLORIANÓPOLIS, 2011), reconstituindo o Núcleo Gestor, a realização de audiências públicas e a execução de Conferência da Cidade ou similar. Em 2012, ocorrem novas apresentações temáticas do plano, mas as eleições municipais suspendem os debates, que são retomados pela gestão da nova prefeitura em 2013.

Esse processo de retomada do plano gera novos conflitos, pois a prefeitura desejava finalizá-lo com velocidade, propondo uma menor quantidade de audiências, enquanto os representantes distritais e do núcleo gestor desejavam a realização de um número maior de audiências públicas. Mesmo com a vitória da segunda proposta, a prefeitura não aceita o resultado e apresenta um calendário distinto e dissolvendo mais uma vez o NG.¹⁶ Novas oficinas são efetuadas, assim como uma Audiência Pública de apresentação do plano, que é finalmente enviado para a Câmara de Vereadores e votado ainda no mesmo ano. No dia de votação do plano, novamente ocorreu manifestação popular contrária ao projeto. No ano seguinte, na sessão na câmara para leitura e votação do texto final do plano, ocorreu uma grande manifestação, com forte repressão policial, mas, mesmo assim, o projeto foi sancionado em janeiro de 2014. Somente a partir

¹⁵Além disso, o Distrito do Pântano do Sulse mostra muito articula do durante todo o processo, mantendo um blog e análises constantes sobre o plano diretor. Esse distrito propôs, em 2016, 25 emendas ao projeto (SCHINKE, 2016). Mais informações podem ser encontradas no blog: <https://pantanodosul.blogspot.com/> no qual se pode ter acesso a todas as emendas propostas pelo núcleo distrital do Pântano do Sule também documentos da análise sobre o plano diretor de Florianópolis.

¹⁶Para mais detalhes ver SAMPAIO, 2016, p 64.

desse momento que o conteúdo completo do projeto é divulgado publicamente (SAMPAIO, 2016).

Mesmo com o projeto sancionado, no ano de 2014, ocorre um processo de judicialização do plano. A procuradora da república Ana Lúcia Hartmann, entendendo que a legislação federal não foi cumprida, devido à inexistência das audiências distritais e audiência pública e a não observação das normativas do Estatuto das Cidades, entra com uma ação civil pública, e o juiz federal Marcelo Krás Borge revoga a lei do plano diretor. Assim, a câmara precisou devolver o projeto à prefeitura para que ocorressem as audiências e a retomada do processo (PEREIRA, 2014). A prefeitura recorre e a desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), suspende a aplicação da sentença (JUSTIÇA FEDERAL, 2014). No entanto, a prefeitura decide manter as audiências consultivas, que ocorrem até setembro de 2014, totalizando 22 reuniões (PERES, 2014; NDMAIS, 2014). O TRF4 dá ganho de causa à ação do MPF, havendo a necessidade de novas audiências públicas, a reconstituição do Núcleo Gestor e dos Núcleos Distritais e a elaboração de um cronograma das audiências. Assim, em dezembro de 2015, ocorre a reconstituição e regulamentação do Núcleo Gestor e dos Núcleos Distritais com o decreto 15.596 e o NG aprova um novo calendário de audiências. Em outubro de 2016, a Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor é publicada (FLORIPAMANHÃ, 2016; G1, 2016). Logo em seguida, a prefeitura é condenada a pagar multa por não retirar da minuta pontos que não foram discutidos com a população. O processo é muito conturbado e audiências de conciliação ocorrem nesse período (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017; FLORIPAMANHÃ, 2017). Porém, em agosto de 2017, todo o processo é suspenso e todas as decisões revogadas por meio de decisão do ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), passando a vigorar de fato o plano de 2014 (CBN DIÁRIO, 2017). Assim:

Após a judicialização do processo com uma ação civil do Ministério Público Federal e de ainda serem negociadas mais de 600 emendas, a Lei 482 é aprovada em janeiro de 2014 com 305 emendas ao texto original. O processo, entretanto, não se encerrou aí, já que a falta de participação popular gerou mais uma ação do Ministério Público Federal e a obrigatoriedade da continuidade do ciclo de planejamento urbano com a elaboração de novas audiências públicas. Em meio às novas atividades e após a elaboração de quatro novas minutas para a lei, em 2017 e após novo recurso da Prefeitura tem-se a determinação do Supremo Tribunal de Justiça de que o plano vigente para Florianópolis é aquele aprovado há três anos em meio a grande instabilidade política e jurídica. (SIQUEIRA; SCHLEDER; MAGNANTI, 2019).

É importante ressaltar os caminhos e descaminhos de todos os processos de planejamento na cidade de Florianópolis. Nos períodos entre planos, percebe-se que pouco deles foram aplicados e que muitas leis foram editadas, fazendo uma espécie de colcha de

retalhos e uma difícil compreensão do que está de fato em voga em cada parte da cidade. Em diferentes momentos, houve um plano oficial que estava no papel, bem como uma cidade que se desenvolvia em paralelo a ele. Esse debate não é exclusivo de Florianópolis, mas permeia a discussão sobre o planejamento em outros locais do país (VILLAÇA, 2005).

Os dois primeiros planos, de 1955 e 1976, não almejavam a participação popular, eram assumidamente centralizadores, de cima para baixo e tecnocráticos. Os conflitos apareciam nos interesses das distintas frações dominantes da sociedade, mas não apareciam tanto na elaboração do plano e se evidenciavam na sua execução, na contradição entre a cidade idealizada e a cidade real e nos diferentes interesses que transformaram o projeto com o passar do tempo. Nos planejamentos participativos, os conflitos são visíveis desde o processo de elaboração do plano, se estendendo a todas as camadas sociais, tendo, assim, mais espaço para organizações comunitárias e populares. São nos planos mais recentes, de 1997 e 2014, que surgem as iniciativas do planejamento participativo em Florianópolis.

O processo de urbanização de Florianópolis perpassa pelos planos e por fora deles. As condicionantes ambientais e históricas se relacionam com a polinuclealidade, que cria diferentes centralidades na ilha, assim como espaços de segregação e, nesse processo, diferentes atores disputam os rumos e o fazer da cidade.

3 DISPUTA E HEGEMONIA NA CIDADE

A produção da cidade não é feita de consensos. Em Florianópolis, nos primeiros planos diretores, as disputas apareciam mais entre as diferentes frações das classes dominantes, que tinham a hegemonia do processo de planejamento urbano. Com a oficialização da participação, as disputas tornaram-se mais complexas, envolvendo mais atores, mas, ainda assim, com pouca capacidade de intervenção da população, que muitas vezes passava por um processo de participação “estético” ou formal. A presente seção buscará aprofundar o caráter dessas disputas: quem são esses sujeitos que tem maior destaque na contemporaneidade, com a abertura democrática? Como eles efetivam os seus direitos, nos caminhos formais e informais? Que táticas de luta são utilizadas?

Além disso, visto o aumento da presença da ocupação nos movimentos sociais, o objetivo deste capítulo é entender melhor os atores não-institucionais envolvidos no processo de produção da cidade: quem são esses movimentos sociais, como eles atuam e o seu histórico em Florianópolis. A partir da cidade oficial planejada e idealizada pelo poder público em consonância com o mercado, quem são os atores que disputam essa narrativa? Assim, o capítulo será dividido em três seções: 3.1 Direito à cidade: atores e processo de participação; 3.2 Os diferentes movimentos sociais e a tática de ocupação; e 3.3 Ocupações em Florianópolis. Os movimentos sociais, a partir da participação institucional nos planos participativos de 1997 e 2014 se articularam para além dos planos? De que forma atores tão desiguais conseguem garantir os seus direitos? De um lado temos o empresariado com o seu poder econômico e o poder público, aparente “mediador”, como seu gestor, e de outro os movimentos sociais, que também não são um bloco homogêneo. De que modo esses conflitos se espacializam?

3.1 Direito à cidade e processo de participação

O debate da participação social ganhou novos lugares na política brasileira nos anos 2000. Em 2001, o Estatuto da Cidade regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam sobre a posse da terra por uso e desapropriação por finalidade social, e, em 2003, foi criado o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades.

No que se refere à participação popular, podemos encontrar no Estatuto da Cidade instrumentos como: i) órgãos de colegiado de política urbana; ii) realização de debates; iii) audiências e consultas públicas; iv) conferências sobre assuntos de interesse urbano; e v)

iniciativa popular de projetos de leis, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (BRASIL, 2001)

Além disso, em seu artigo 4º, o Estatuto da Cidade traz um conjunto de instrumentos para os municípios desenvolverem sua política local alinhada à questão da função social da propriedade¹⁷ e do direito à cidade (ROLNIK, 2009; CARVALHO; ROSSBACH, 2010). Esse artigo é composto de seis itens: I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; III – planejamento municipal; IV – institutos tributários e financeiros; V – institutos jurídicos e políticos e VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) (BRASIL, 2001). Um dos instrumentos presentes é o Plano Diretor, o qual o Estatuto determinou um prazo de cinco anos para que os municípios com mais de 20.000 habitantes elaborassem e aprovassem. Cabe ressaltar instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): “Este instrumento pode ser utilizado tanto para a regularização de áreas ocupadas, onde o processo de ocupação ocorreu sem observância das normas urbanísticas, quanto em áreas vazias, para destiná-las para habitação de interesse social” (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2010, p. 96). Ademais, esses instrumentos podem também ser combinados, no caso a ZEIS e “os instrumentos voltados para obrigar a utilização do imóvel por seu proprietário, como o parcelamento, edificação e utilização compulsórios, IPTU progressivo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública”, nas quais “Por meio da conjugação desses instrumentos, o Poder Público induz a destinação de terra urbanizada ociosa para habitação de interesse social” (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2010, p. 97).

Esses instrumentos são evidentes avanços do Estatuto da Cidade, assim como a questão da função social da cidade e da propriedade: um novo marco jurídico oposto ao antigo de garantia à propriedade privada. No entanto, eles não estão ausentes de contradições, como as apropriações de investimentos públicos pelo capital imobiliário, “assim como as incapacidades ou ausências de vontade política nos municípios no sentido de promover o manejo social dessa valorização e de fazer a disputa de sua captura com os instrumentos disponibilizados pelo Estatuto” (SCHVASBERG, 2012, p. 106). Schvasberg, em sua avaliação do Estatuto da Cidade, remota ao conceito de fetichismo em Marx:

A fetichização é desvelada por Marx como um processo em que se atribui às mercadorias propriedades, atributos e às vezes até poderes, que elas por si só não tem. E se esconde, nesse mesmo processo, as contradições, relações sociais, econômicas e

¹⁷“A função social da propriedade se refere ao limite que deve ter seu possuidor de usufruí-la diante das carências sociais e também diante das irracionais lida des causadoras da depreação ambiental” (MARICATO, 2010).

políticas que estão na base de sua constituição como mercadorias (SCHVASBERG, 2012, p. 111).

Esse processo poderia ser atribuído aos Planos Diretores e às perspectivas ilusórias que têm somente a lei como horizonte, como se isso por si só fosse resolver um problema complexo que só seria resolvido, de fato, no marco de uma outra sociedade.

Após duas décadas da aprovação do Estatuto da Cidade, em meio a uma conjuntura de perdas de direitos constantes, cabe ainda debater o significado dessa lei? Além dos diferentes instrumentos do Estatuto da Cidade e suas funções, a questão da função social da propriedade segue atual. Recentemente, presenciamos inclusive o questionamento desse ponto, como o caso da Proposta de Emenda à Constituição nº 80 de 2019, que objetivava alterar os artigos 182 e 186 da Constituição Federal sobre a função social da propriedade urbana e rural (IBDU, 2019).

Se após uma década do Estatuto da Cidade, o que tínhamos era uma frustração devido a sua baixa implementação, após duas décadas o cenário é ainda mais aterrador. O Estatuto da Cidade surge num contexto político de crescente luta pela Reforma Urbana, um processo de grandes expectativas que não são alcançadas. Por fim, o que vemos é uma desilusão e até um retrocesso. Quais são as possibilidades de mudança?

Além disso, mesmo com instrumentos e mecanismos de participação, surge o debate sobre a qualidade e efetivação dessas práticas e a atuação dos movimentos sociais nesse processo. O Estatuto da Cidade é um avanço e uma conquista dos movimentos sociais na construção de uma cidade mais justa e igualitária, mas sua aplicação ainda está aquém do necessário para uma transformação estrutural das cidades, e, mais do que isso, pode, inclusive, servir como um mecanismo de controle desses movimentos, mudando o terreno da disputa da rua para os gabinetes, nos quais as regras são feitas pelos representantes das classes dominantes. Por isso:

Em um momento em que boa parte dos pesquisadores aplaude a aprovação do Estatuto da Cidade no Brasil, importa refletirmos até que ponto o “direito e o dever” do cidadão não estariam correndo o risco de serem, utilizando a expressão cunhada por Souza (2006), “domesticados”; ou seja, até que ponto o discurso em defesa dos orçamentos participativos, a participação no âmbito de institucionalidades como conselhos gestores não acabaria por “desarmar” os ativismos? (FERREIRA, 2016, p. 22)

Esse debate entre institucionalidade e organização popular é fundamental, pois olhar acriticamente para a conquista de direitos nos meios institucionais é esquecer quem faz e quem dá a regra nesses espaços, que muitas vezes surgem como uma amarra aos movimentos sociais em uma estrutura viciada. Além disso, é fundamental se atentar para a mobilização e articulação desses movimentos. O processo de planejamento urbano é longo e tortuoso, o planejamento participativo, em particular, tem um processo delicado. Além de debater os elementos técnicos

e institucionais que influenciam em sua organização, é necessário estudar o elemento da organização popular e o papel dos técnicos dentro desse processo.

Avritzer (2008) traz uma análise das instituições participativas como orçamentos participativos, conselhos de políticas e planos diretores municipais. Esses diferentes desenhos abarcam diferentes níveis participativos. O OP, surgido em Porto Alegre, se mostraria uma prática mais horizontal que as demais, devido ao seu caráter “de baixo para cima”, no qual qualquer um pode participar. Os desenhos de partilha de poder, como os conselhos, já contemplam um número menor de atores sociais. Por fim, os processos de ratificação pública, como os planos diretores, não dão um poder direto de decisão aos atores sociais, mas o referendando de um processo. É importante destacar que esses desenhos abarcam diferentes escalas e número de atores envolvidos diferenciados, entendendo as particularidades desses processos participativos, e, mesmo essa análise, que mostra as contradições e especificidades da participação nos espaços institucionais e suas limitações, pode partir de um pressuposto que, em uma situação ótima, essas instituições pudessem desenvolver uma participação equitativa, sem se aprofundar na questão do poder de classe entranhado nessas instituições. Por mais que aponte as disputas e interesses envolvidos no processo, há dificuldade em elucidar a grande desigualdade e injustiça que é pensar num processo participativo quando seus atores não têm o mesmo poder dentro da sociedade.

Em Florianópolis, o Orçamento Participativo teve lugar na prefeitura da Frente Popular, entre 1993-1996 e teve como principais atores a Câmara de Vereadores, os movimentos sociais, a Administração Municipal e partidos políticos, como a Frente Popular. Esses atores não eram homogêneos: a câmara de vereadores era, em sua maioria, de partidos de oposição (sete vereadores do PFL, quatro do PMDB, quatro do PPB e um do PL, contra apenas cinco da Frente Popular) e ela própria era composta por uma grande gama de partidos (PPS, PT, PCdoB, PCB, PSB, PDT, PSDB e PV) que tinham visões e prioridades muitas vezes divergentes (CUNHA, 2013). Os movimentos sociais também não eram homogêneos, estavam num novo ciclo na cidade, advindo de todo o processo de redemocratização que também altera as configurações desses movimentos no Brasil. Assim, percebemos que os conflitos na disputa da cidade não ocorrem somente entre diferentes atores, mas também internamente a eles, marcado por suas questões de classe e estratégias políticas.

O processo do Orçamento Participativo em Florianópolis se referenciava em experiências anteriores, como a de cidades como Porto Alegre, Joinville e Lages. Em Florianópolis, a cidade foi dividida em 12 regiões, nas quais ocorreram as assembleias populares, eleições de delegados e a criação de Fórum Consultivo, responsável por fiscalizar as

obras e promover os debates sobre o orçamento. Os delegados eram responsáveis por mobilizar as comunidades e fazer a comunicação entre as bases e o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (CMOP) (CUNHA, 2013), sendo, de fato, um processo com uma participação muito mais direta que os processos dos Planos Diretores Participativos.

Como levantado por Avritzer (2008), os processos participativos de ratificação, como o plano diretor, podem ser úteis à sanção de um processo não democrático dentro de uma cidade com debilidade de organização popular. Entretanto, o mesmo autor coloca o exemplo de São Paulo, onde os setores conservadores conseguiram ir contra a vontade da sociedade civil organizada usando o mesmo mecanismo jurídico, como também afirma Maricato (1994):

O capital imobiliário, parcela de empresários que tem na cidade sua fonte de lucros, como os loteadores, incorporadores, construtores, corretores e grandes proprietários fundiários, tem um projeto para a cidade como um todo. Esse projeto é hegemônico. Esse setor, conhecido como “Grupo dos 12”, extremamente organizado, teve grande influência durante a discussão do Plano Diretor do município de São Paulo. Os trabalhadores e movimentos populares ao contrário, não apresentaram uma proposta para o conjunto da cidade, tendo apenas pequenas intervenções locais ou comunitárias. (MARICATO, 1994, p. 314)

Em Florianópolis, isso não foi tão diferente. Como vimos no capítulo anterior, o grande processo de judicialização do PDP de 2014 em Florianópolis não garantiu a efetividade das propostas comunitárias. O capital imobiliário ainda é uma grande força na produção de nossas cidades, e, desde os primeiros planos diretores, é ele que tem dado as cartas nesses processos, sendo intimamente associado ao poder público, numa trama antiga e fundante de nossa sociedade.

Esses casos nos mostram também, para além das próprias limitações do Estado, os limites da qualidade da participação popular no atual contexto de mobilização social. O processo de São Paulo, mesmo com uma suposta sociedade civil forte, não conseguiu ir contra os interesses das classes dominantes. Os movimentos sociais de Florianópolis também foram ativos em todo o processo do plano diretor, mas tiveram muita dificuldade em influir nas propostas finais. Que alternativas podem ter os movimentos sociais nesse contexto?

Lüchman (*apud* SILVA, 2014, p. 170) afirma que: “[...] quanto mais associações e entidades e quanto mais envolvidos política e ativamente forem os cidadãos de uma determinada sociedade, maiores serão as chances de um maior engajamento dela nos debates [...] maiores são as chances de se qualificarem os processos”. Por isso, para uma participação efetiva é necessário que as pessoas estejam mobilizadas e interessadas no processo: atuar nos destinos de nossas cidades é um instrumento de luta e conscientização. Só com a mobilização há condições para a participação efetiva, e, para que as pessoas se mobilizem e participem é

necessária uma organização popular. A organização facilita a participação e a participação ajuda na organização. Contudo, “A participação sem redistribuição de poder permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas alguns.” (ARNSTEI, 2002). A redistribuição de poder torna-se um ponto chave para a participação popular, e, os movimentos de luta por moradia, terra e as ocupações urbanas podem ter um importante papel de redistribuição de poder, explicitado em sua organização interna, pautada pela coletividade, por meio de assembleias e coletivos.

Nesse contexto, o processo participativo não é simples de ser levado: há de lidar com a falta de conhecimento técnico da população, a demora do processo (necessária para o debate), os riscos de as pessoas caírem no localismo, ignorando o contexto em que as comunidades estão inseridas, além da falta de engajamento político da população (SOUZA, 2006). A população precisa ter informações sobre os objetivos e prioridades de mobilização, se sentir reconhecida enquanto sujeito do processo e confiante quanto ao cumprimento dos objetivos para se engajar na participação (TORO; WERNECK, 1997). Deste modo, a participação precisa de tempo, espaço e disponibilidade para que aconteça de forma efetiva, o que de fato, não tem sido a regra em nossas cidades.

A participação efetiva e consciente pressupõe um conhecimento prévio da população que estará inserida num determinado processo participativo. Essa população deve ter a capacidade de agir de acordo com as suas próprias regras. Mas por que a participação consciente não tem sido a regra na produção de nossas cidades?

Como afirma SOUZA, 2006, p 33: “os instrumentos de planejamento (urbano ou qualquer outro) e as rotinas de gestão (idem), por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem plena legitimidade ao terem a sua operacionalização e a sua implementação debatidas, deliberadas e monitoradas pelos cidadãos”. Souza (2006) também aborda os graus de autonomia e heteronomia de diferentes tipos de processos de participação, criando uma escala: 1 – autogestão; 2 – delegação de poder, 3 – parceria, 4 – cooptação, 5 – consulta, 6 – informação, 7 – manipulação e 8 – coerção. Sendo assim, a autogestão seria o único processo integralmente autônomo e a coerção integralmente heterônomo, já os processos intermediários teriam diferentes níveis de autonomia e heteronomia¹⁸.

Mas o que significam autonomia e heteronomia? Ambos estão relacionados ao governo

¹⁸Heteronomia: “condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei a que se deve submeter”. Não inclui lei escolhida e assumida, razão própria: é determinado por ausentes que, de algum ponto da sequência de heteronomias, impõem a cada um o movimento separado. (FERRO, 2006)

ou às leis atribuídas. Autonomia seria o autogoverno, ou seja, se dar as próprias leis e heteronomia seriam as leis do outro.

Autonomia e heteronomia estão presentes na produção do espaço e na arquitetura, sendo parte do debate de direito à cidade. Como também aborda Lefebvre (1991, p. 100): “[...] a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Após um simulacro, [...] elas voltam para a sua passiva tranquilidade [...]” O que precisamos é de uma “participação real e ativa” (LEFEBVRE, 1991, p. 100) e para tal a autonomia é essencial.

3.1.1 Da participação ao direito à cidade

O direito à cidade é também o direito ao humano se reencontrar consigo mesmo, pois, como Harvey (1982, p. 18) aborda, “a construção do ambiente construído tem que ser encarada no contexto de uma luta sobre toda uma maneira de viver e de ser” e a dominação do trabalho ocorre “não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias. E também:

O capital procura disciplinar o trabalho tanto no lar como na fábrica, porque é somente nos termos de uma ampla dominação do trabalhador em todas as facetas de sua vida que podem ser criados e garantidos a ‘ética do trabalho’ e os ‘valores burgueses’ necessariamente exigidos pelo processo capitalista de trabalho (HARVEY, 1982, p. 28).

Assim, o direito a transformar e ser sujeito nos destinos da cidade é o direito de se reencontrar com o próprio trabalho e ser conscientemente ativo na produção, não somente uma peça de engrenagem, mas protagonista da própria história. Para uma construção coletiva da cidade e para que o direito à cidade se efetive é necessária a participação consciente. O processo se torna lento, pois as pessoas precisam desenvolver consciência de forma qualificada, entendendo de maneira mais completa e complexa os aspectos envolvidos nesse processo.

Como aborda Harvey (2014), o direito à cidade ressurge como um debate de movimentos sociais, que, ainda que desconheçam Lefebvre, chegam a esse ponto devido suas questões cotidianas, que podem ter semelhanças com as questões da França dos anos 1968, ou seja, as questões objetivas e materiais motivaram esses debates, mais do que um pressuposto teórico. De toda forma, mesmo que a materialidade tenha levado a esse lugar em comum, ainda é relevante debater as ideias de Lefebvre e retornar aos seus estudos? Uma questão salutar é diferenciar o direito à cidade de algo estanque e institucionalizado, como uma simples luta

dentro da ordem e dos espaços oficiais, e nisso Lefebvre é fundamental para entender como essa luta se amplia. Nessa perspectiva, a construção de espaços que reafirmem o valor de uso em detrimento do valor de troca, que reafirmem a cidade enquanto direito e não enquanto mercadoria, que valorizem a participação em detrimento da tecnocracia, são essenciais para uma nova sociedade. O direito à cidade é uma luta por necessidades fundamentais e por um novo projeto de cidade.

O direito à cidade é também o direito de transformar a cidade. A cidade e suas normativas se transformam, assim como se transformam as pessoas que as formulam e que as constroem. Se for encontrado hoje, no arcabouço jurídico de nossa sociedade, normativas que restringem a capacidade de ação do poder público e da sociedade civil, cabe lembrar que:

Sob o ponto de vista da História, Lei e Direito não são a mesma coisa, pois se os seres sociais mantivessem sempre suas condutas restritas à Lei, não haveria História e, na visão proposta abaixo, as práticas sociais antecedem suas regulamentações legais. O que é considerado ilegal, num determinado momento histórico, pode ser considerado legal num momento seguinte. (RIZZO, 2013, p. 198)

A forma de organização da sociedade não é algo imutável, ela se desenvolveu ao longo da história humana, por meio de disputas, muitas delas violentas, e se transformou de modo quantitativo e qualitativo, com permanências e rupturas, dialeticamente. Além disso:

o Direito positivo do Estado não é o único Direito existente (WOLKMER, 1994) e práticas insurgentes são lutas por conquista de direitos. A luta individual ou coletiva pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1996) pode se expressar por atividades de ocupação ilegal do solo urbano, e, usa-se aqui luta porque o direito à cidade não se resume a ter-se um teto, muito menos um teto precário, em condições de insalubridade, com riscos de deslizamento, ou enchentes, como ocorrem na maior parte das favelas. (RIZZO, 2013, p. 198)

Os limites entre legalidade e ilegalidade são pouco definidos em nossa sociedade, na qual o Estado estabelece uma clara posição de classe, sob o manto de uma suposta neutralidade técnica. Entretanto, nem a técnica nem a ciência são neutras. Na realidade concreta, é perceptível que os fenômenos ocorrem de forma diferente do que no papel e nas ideias: as leis são “flexibilizadas” de acordo com os interesses dominantes. A exemplo das parcialidades que se encontram nas ações diferenciadas do poder público frente a obras irregulares em áreas de preservação quando são de interesse imobiliário: um empreendimento turístico ou de alta renda invade uma área de preservação e dificilmente sofre sanções, quando uma ocupação por moradia, muitas vezes, encara a violência policial. Mesmo os meios de “valer a lei” são diferentes, dependendo de quem está do outro lado. Um hotel de luxo não será invadido pela polícia abaixo de bombas e balas de borracha, mesmo estando irregular, mas famílias em busca de um direito básico constitucional, como o da moradia, sem ter para onde ir, vão. Se o direito

à cidade é também o direito de construir a cidade, de interferir em seu futuro, ter em mãos o seu destino, como fazer que esse direito se concretize para a maioria da população? Como efetivar e dar condições de igualdade para pessoas desiguais interferirem na produção do espaço?

As pessoas já constroem a cidade a sua maneira, limitadas, porém procurando brechas de ação. No entanto, como afirma Kapp (2004): “autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas”. Os processos de planejamento e intervenção na cidade devem ampliar a capacidade crítica e a autonomia dos grupos envolvidos, como também aumentar a sensação de pertencimento e o poder de transformação da sociedade dos movimentos populares. O processo de consciência da produção do espaço envolve diferentes atores, não só a população deve estar atenta, mas os técnicos precisam, de fato, conhecer a cidade, e não só uma ideia do que ela seja:

O desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia. O conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação. Na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador. Daí o potencial de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da ‘cidade oculta’. (MARICATO, 2000, p. 186)

A realidade assusta, porque ela é contraditória, cheia de imperfeições e dificuldades. Não há como fugir do conflito e da escolha, quando se olha para a totalidade. Nesse cenário, será possível um outro urbanismo? Como aborda Chalas (2008), a maneira de se fazer um projeto que se preocupe com o interesse geral precisa de tempo e espaço para tal. O planejamento de pensamento prático deve levar em conta os atores já pertencentes àquele local, entendendo a necessária junção entre política e urbanismo. Para construir uma cidade mais democrática, é necessário abrir mão da tecnocracia e dar espaço para que as pessoas que vivem a cidade possam fazer parte da construção desse projeto. Os técnicos fazem parte e tem um papel fundamental na coordenação e formação da população, mas cada vez mais a participação se torna um tema chave para construção de uma alternativa que inclua os de baixo na construção das nossas cidades.

Como pontuado por Miraftab (2016, p 365), “O planejamento enquanto uma profissão, se auto enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado.” Segundo a autora, as práticas de urbanismo insurgente e um outro ensino do planejamento urbano seriam fundamentais para a democratização das cidades. Porém, para além de mudanças na forma de planejamento, existem questões estruturais que são empecilhos para o planejamento e para a efetivação do direito à cidade.

O que vemos no Brasil é que as leis e instrumentos urbanísticos de controle do solo

urbano podem ser considerados avançados, porém há uma grande seletividade de aplicação dessas leis, justamente por elas interferirem em um direito que é cristalizado em nossa sociedade: o direito à propriedade privada. Para uma intervenção adequada na cidade, torna-se fundamental “mexer” nesse ponto, pois, como escreve Maricato (1999), a “terra é um nó também nas cidades” e sem uma política pública e intervenção que vise à democratização da produção do espaço, não se consegue fazer um projeto popular. Mas como garantir uma participação efetiva? Os limites institucionais explicitam a necessidade de um movimento popular organizado e bem instrumentalizado. Nesse contexto, urge por técnicos do poder público e independentes capazes de dar vazão a essas necessidades. As ocupações urbanas são um exemplo de auto-organização do povo na luta por moradia e pelo direito à cidade. A inserção dos profissionais de arquitetura nesse contexto, e as ocupações, enquanto espaço em que se expressa o valor de uso e não de troca, podem contribuir para a efetivação do direito à cidade:

Acreditamos ser necessário reivindicar a função política dos cidadãos, pois toda a vida é política e a transformação somente é possível através da atividade política. É preciso que tenhamos a consciência de que é necessária nossa participação nas questões que dizem respeito à coletividade, é preciso que nos sintamos responsáveis e pertencentes a um grupo social que vive em determinada rua, em determinado bairro, cidade, país... (FERREIRA, 2016, p. 19)

Para além dos grandes eventos e projetos participativos, a participação tem que ser uma realidade no cotidiano das cidades. Os avanços no campo institucional não podem servir de amarras e limites das ações locais, até porque, somente pelas ações de massa e mobilizações essas conquistas se efetivaram. É preciso entender os limites das normativas, com todas as suas dificuldades e possíveis processos de cooptação pelos agentes do mercado imobiliário e do capital em geral, mesmo reconhecendo os avanços dos marcos legais como a função social da propriedade na Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade em 2001. A grande questão que se evidencia é: como integrar esses processos com as mobilizações sociais, sem as tornar estanques, sem haver cooptação ou domesticação desses movimentos? Especificamente em Florianópolis, cabem algumas perguntas: que papel esses movimentos sociais desempenham no processo de produção do espaço? O plano diretor participativo, pós Estatuto da Cidade, conseguiu dar vazão aos anseios desses movimentos populares? A organização da população influenciou ou não nessas legislações?

3.2 Os diferentes movimentos sociais e a tática de ocupação

Os movimentos sociais são de grande relevância na compreensão dos fenômenos contemporâneos, segundo Gohn (2012, p. 14):

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações-; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Além disso:

partiremos da percepção de movimentos sociais urbanos como aqueles que se colocam em oposição à determinada situação do cotidiano, tentando – a partir de sua organização – transformar aquilo que lhes aflige, podendo para isso usar a força ou a coerção. Essa é uma percepção generalista, pois em se tratando da história recente brasileira, os movimentos não têm feito uso da força. Ao que nos tange, as mobilizações têm se concentrado na pressão ao poder público para conseguir suas reivindicações. Quando pensamos em movimento social, referimo-nos a uma ação coletiva decorrente de uma luta social, política, econômica ou cultural. (FERREIRA, 2016, p. 20)

No presente trabalho, faremos uso dessa interpretação entendendo que os movimentos sociais são uma força de grande relevância da sociedade, como aponta Ferreira (2016) e entendendo também que esses movimentos constroem, muitas vezes, lutas para além das demandas e reivindicações imediatas ou específicas, com projetos de sociedade mais amplos. Há a possibilidade de relação entre diferentes tipos de lutas: seja por moradia, transporte público ou passe livre, saúde ou serviços públicos em geral, até as lutas por direitos, movimentos ambientalistas ou de gênero, igualdade racial e tantos outros.

O termo comumente utilizado na literatura é “movimentos sociais urbanos” (CARDOSO, 2008; JACOBI, 1987), e, mesmo entendendo as especificidades e debates sobre as questões urbanas e rurais (SILVA, 1997), existe também uma forte relação entre esses movimentos na história brasileira (MARICATO, 1994). Assim, mesmo que o foco da pesquisa sejam os movimentos urbanos, é importante trazer questões dos movimentos rurais.

No Brasil, temos exemplos de movimentos sociais, com grande abrangência e protagonistas de ações expressivas no cenário nacional, como o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que são bem organizados e articulados no território. Também há o exemplo de outros movimentos como Movimento Passe Livre (MPL), que é auto-organizado localmente, mas que foi relevante para importantes eventos nacionais, como as Jornadas de junho de 2013.

Os movimentos de luta por moradia e terra têm fortes relações na história brasileira, sendo as lutas, do campo e da cidade, conectadas até hoje de diferentes formas. O debate da reforma agrária e reforma urbana, interrompidos pela ditadura militar, é retomado com a reabertura democrática, e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana tem em sua raiz os

movimentos pela reforma agrária e movimentos populares ligados a setores da igreja católica, relacionados à Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), dos anos 1980 (MARICATO, 1994).

Esses movimentos (de luta por moradia, direito à cidade, etc) vão usar de diferentes táticas de acordo com período. Especificamente os movimentos pela Reforma Urbana, centraram suas ações nos processos institucionais, como a Constituição de 1988. A tática da ocupação, muito presente nos movimentos de moradia da contemporaneidade, nesse período, era uma forte característica dos movimentos rurais. O MST surgiu na década de 80, num contexto de modernização do campo, com a criação de grandes empresas da pecuária e agricultura e expansão da fronteira da agroindústria, assim como as obras de barragens e usinas hidrelétricas, que expulsaram pequenos agricultores de suas terras. Junto de movimentos, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), entre outros, compõe a chamada Via Campesina, organização internacional de camponeses no Brasil. Esses não são os primeiros movimentos de luta pela terra de nosso país, e são, em parte, herdeiros de movimentos anteriores, como as Ligas Camponesas, em Pernambuco nos anos 1960 ou, especificamente, em Santa Catarina e Paraná, nos quais podemos notar a influência dos sertanejos do Contestado, envolvidos numa guerra entre 1912 e 1916. Um histórico mais aprofundado das lutas pela terra no Brasil não é o objetivo do presente trabalho¹⁹, mas, sim, entender um pouco mais da ação dos movimentos na contemporaneidade. As influências dos movimentos do campo na cidade reafirmam as contradições da urbanização brasileira, onde há uma simbiose e retroalimentação entre um suposto “atrasado” e “moderno” próprias da transição capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2013).

Lefebvre (2019) aborda a hipótese da urbanização completa da sociedade, sendo ela nascente da industrialização. Além disso, no debate sobre o novo rural brasileiro, o conceito de *continuum* não pressupõe o desaparecimento da cidade ou do campo, mas o reconhecimento de zonas de transição e o Rural e o Urbano como parte de uma mesma estrutura (SILVA, 1997; SPOSITO, 2010). Historicamente, movimentos reivindicaram outro processo de relação entre campo e cidade, como o caso dos Desurbanistas da União Soviética. O desurbanismo se inseria numa concepção global do socialismo, com uma concepção espacial e uma estratégia de desenvolvimento econômico que buscava equilibrar as relações entre indústrias e agricultura, assim como as contradições entre trabalho intelectual e trabalho manual (RODRIGUES, 1979).

¹⁹ Para um debate mais profundo sobre a questão da terra ver Oliveira (2001).

Atualmente, no Brasil, encontramos propostas de ocupações com projetos políticos, como os assentamentos rururbanos: locais que mesclam as lutas do campo e da cidade, agrovilas em local urbanizado ou periurbano, almejando a produção para consumo próprio, combinado, muitas vezes, com o trabalho na cidade, servindo tanto como moradia quanto local de trabalho. As iniciativas das Comunas da Terra do MST são exemplos disso, assim como outras iniciativas semelhantes de diferentes movimentos. As Comunas da Terra do MST, posteriormente chamadas de Comunas Urbanas, surgem de um projeto com princípios relacionados ao vínculo dos assentados ao trabalho e à produção, à propriedade coletiva da terra e uma matriz de produção agroecológica, reivindicando cooperação, solidariedade e participação, a socialização dos meios de produção e o desenvolvimento sociocultural a partir da nucleação das famílias (GUERREIRO, 2016).

Para além dos movimentos do campo, os movimentos contemporâneos por moradia da cidade de São Paulo também têm origem entre os anos 1970 e 1980: “nas lutas de moradores de cortiços contra as altas taxas de água, luz e IPTU, os abusos dos intermediários, os despejos sem aviso prévio e pela regulamentação de loteamentos” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p 400).²⁰

Em Florianópolis, o processo de formação da organização comunitária tem relação com iniciativas do poder público. Visando o controle e a atenuação de conflitos sociais, em 1977, o governo estadual de Santa Catarina, indicado pela ditadura militar, cria a Supervisão de Ação Comunitária (SAC), responsável por implantar os Conselhos Comunitários, diretamente ligada ao gabinete do governador. A criação dessa entidade está também relacionada com uma política nacional do governo militar, que cria, nos anos 1970, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. Assim, a política comunitária oficial do período é orientada por entidades cuja diretoria era nomeada pelo Estado. Contudo, com a redemocratização, esses programas são extintos e há uma reorganização dos movimentos sociais. O período que se segue a partir de 1985 é marcado por uma profusão de associações de moradores. Segundo Luckmann (1991), os movimentos comunitários florianopolitanos do período da redemocratização poderiam ser divididos em três grupos: a) os independentes, formados por entidades que não apresentavam vínculos com o Estado e que poderiam se vincular a diferentes partidos; b) os setores de periferia, vinculados às Comunidades Eclesiais de Base e ao Partido dos Trabalhadores (PT); e c) os conservadores, vinculados ao Estado e relacionados com partidos como PFL e PDS. Nesse período, há o processo de criação da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

²⁰O debate sobre habitação e direito à moradia, assim como o histórico dessas práticas é melhor abordado em Bonduki (2014).

(UFECO), importante ator dos movimentos sociais nos processos da cidade. Em 1985, também acontecem as primeiras ocupações do MST em Santa Catarina, nas cidades de Abelardo Luz e São Miguel do Oeste, onde simultaneamente ocorreram duas ocupações de latifúndios: uma contando com 1.500 famílias e a outra com 500. Atualmente, em Santa Catarina, existem cerca de 6 mil famílias que vivem em 140 assentamentos do MST, ocupando mais de 70 mil hectares de terra (MST, 2020).

A tática da ocupação é antiga conhecida dos movimentos do campo e cada vez mais presente nos movimentos da cidade. Nos movimentos de moradia, vemos a aplicação de diferentes táticas, como as ocupações (de prédios ou terrenos), a participação nos espaços da institucionalidade, as construções por mutirões autogeridos e as diferentes lutas pelo direito à moradia (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Debater a organização e a ação dos movimentos sociais é debater também a ausência do Estado e de suas políticas públicas, ou a insuficiência e erro dessas políticas, assim como o acesso à cidade.

Fazer um apanhado mais completo sobre os movimentos sociais no Brasil não é o objetivo desse trabalho, mas, sim, entender um pouco de seu histórico e influências na contemporaneidade, principalmente dos movimentos que se relacionam com os debates da cidade. Dessa forma, é importante compreender que os movimentos sociais não começaram a existir no Brasil somente após a redemocratização. O período da ditadura militar, de 1964 a 1985, teve forte impacto na configuração desses movimentos no nosso país, devido às perseguições e exílios. Assim, é fundamental ressaltar o histórico das lutas por reforma agrária e urbana e todo o processo das reformas de base nos anos 60, que foram fortemente impactados pelo processo da ditadura militar, ganhando maior expressividade novamente com o processo de redemocratização.²¹

3.2.1 A questão da moradia e os movimentos sociais no Brasil

Em 1987, é fundada a União dos Movimentos de Moradia (UMM), em São Paulo, que ocupa simultaneamente dezenas de terrenos, com cerca de 50 mil famílias e, em 1997, é fundado o MTST, atualmente o maior movimento de luta por moradia do país (BOULOS, 2012). Esses movimentos estão envoltos em um processo de luta por moradia que ocorre no Brasil desde o final da ditadura militar e no período de redemocratização e, também, pelas consequências da lei de parcelamento do solo de 1979, a Lei Federal nº 6.766, que normatizava esse parcelamento, coibindo os assentamentos irregulares. No seio desses conflitos, nos anos 1980, ocorrem as

²¹ Para mais detalhes sobre essas questões ver Cardoso (2008), Jacobi (1987) e Kowarick (1987).

primeiras experiências de mutirões autogeridos em São Paulo, com influência das experiências das cooperativas uruguaias (BARAVELLI, 2006). Essas experiências foram significativas para a profusão de movimentos populares de luta por moradia no Brasil que ocorreram nos anos 1990, caracterizados pela autogestão e pelos mutirões de construção auto-organizados (MOREIRA, 2009). Como vimos anteriormente, a sincronia de experiências participativas também atinge o estado de Santa Catarina, e, como veremos mais a frente, em Florianópolis também ocorrem ocupações por moradia nesse mesmo período.

No ano de 2002, é eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, o que traz fortes expectativas aos movimentos sociais e, em seu primeiro governo, há a criação do Ministério das Cidades, em janeiro de 2003.

As demandas dos movimentos sociais em luta por moradia desembocam na criação, em abril de 2004, do Programa de Crédito Solidário (Resolução nº 93/2004), destinado à habitação de famílias de baixa renda, organizadas em cooperativas ou associações. O programa visava tanto a construção de novas habitações quanto a finalização de obras e reformas, sendo o financiamento destinado à pessoa física (BRASIL, 2004). Em 2007, é criado, pelo governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para obras de infraestrutura.

Contudo, em 2008 estoura a crise hipotecária e financeira nos EUA, a qual poderia gerar maiores consequências para o governo brasileiro e para o setor da construção civil, que seria fortemente afetado. No entanto, esse setor prontamente se articula com o Ministério da Fazenda para a implementação de um pacote habitacional que atenda aos seus interesses. Assim, sem diálogo com o Ministério das Cidades, costurando alianças por cima e fazendo mediações com o governo federal, o empresariado e os poderes executivos estaduais e municipais, surge o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; ROLNIK, 2015).

O MCMV possibilitou um grande número de produção de habitações, abarcou diferentes estratos de renda e grandes subsídios, chegando a 96% em alguns casos. Além disso, ele também contava com uma modalidade chamada “Entidades” e com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), fruto das pressões dos movimentos sociais (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). O programa é dividido em diferentes modalidades e etapas. As modalidades Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E), os quais são destinados à Faixa 1, de até três salários-mínimos, recebem recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Orçamento Geral da União (OGU). As outras faixas recebem recurso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo que a Faixa 2 recebe recursos do OGU e do FGTS

(RODRIGUES, 2013).

Entretanto, esses programas, por serem de relação direta com o mercado da construção civil, seguiram muito mais uma lógica de mercado do que de uma política pública focada em diretos. O MCMV trabalhou com habitações produzidas em massa e, por ser operado pelo mercado, privilegiou a busca por terrenos a baixos preços, em locais afastados dos centros, sem urbanidade, também prejudicando a mobilidade urbana, gerando longos e demorados trajetos de viagem dos trabalhadores até o local de trabalho, estudo, lazer, consumo e serviços em geral, o que estimulou um crescimento imobiliário desenfreado, que contribuiu para a especulação e a crescente periferização das ocupações urbanas, construindo conjuntos habitacionais em locais distantes dos grandes centros e locais de trabalho dos moradores. Outro ponto é que, para além de um programa habitacional, o MCMV aparece como uma política anticíclica (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; FIX, 2011), ou seja, se mostrou muito mais um programa econômico, de subsídio para o setor imobiliário e voltado para a construção civil:

O pacote foi elaborado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda, em diálogo direto com representantes dos setores imobiliários e da construção, como uma política de governo em resposta à crise, desconsiderando diversos avanços institucionais na área de desenvolvimento urbano bem como a interlocução com outros setores da sociedade civil. (ARANTES; FIX, 2009, p. 12)

O programa possui também a modalidade “Entidades”, na qual associações ou cooperativas podem gerir o processo, desde o projeto até a execução, porém essa se constituiu de uma pequena parcela do projeto, somente 3% do subsídio público. Uma política pública efetiva deveria ter a habitação como um direito e não uma mercadoria, e instrumentos como as taxações de terras e estoques de terras públicas para combater a especulação e alternativas como aluguel subsidiado são elementos que poderiam estar contidos em um plano nacional. Um grande debate abordado é que esse programa não atinge o verdadeiro deficit habitacional, que é constituído de habitações precárias, coabitação, aluguel excessivo e densidade excessiva (ARANTES; FIX, 2009).

Uma iniciativa que trataria dos itens abarcados pelo deficit é a Lei de Assistência Técnica, Lei 11.888 de 2008, segundo consta: “Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia” (BRASIL, 2008).

Porém, mesmo em lei, essa proposta ainda não tem conseguido se popularizar em nosso país, sendo poucos os lugares que conseguiram executá-la, como é o caso da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) de Brasília. Iniciativas nesse sentido podem ser encontradas também no programa de residência em arquitetura e urbanismo

da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade de São Paulo (USP).

Mesmo que ainda incipiente, a Lei de Assistência Técnica abre possibilidades para uma outra atuação profissional em consonância com o direito à cidade, compreendendo as limitações dos programas governamentais centrados na construção de novas moradias e no financiamento, como o MCMV.

Engels (2015) já abordava que a solução do “trabalhador proprietário” não era suficiente, pois o problema da habitação era também o da má condição. Em sua obra intitulada “Sobre a questão da moradia”, de 1873, traz: “Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real ‘escassez de moradia’” (ENGELS, 2015, p. 56). Outro paralelo entre a situação no século XIX e a de agora, é a segregação espacial, na qual as habitações populares deveriam estar “longe do olhar das classes mais afortunadas” (ENGELS, 2010, p. 70) e “O capital – isso está definitivamente constatado – não quer eliminar a escassez de moradia, mesmo que possa” (ENGELS, 2015, p. 90). Os conjuntos habitacionais populares dificilmente estão nos centros urbanos, mas em áreas mais afastadas, contribuindo para a especulação e para a remoção de famílias.

Já nos tempos atuais, Rolnik (2015, p. 27) aborda que há um processo de desconstrução da habitação como um bem social e um processo de torná-la uma mercadoria. Arantes e Fix (2009) demonstram que esse processo se agrava com o capitalismo financeiro²² na habitação e a ideologia da casa própria, na qual “a casa própria é inserida num contexto de apaziguamento das lutas sociais e de conformismo em relação às estruturas do sistema” (ARANTES; FIX, 2009, p. 6):

A relação entre política pública habitacional e produção privada de moradias jamais deixou de existir no Brasil. No entanto, ela se redesenhou com a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras e com o aumento de recursos dos principais fundos públicos e semipúblicos – o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) —, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a partir de meados dos anos 2000. (SHIMBO, 2010, p. 23)

²²O capitalismo financeiro ou monopolista é abordado por Lenin em sua obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, no qual debate a atuação dos bancos no capital industrial. No processo de financeirização, além do processo de transformação do capital bancário em capital industrial, há o aumento da concentração de capital e de produção que incidem na criação de monopólios. Essa fase do capitalismo, monopolista, é caracterizada pela fusão entre bancos e indústrias (LENIN, 2008). Atualmente, esse processo se agudiza, como aborda Paulani (2012), no qual “a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira” (PAULANI, 2012, p. 91). Um exemplo disso é o crescimento de patrimônio dos grupos que atuam no setor financeiro sendo muito mais alto que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tendo um descompasso entre o crescimento da geração de renda e o crescimento da captação dessa renda pelos rentistas externos. Ou seja, o capital financeiro cresce em maiores taxas que a acumulação produtiva, o que se configura como um novo regime de acumulação (PAULANI, 2012). Para mais detalhes sobre o capital financeiro ou capital portador de juros ver Chesnais (2005).

Além disso, os processos de financiamento podem gerar dívidas que, muitas vezes, essas populações não conseguem pagar. A casa própria e os financiamentos, como também aborda Engels (2015), amarram essas populações a um território, no qual, num contexto de crise e insegurança, com a perda de emprego, por exemplo, a migração, frequentemente, é uma necessidade da classe trabalhadora em busca de melhores condições. Rolnik (2015) também traz a preocupação com as dívidas da “casa própria” em sua análise da situação da financeirização da moradia, no qual relata os casos de suicídios e mortes relacionados às dívidas com habitação na Espanha e na Índia.

As ocupações urbanas buscam romper com essa lógica, dando função social a vazios urbanos, como terrenos ou prédios abandonados em áreas centrais e próximas aos trabalhos e serviços, sendo, muitas vezes, a única alternativa de uma população que não tem condições de arcar com os altos preços de aluguéis, do transporte coletivo ou dos financiamentos.

Em um contexto em que a especulação e as longas distâncias também têm incentivado a ocupação informal de áreas de preservação e, com a dinâmica ainda recente dos megaeventos, vimos a cidade ser palco de misteriosos incêndios em favelas e violentas remoções (MARICATO, 2013). Além da transformação da cidade com os investimentos ligados à Copa e às Olimpíadas com instrumentos como “Operação urbana consorciada”, “Lei Geral da Copa” (VAINER, 2013) e outras flexibilizações jurídicas, assim como as remoções e a repressão brutal à resistência e aos movimentos populares, intensificaram os conflitos por terra e moradia nas cidades. Em nossas cidades, se acentuou a dualidade da condição urbana: precariedade dos serviços, falta de urbanidade e altos investimentos em estádios e suporte ao turismo. Vivemos um projeto excludente de cidade: com falta de participação popular efetiva e abandono dos espaços de democratização, que ficaram no papel. Vimos em todo o país o boicote institucional aos processos participativos, desde planos diretores a conselhos.

3.2.2 As táticas dos movimentos sociais

No Brasil contemporâneo, o processo de conflitos no espaço público sofre um aguçamento no período dos anos 2010, em consonância com a realização de megaeventos esportivos que explicitam desigualdades sociais e espaciais. A Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) motivaram a realização de grandes obras e remoções forçadas. Esse processo gerou uma resistência dos movimentos sociais, que organizaram diversos protestos, assim como ocupações de moradia, movimentos de luta e de resistência e comitês populares.

A tática da ocupação aparece cada vez mais como uma alternativa para os movimentos sociais, não só para os de luta por moradia, mas também nas lutas por transporte público, nas escolas e universidades (como as ocupações massivas de escolas públicas em 2016), nas ocupações culturais e artísticas (como o movimento Ocupe Estelita de 2014) e diversos movimentos de ocupação de espaços públicos que ocorrem no Brasil e no mundo. No ano de 2011, vimos os EUA serem palco do movimento *Occupy*, que tratavam dos direitos dos 99% da população em detrimento dos 1% que “controlam o mundo”, com críticas ao sistema financeiro e à *Wall Street*, e com métodos e debates que se relacionam também com as ações no Brasil. Cabe aqui entender um pouco melhor as características desses diferentes tipos de ocupações e disputa pela cidade. O movimento mais comum de ser estudado na literatura da arquitetura é o movimento de moradia e as ocupações por moradia, como é o caso de movimentos como o MTST, que usam da tática da ocupação e pleiteiam também políticas públicas, como o MCMV – Entidades. Nesse movimento, a questão da ocupação surge num contexto em que o problema do déficit de habitação brasileiro é mais do que um problema de quantidade, mas de qualidade. Há um déficit quantitativo de 6.273.000 famílias, cerca de 22 milhões de pessoas ou 10% da população brasileira, sendo que 39% vive na coabitação e 32% com ônus excessivo com aluguel, além dos que vivem em moradias precárias ou cortiços. Além disso, se considerarmos a inadequação, teremos 15.307.406 famílias, ou seja, cerca de 53 milhões de pessoas, quase 1/3 da população brasileira, enquanto, por outro lado, temos 7.351.000 imóveis vazios, segundo dados de 2008 (BOULOS, 2012). A Fundação João Pinheiro (2021a) fez um novo estudo com uma estimativa de déficit de 5,876 milhões de domicílios para o ano de 2019.²³ Os componentes desse déficit incluem 3,035 milhões com ônus excessivo com o aluguel urbano, 1,482 milhão com habitações precárias e 1,358 milhão com coabitação. Esses dados não incluem, por exemplo, as pessoas em situação de rua, o que pode fazer desses números ainda maiores. Cabe ressaltar que esses são os dados oficiais aos quais temos acesso, a realidade pode ser de um quadro ainda mais drástico, pois como visto, o levantamento pode não abordar todas as particularidades, além do fato que os dados disponíveis já são antigos. O último Censo Demográfico do IBGE realizado foi no ano de 2010, um novo censo deveria ser feito em 2020, contudo devido à emergência sanitária do Coronavírus e a pandemia, o Censo de 2020 foi adiado para 2021 e, posteriormente, foi cancelado devido aos

²³A metodologia de levantamento do déficit sofreu alterações nos últimos anos, a base de dados para a pesquisa é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). Para mais informações ver (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021b).

cortes orçamentários, havendo ainda insegurança sobre sua futura realização (ZANFER, 2021).

Um caso emblemático de ocupação por moradia e que foi de destaque na mídia brasileira é o da ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos-SP, onde um terreno que estava ocioso por 30 anos foi ocupado por 1.789 famílias em 2004 e sofreu uma desocupação violenta no ano de 2012 devido à reintegração de posse (SOUZA; CASTRO, 2019).

Além dos movimentos por moradia, os movimentos culturais também utilizam a tática de ocupação, um exemplo é o movimento Ocupe Estelita, no Cais José Estelita em Recife-PE (NÓBREGA, 2016). Esse movimento surge da crítica ao projeto Novo Recife, com o debate sobre o caráter da intervenção que ocorreria nesse espaço, que teve forte participação popular nas audiências públicas. No entanto, mesmo envolto em polêmicas, o Consórcio Novo Recife inicia a demolição do cais em 2014, gerando uma comoção popular e uma vigília contra a demolição, que se transforma em um acampamento de 58 dias, atraindo mais pessoas. O movimento de ocupação foi reivindicado como um movimento cultural, recebendo artistas de renome nacional para fazer apresentações no local, que chegaram a reunir mais de 10 mil pessoas. Além de shows, ocorreram oficinas, debates e aulas públicas no local, com nomes como David Harvey, tornando-se, para além de um movimento contra a demolição do cais, um movimento em prol da participação popular na produção da cidade (NÓBREGA, 2016), sendo também, uma referência para outros movimentos no país, como o caso do Cais Mauá em Porto Alegre-RS.

Com as crises cada vez mais frequentes e as constantes perdas de direitos da população, movimentos contestatórios e de luta são recorrentes. A produção, distribuição, consumo e reinvestimento são momentos diferentes do processo capitalista de produção e o capitalismo tem uma “tendência a produzir sem levar em consideração os limites do mercado” (HARVEY, 2005), o que culmina nas crises de realização devido à acumulação pela acumulação, com expansão do valor e volume das mercadorias, maximizando os lucros e diminuindo os salários. Essa diminuição de salários gera uma queda do poder aquisitivo, levando à seguinte contradição: uma abundância de mercadorias, mas sem pessoas capazes de comprá-la, o que gera uma crise devido à superprodução de capital e subconsumo. Essas crises têm alto custo social, desde falências, colapsos, inflação, até ao caos social, aumento da violência e repressão (HARVEY, 2005). Nesse sentido, os movimentos contestatórios seguem sendo uma realidade, enquanto esse processo não cessar.

Num contexto de capitalismo financeirizado e global, essas crises também afetam Florianópolis. Por mais que ela não seja uma cidade-sede de nenhum desses megaeventos, ou um dos centros urbanos mais desenvolvidos de nosso país, vemos uma relação: esses

movimentos gerais também influenciam a atuação dos movimentos sociais cidade na, e vemos nesses ciclos de lutas uma contemporaneidade com os ciclos de lutas nacionais.

3.3 Ocupações em Florianópolis

Em Florianópolis, evidencia-se as peculiaridades das ocupações, muitas vezes espontâneas, onde a organização dos movimentos se torna posterior, contra a expulsão dessa comunidade de uma determinada área. No entanto, existem também aquelas ocupações que foram organizadas desde o princípio, cabe aqui entender a diferença entre esses dois processos.

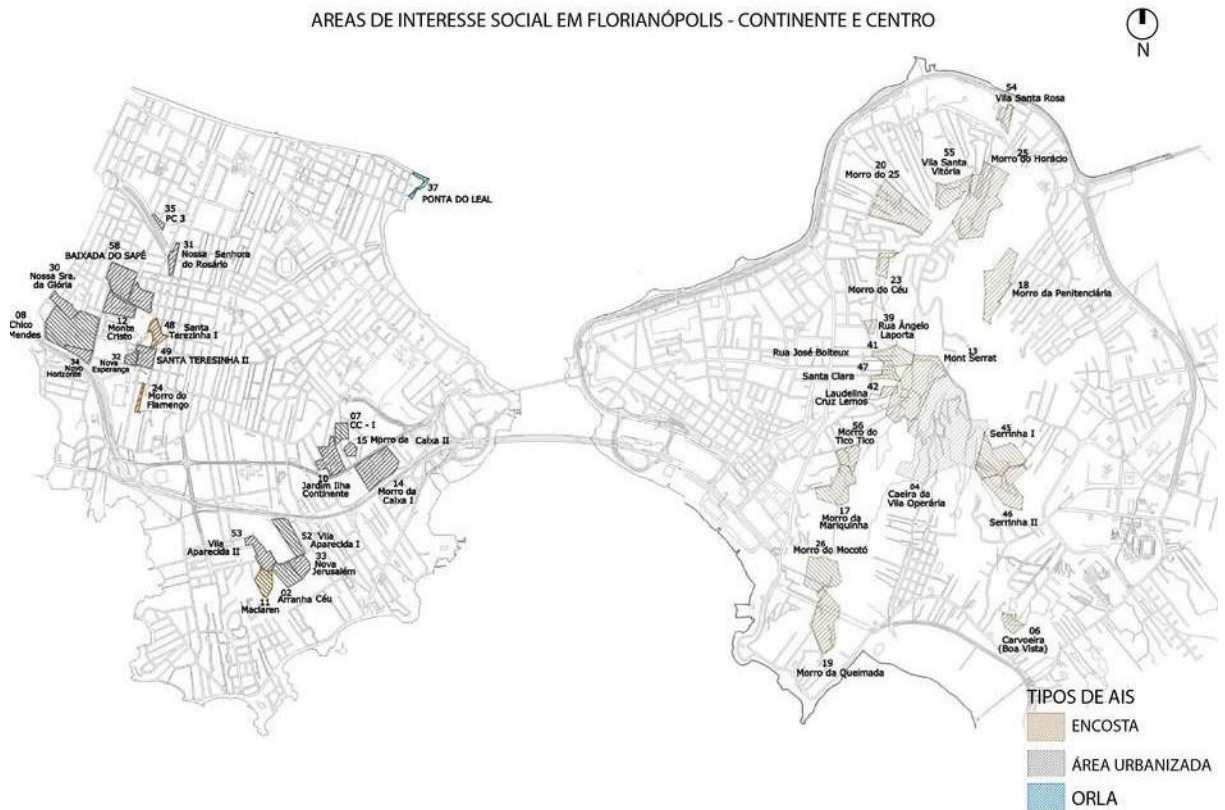
Segundo dados do grupo INFOSOLO (SUGAI, 2009) (Figura 13), na área conurbada de Florianópolis existem 171 ocupações irregulares, constituindo 14,4% do total das moradias dessa área (SUGAI, 2009). No Plano de Habitação de Florianópolis (2009) as Áreas de Interesse Social totalizam 65 assentamentos, somando 16% da população do município, com uma estimativa de déficit habitacional de 12.500 unidades (FLORIANÓPOLIS, 2009). Essas áreas de informalidade se concentram principalmente no centro e continente, assim como as áreas de interesse social (figura 14), tendo destaque também no norte da ilha, Maciço da Costeira, Saco Grande e sul da ilha. Com a grande parte dos terrenos situados em áreas de vulnerabilidade ambiental, como áreas de encostas, mangues e dunas. Mais recentemente tem sido feito um trabalho colaborativo de atualização do levantamento e mapeamento dessas comunidades, presente no projeto ComunitÁreas. O projeto já mapeou 136 comunidades (Figura 15) na área conurbada de Florianópolis (COMUNITÁREAS, 2020).

Figura 13 – Localização dos assentamentos precários na área conurbada de Florianópolis



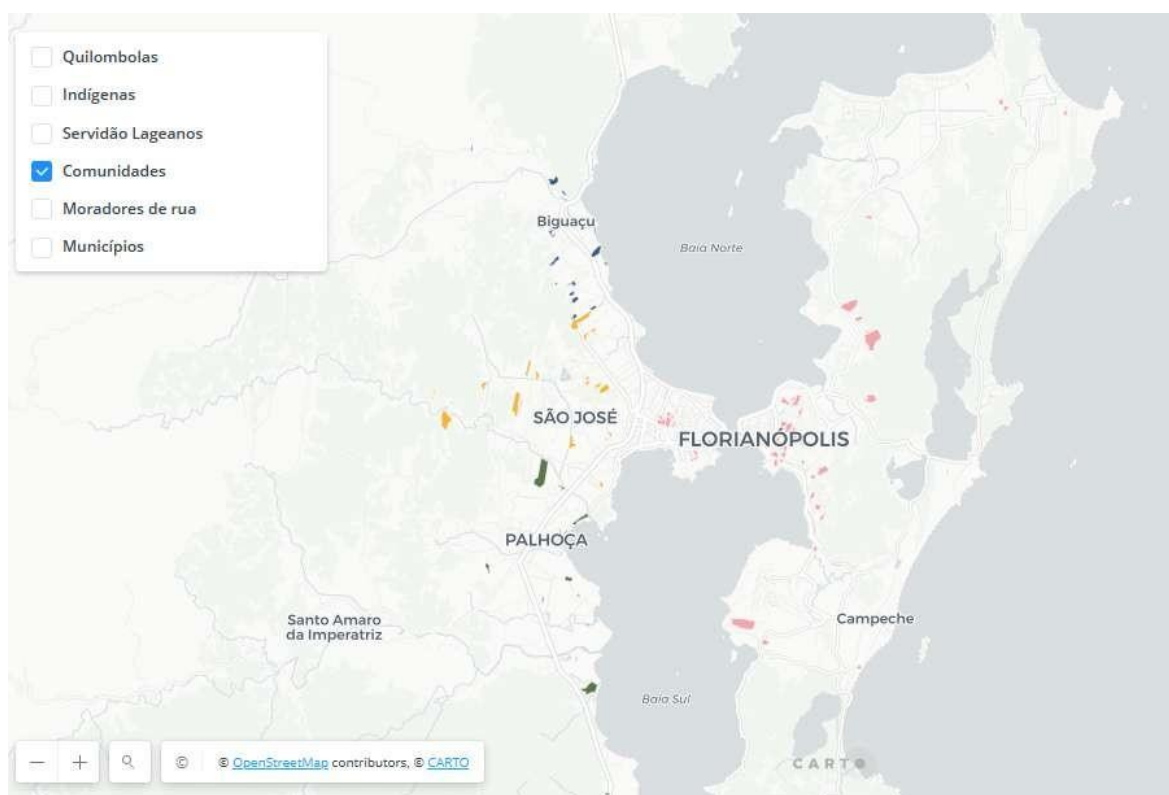
Fonte: SUGAI, 2009.

Figura 14 – Áreas de Interesse Social no Centro e Continente de Florianópolis – SC



Fonte: elaborado pela autora a partir do PMHIS de Florianópolis, 2009.

Figura 15 – Mapa georreferenciado e colaborativo, composto por dados das comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental nos municípios da Área Conurbada de Florianópolis – ACF (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu)

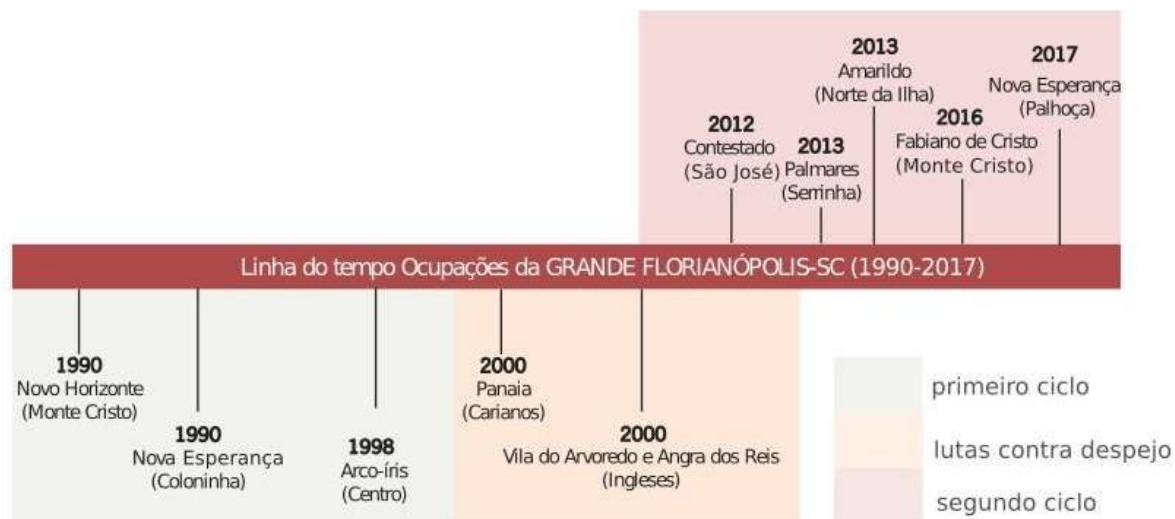


Fonte: ComunitÁreas, 2020.

A demanda por habitação e a falta de políticas públicas eficientes para lidar com as particularidades do déficit habitacional impulsionam muitas das ações de ocupação por parte da população. Existe uma diferença entre as ocupações espontâneas de terra e aquelas que são organizadas, e, dentre as ocupações irregulares de Florianópolis, cabe destacar aquelas que tiveram movimentos de embate mais intensos com o poder público e que geraram um processo mais expressivo de organização e articulação dos movimentos populares. No caso das ocupações em geral, também é possível fazer uma separação das ocupações ditas espontâneas, mas que por terem passado por um processo de despejo ou embate gerou uma maior articulação do movimento *a posteriori* e aquelas que foram organizadas como movimentos de ocupação desde o princípio. Além disso, é observável a presença de dois ciclos dessas ocupações organizadas, como sinaliza Canella (2016): um primeiro, com origem nos anos 1990, influenciado pelas comunidades eclesiais de base, e um segundo, iniciado em 2012, influenciado por organizações políticas. Assim, temos diferentes questões: as ocupações irregulares, e, dentre elas, as que sofreram ameaça de despejo e as que não sofreram; e as ocupações organizadas e as espontâneas (Figura 16). No ciclo dos anos 90, vemos uma predominância das ocupações organizadas na parte continental de Florianópolis e um

aguçamento dos conflitos nas ocupações espontâneas situadas na ilha. Para uma melhor compreensão desse fenômeno vamos fazer um apanhado geral desse processo.

Figura 16 – Linha do tempo das ocupações na grande Florianópolis

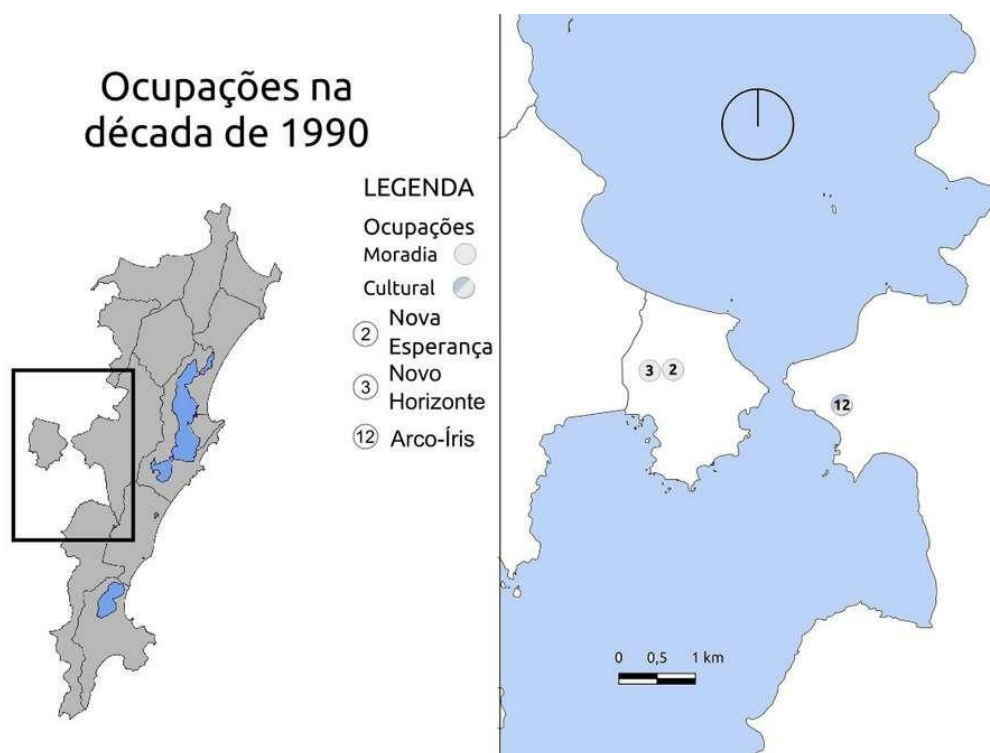


Fonte: elaborado pela autora.

3.3.1 Experiências de luta por moradia nos anos 1990

Cabe ressaltar algumas experiências exemplares desse primeiro período dos anos 90 (Figura 17): a Ocupação Novo Horizonte, no Monte Cristo (continente), Nova Esperança, na Coloninha (continente) e Instituto Arco-íris, no Centro, sendo ocupações previamente organizadas. Nesse período, também ocorrem ocupações espontâneas, mas que após um processo de tentativa de expulsão pelo poder público elas se organizaram na luta pela permanência no local, mobilizando uma rede de apoio de outros movimentos sociais e da universidade.

Figura 17 – Localização das ocupações dos anos 90



Fonte: elaborado pela autora.

O complexo do Monte Cristo é composto por diferentes comunidades, sendo as mais conhecidas a Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória. O bairro do Monte Cristo é dividido em nove comunidades: Monte Cristo, Promorar, Conjunto Panorama, Nova Esperança, Santa Terezinha I e II, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória, tendo diferentes associações de moradores. A mais antiga das associações é a do Monte Cristo, fundada em 1986, outras foram fundadas nos anos 90, e no ano de 2001 foi fundado o Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo (CARMOCRIS), como articulação entre as lideranças comunitárias da área (NUERNBERG, 2009). Nesse complexo, localizado na porção continental de Florianópolis e em proximidade às pontes de acesso à Ilha de Florianópolis é onde ocorre a primeira ocupação devidamente organizada da região, em julho de 1990 e com o nome de Novo Horizonte. A ocupação se situava às margens da Via Expressa, principal via de ligação entre o continente e a ilha, em um terreno de propriedade da Companhia de Habitação (COHAB). Cerca de 100 famílias participaram do processo, com o lema: “ocupar, resistir e construir” (CANELLA, 2016, p. 273). Essa ocupação traz um pouco do que era a conjuntura brasileira do período: com as lutas nacionais pela reforma urbana, os mutirões autogeridos em São Paulo, o processo de redemocratização e a nova Constituição Federal de 1988.

As ocupações, muitas vezes, mantêm um aspecto de relação e alimentação. Após uma

ocupação, é comum ocorrer outra, com pessoas de uma ocupação participando da organização da próxima. É esse o caso da ocupação Nova Esperança, também na área continental, da qual integrantes da ocupação Novo Horizonte protagonizaram o novo processo, em novembro de 1990, no bairro Coloninha (CANELLA, 2016).

Esse processo de ocupações serve, então, como uma escola e formação de movimentos sociais, assim como um espaço de luta pela garantia de direitos: quando o direito à moradia não é garantido, as pessoas o conquistam por conta própria.

A ocupação foi considerada um sucesso, pois obtiveram os lotes e os recursos para construção das casas, em uma área próxima à ponte que dá acesso à ilha (onde está localizado o centro de Florianópolis), o bairro Monte Cristo. O sucesso das negociações foi atribuído ao forte componente organizativo e capacidade de mobilização do movimento. Suas lideranças buscaram o fortalecimento do movimento por meio de apoios externos, organizaram atos que deram mais visibilidade à causa dos sem-teto: tais tarefas foram fundamentais naqueles dias tensos das primeiras semanas de ocupação. Também se fazia mais do que necessário despertar o sentimento de união, fortalecendo a coesão do grupo, que a agora se convertia numa “comunidade”. (CANELLA, 2016, p. 274)

Em 1993, é eleita a gestão da Frente Popular (PPS, PT, PCdoB, PCB, PSB, PDT, PSDB e PV), que traz o debate da participação para a gestão da cidade, com a aplicação do Orçamento Participativo, Conselho de Cidade e com o início do primeiro Plano Diretor Participativo de Florianópolis (que só será implementado de fato na gestão seguinte, em 1997). Nesse período, os movimentos de ocupações perdem força, voltando-se para ações no campo mais institucional (ABREU, 2019).

Além dessas ocupações por moradia, características do período, nos anos 1990, também ocorreu a ocupação de um prédio localizado no centro de Florianópolis e de propriedade da Universidade Federal de Santa Catarina. Diferente das ocupações anteriores, essa não se tratava de uma ocupação por moradia, mas de movimentos sociais ligados à cultura e à questão da saúde. Em 1998, o grupo Arco-Íris ocupou o local onde permanece até os dias de hoje, por isso, sofreu ameaças de despejo e vive um processo de luta constante para permanecer no espaço e ser um importante agente de transformação no centro de Florianópolis, caso que será tratado mais a diante no presente trabalho. Podemos notar um paralelo entre esse ciclo de ocupações e outros movimentos que ocorreram nacionalmente, como o processo de aprovação da Constituição de 1988, o debate nacional sobre reforma urbana ou os mutirões autogeridos em São Paulo, que foram influenciados também pelas cooperativas uruguaias. Os movimentos de ocupação desse período tinham as comunidades Eclesiais de Base, da igreja católica, como aliados, e partiam dos princípios de ajuda mútua, buscando, por meio da organização popular, a garantia de direitos que começavam a tomar uma diferente forma no Brasil.

3.3.2 O “entre ciclos” das ocupações: os anos 2000 e as lutas contra o despejo

Além desses casos emblemáticos dos anos 90, de ocupações organizadas, outros casos de ocupações espontâneas que passaram por processo de tentativa de despejo e a partir desse fato tiveram uma maior organização política e articulação com outros grupos da cidade chamam atenção (Figura 18). Um caso emblemático é o da comunidade da Panaia, localizada no bairro Carianos, ao sul da ilha, próximo ao aeroporto (inclusive o nome Panaia vem de *Panair*²⁴). Essa comunidade era composta por cerca de 30 famílias, que viviam no local há mais de 40 anos. A ocupação havia passado por diferentes tentativas de expulsão em sua história, por meio do Comando da Base Aérea, a quem originalmente pertenceriam as terras, contudo, só recebem a primeira ordem de despejo no ano de 1988. Esse processo fica em trâmite na justiça, e a sentença apenas sai em julho de 2001, condenando as famílias a saírem das terras, as quais eram da União. As famílias teriam, então, 10 dias para deixar suas casas e, em solidariedade, é criado o grupo Amigos da Panaia, disposto a auxiliar na regularização da comunidade, além de serem realizadas manifestações públicas pela permanência da comunidade no local (VOGES, 2010). A comunidade contou também com apoio e projeto do Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA) da UFSC. Os integrantes do AMA participaram de projetos com a referida comunidade em virtude da urbanização da área, em contraposição às propostas da prefeitura, utilizando o projeto estudantil para a realocação das famílias após o processo de remoção (FENEA, 2006). Em outubro de 2002, a área da União é cedida à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), com a “destinação de uma área de 8.368,77m² para o assentamento das famílias ocupantes do terreno e destinação da área restante, 11.072,89m², para a construção de um posto de saúde e uma creche para atender ao Bairro de Carianos, incluindo a comunidade Panaia” (FLORIANÓPOLIS *apud* VOGES, 2010, p. 47). Assim, a luta do movimento garantiu não só a permanência no local, como também o processo participativo da regularização, com a luta conjunta aos estudantes e à sociedade organizada.

²⁴ A Panair do Brasil S.A. foi uma das primeiras companhias aéreas brasileiras. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA.

Figura 18 – Localização das comunidades que se organizaram a partir das lutas contra o despejo



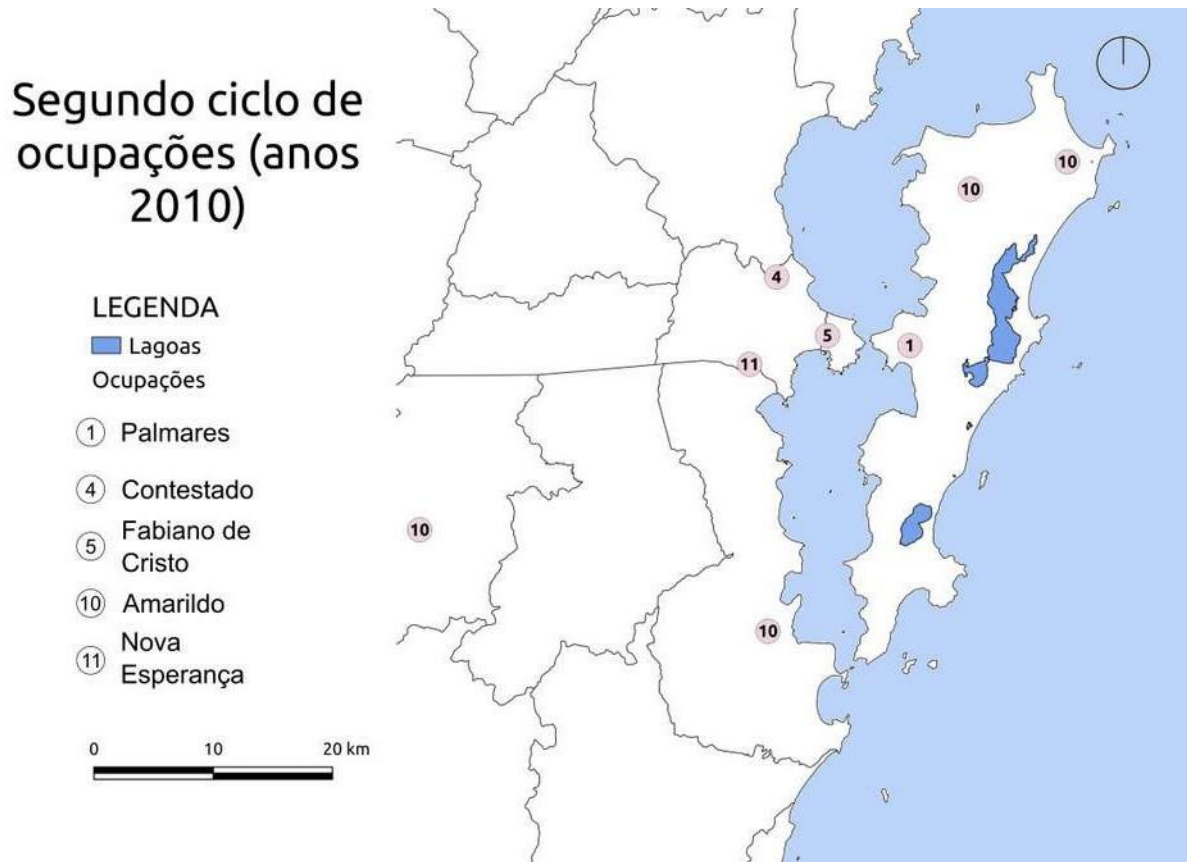
Fonte: elaborado pela autora.

Outro exemplo de luta semelhante, e de transição entre esses ciclos de ocupações em Florianópolis, é a da comunidade de Angra dos Reis. Nos anos 2000, foi formada a associação de moradores de Angra dos Reis, ocupação nas dunas dos Ingleses, no norte da ilha. Por meio da Associação de Moradores (ACARI), lutaram pela legalidade da área e contra o despejo. O AMA também atuou em projetos participativos com essa comunidade, dessa vez numa área de dunas e com o debate de regularização fundiária dentro de uma ZEIS (FENEA, 2006).

3.3.3 Ciclo de ocupações por moradia organizadas nos anos 2010

Entre 2012 e 2013, ocorreu o início do segundo ciclo de ocupações com a ocupação Contestado, localizado no município de São José (parte da área conurbada de Florianópolis), seguida da Ocupação Palmares, na Serrinha, localizada nas proximidades da UFSC, parte mais central da ilha, e da Ocupação Amarildo, no norte da Ilha, essas duas na cidade de Florianópolis (Figura 19). Dentre essas ocupações, a Amarildo de Souza sofreu diferentes deslocamentos ao longo do tempo, iniciando a ocupação no norte da Ilha e se deslocando aos municípios de Palhoça e Águas Mornas.

Figura 19 – Ocupações dos anos 2010



Fonte: elaborado pela autora.

A ocupação Contestado ocorreu em novembro de 2012, contando com cerca de 50 famílias. Elas ocuparam um terreno que estava vazio há mais de 40 anos. Com o processo de ocupação, ocorre uma rede de solidariedade configurada por organizações políticas, como o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) e o MST, sendo a organização a longo prazo protagonizada pelas Brigadas Populares, que nacionalmente tinham experiência em outras ocupações, como a Dandara, em Minas Gerais (CANELLA, 2016). Cabe ressaltar que, antes do processo de ocupação organizada, um terreno no bairro José Nitro, em São José, era fonte de disputas: famílias já ocupavam o local e sofriam de uma ordem de despejo, a qual, em um comício, é negada pelo prefeito Djalma Berger, havendo também a promessa da regularização do terreno. Isso se dá num contexto de eleições municipais, no qual as cidades de Florianópolis e São José tinham como prefeitos os irmãos Dário e Djalma Berger, e este tentava a reeleição para a prefeitura de São José. Essa promessa de campanha incentiva uma maior ocupação de famílias no terreno, porém Djalma não é reeleito e a ordem de despejo é efetivada de forma violenta. É após esse despejo que ocorre uma maior articulação do movimento e organização,

que ocupa um terreno no bairro Jardim Zanelatto, também na cidade de São José. A organização da ocupação se deu por núcleos que se agrupavam em conjuntos maiores, chamados de quadras (MAGALHÃES; TONIN, 2015).

Novamente, como nos anos 90, o surgimento de uma ocupação influenciou no processo de ocupação de outras áreas. Assim, no final do ano de 2012 e início do ano de 2013, ocorre a ocupação Palmares, na Serrinha, situada no Maciço do Morro da Cruz, na área do bairro Carvoeira, sendo próxima à UFSC e também ao Centro de Florianópolis. Essa ocupação se desenvolve às margens da avenida Transcaeira, sendo um acesso mais curto entre a UFSC e o centro da cidade, por meio do Maciço do Morro da Cruz, criado com obras do PAC. A ocupação, de início espontânea, passa por um processo de despejo e por uma campanha de solidariedade de outros movimentos da cidade, ação semelhante ao ocorrido na ocupação Contestado. Ocorre, inclusive, um processo de aproximação entre os dois movimentos, que organizam um ato de rua em defesa do direito à moradia em Florianópolis, relacionado às Jornadas de Junho de 2013. A ocupação teve apoio de outros grupos políticos da cidade, como a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), as Brigadas Populares, o Coletivo Marighella, o Coletivo Catarina de Advocacia Popular e o Movimento Passe Livre de Florianópolis (MPL-Floripa). (VELA, 2015). A região da Serrinha, inclusive, é uma área onde há uma considerável concentração de moradia de aluguel, chegando a totalizar, segundo estudo de 2007, 19% das moradias do local (LONARDONI, 2007).

A partir do final de 2012 várias famílias começaram a ocupar terrenos adjacentes a uma estrada que vinha sendo pavimentada com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), interligando morros da área central da parte insular de Florianópolis (área conhecida como Maciço do Morro da Cruz). Os ocupantes constituíam um grupo de cerca de 20 famílias que resolveram sair do aluguel, todos eles migrantes, há muitos anos em Florianópolis, morando no morro da Penitenciária, na Serrinha e em outras localidades do Maciço do Morro da Cruz. Muitos deles estavam cadastrados nos programas de política habitacional do governo, entre os quais o que previa a entrega de uma COHAB para 300 famílias do Maciço. (CANELLA, 2016, p. 278)

A história dos integrantes dessas diferentes ocupações é, muitas vezes, parecida: comumente migrantes, alguns residindo há muitos anos em Florianópolis e região, muitos endividados pelo aluguel, que consome boa parte de seus ganhos, ou vivendo em coabitação com diferentes gerações familiares em locais com pouco espaço, muitos trabalhadores informais ou trabalhadores de empresas terceirizadas. Vários moradores da ocupação Palmares, por exemplo, haviam sido despejados de suas antigas habitações por estarem em áreas consideradas de risco em outras partes da cidade. Na ocupação Palmares, havia uma predominância de pessoas provenientes da região nordeste do Brasil, o que, inclusive, serviu de

inspiração para o nome da ocupação, em homenagem ao Quilombo dos Palmares. (VELA, 2015). Já na ocupação Contestado, a maioria das famílias já residia na cidade de São José e era também de origem catarinense. Há uma predominância de jovens e crianças, além disso, 76,6% das famílias vivia de aluguel antes de se mudar para a ocupação Contestado e 21,3% morava de favor (MAGALHÃES; TONIN, 2015).

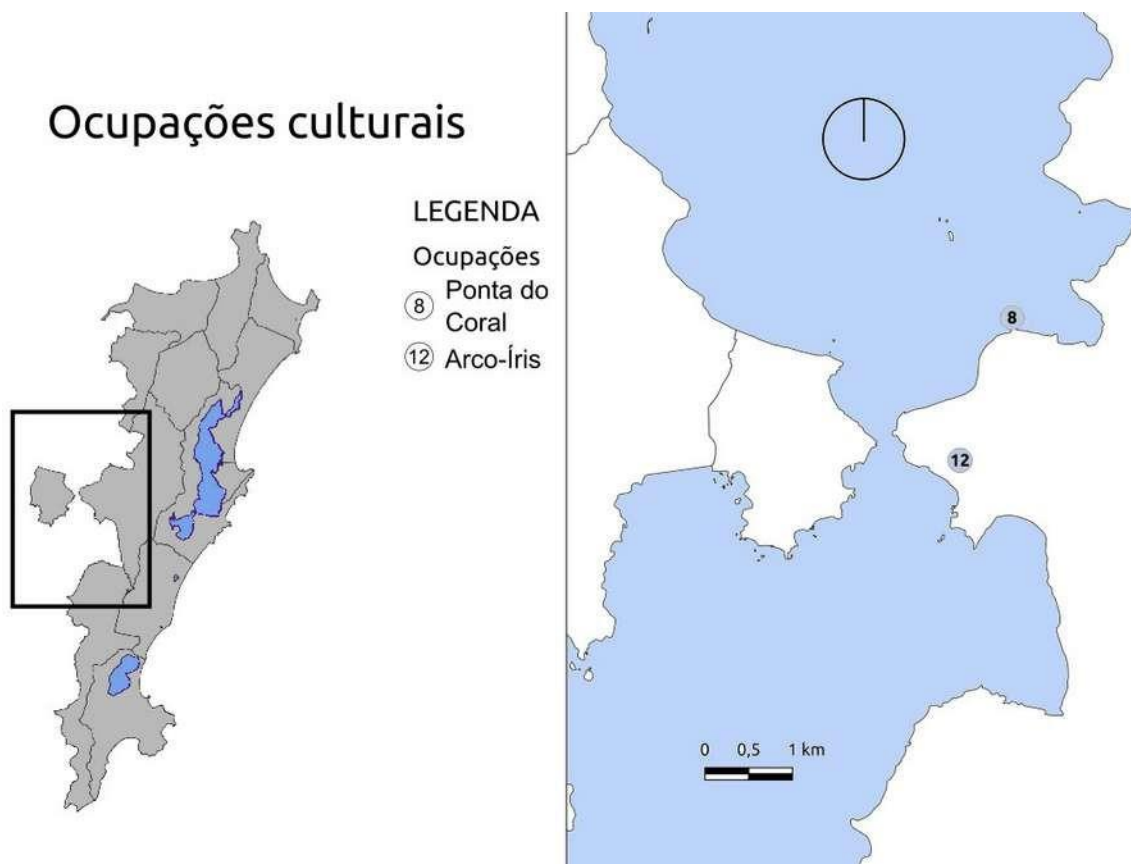
Da ocupação Palmares e Contestado também se originaram muitos dos integrantes da ocupação Amarildo. A ocupação Amarildo ocorre no final de 2013, às margens da rodovia SC-401, no bairro Vargem Pequena, no norte da ilha, a caminho dos balneários mais valorizados, ocupação esta que será abordada de forma mais detalhada mais a frente neste trabalho.

Outras ocupações por moradia mais recentes também ocorreram no Núcleo Metropolitano de Florianópolis. Em 2016, ocorreu a ocupação Fabiano de Cristo no Monte Cristo, na parte continental de Florianópolis. Em 2017, ocorreu também uma outra ocupação chamada Nova Esperança, na cidade de Palhoça, e, mais recentemente, em 2018, novas ocupações surgiram na Costeira e Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, intituladas Mestre Moa e Marielle Franco. A ocupação Fabiano de Cristo no Monte Cristo surge a partir de familiares da ocupação Novo Horizonte que já não encontravam mais espaço para morar. Fabiano de Cristo era um conjunto habitacional que estava em obras, mas abandonado, sendo então ocupado por moradores do bairro Monte Cristo provenientes de novas gerações de familiares dos integrantes da ocupação Novo Horizonte.

3.3.4 Ocupações de caráter cultural

Além das ocupações por moradia, as ocupações com caráter cultural (Figura 20) também exercem um forte papel na disputa da cidade. Vemos, desde meados dos anos 2000, o surgimento das Batalhas de Rap na cidade, como a batalha da Alfândega, no Centro, e, mais recentemente, o surgimento de outras batalhas espalhadas pela cidade, no norte, sul e continente, além da Batalha das Minas, que ocorre no setor leste do Centro. Todos esses movimentos são exemplos de ocupação do espaço público e de ações dos movimentos populares em busca de território que não lhe é ofertado formalmente, mas que é tomado.

Figura 20 – Ocupações de caráter cultural

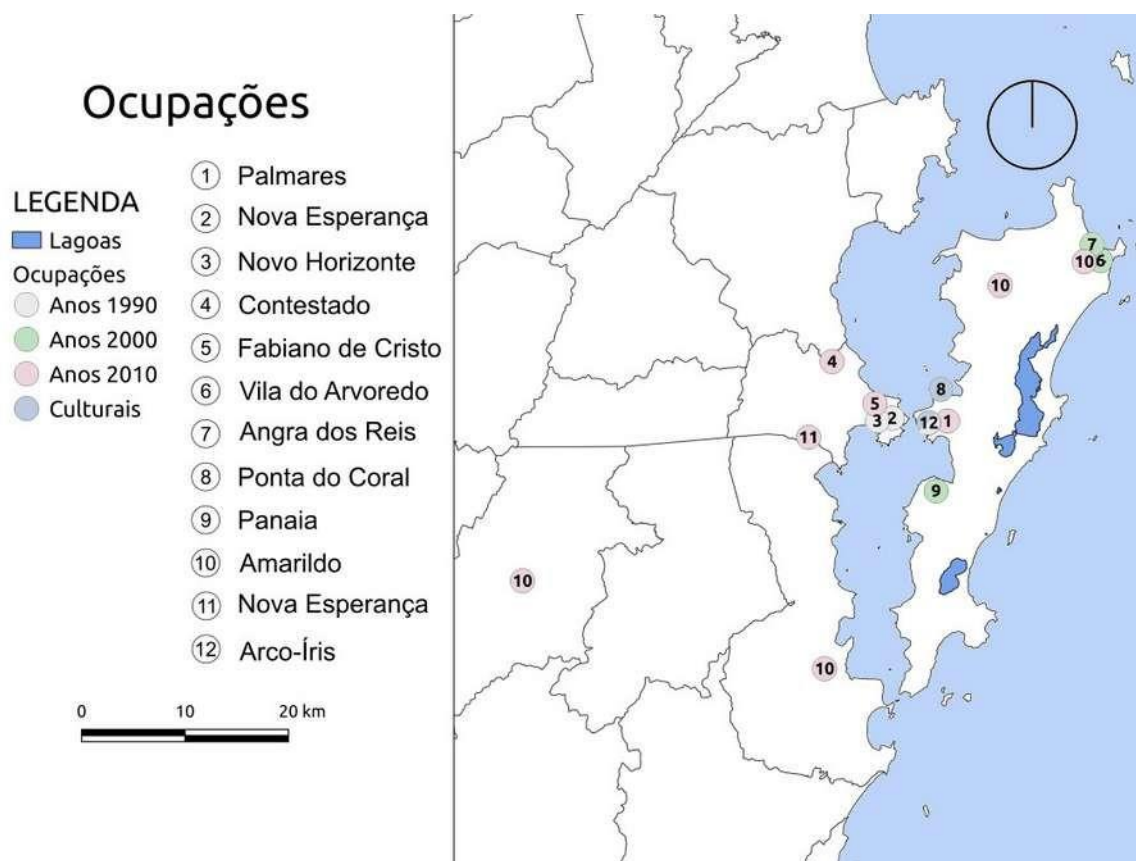


Fonte: elaborado pela autora.

Outro exemplo de movimento de resistência popular com caráter cultural na cidade de Florianópolis é o de preservação da Ponta do Coral. No ano de 2015, a empresa Hantei propôs um hotel para essa área, gerando grandes debates na cidade e manifestações em defesa da criação de um parque e da manutenção da área como 100% pública. As controvérsias em torno do terreno existem desde os anos 1980, as quais não foram resolvidas até os dias atuais, o que, em 2015, gerou manifestações e festivais culturais no local, assim como debates sobre projetos alternativos para a área, como foi o caso da oficina de projeto organizada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC pelo AMA.

Por fim, vemos que ocupações de diferentes caracteres ocorrem no território de Florianópolis (Figura 21). Essas ocupações se diferenciam tanto pelo modo de organização e pelo conteúdo de suas propostas, desde ocupações espontâneas a organizadas, bem como ocupações por moradia até as ocupações culturais. Porém, todas elas têm em comum a luta pelo direito de ser sujeito na produção da cidade. Portanto, o que essas ocupações evidenciam é que a cidade acontece muito além dos planos oficiais e de um projeto único: existem diferentes projetos de cidade em disputa.

Figura 21 – Localização das ocupações na Região Metropolitana de Florianópolis de 1990-2017



Fonte: elaborado pela autora.

Assim, as diferentes formas de se valer do direito à cidade e a disputa por ela evidenciam que não é um local do consenso. As ocupações são uma forma dos movimentos sociais mostrarem a sua existência e as suas demandas para a cidade, como também de pleitearem a sua existência, em uma forma alternativa à forma hegemônica de produção do espaço, principalmente quando esses desejos não são contemplados pelo poder público ou pelos planos oficiais. As ocupações evidenciam, assim, uma forma de produção do espaço.

4 DISPUTA DA CIDADE (CIDADE EM DISPUTA)

A produção da cidade é disputada no dia a dia por diferentes atores. Em Florianópolis, essas disputas se evidenciaram nos processos e projetos dos planos diretores, mas também nas ações dos movimentos sociais na cidade. Diferentes projetos são apresentados, seja de forma explícita, como uma carta de intenções, a exemplo do Sapiens Parque e o Floripa 2030, ou de forma implícita, quando um movimento organizado ocupa um espaço dando um sentido específico para aquele local. Dentro desse contexto, e entre os diferentes exemplos dessas ações na cidade de Florianópolis, foram escolhidos os estudos de caso da ocupação Amarildo e do Arco-íris, para um aprofundamento no presente estudo. Esses dois casos foram selecionados devido a sua pertinência ao entrarem em confronto com projetos hegemônicos de cidade e se inserirem em espaços de forte disputa, locais de um projeto atual do mercado para cidade: Sapiens Parque e Centro Sapiens. A ocupação Amarildo surgiu numa área de valorização e expansão no norte da ilha, já o Arco-íris se insere na área central de Florianópolis, que está passando por um processo de “revitalização”. Assim, a partir dos materiais encontrados no processo de pesquisa, se configuram dois estudos de caso exemplares para entender a produção do espaço na cidade de Florianópolis, com base nos movimentos sociais e seu embate com os planos oficiais de cidade, contidos no Plano Diretor, ou os planos propostos pelo mercado em parceria com o poder público. A Comuna Amarildo e o Arco-íris expressam exemplos de disputa direta com o projeto hegemônico e com o poder, cabendo no contexto dos objetivos inicialmente lançados na proposta e tendo capacidade de responder às indagações do projeto. Já o Plano Diretor e o projeto do Sapiens Parque e Sapiens Centro, expressam os projetos do poder público e do mercado para a cidade.

4.1 Apontamentos sobre a metodologia

A presente dissertação trabalha com a metodologia de estudo de caso, e, dentro dessa abordagem metodológica, utiliza-se o estudo de casos múltiplos, ou estudo comparativo, para melhor apreensão do fenômeno abordado. Segundo Yin (2005, p. 20), “A clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos”, tendo enfoque em fenômenos contemporâneos sobre os quais o pesquisador não tem controle, e no qual se procura pela resolução de questões de “como” ou “por que”. No estudo de caso, há a observação dos eventos estudados e uma grande variedade de evidências, como documentos, entrevistas e observações.

Neste trabalho, estudou-se a atuação de movimentos sociais por terra, direitos e moradia em Florianópolis-SC. O período posterior aos anos 2000 é marcante para a cidade, no tocante da participação popular e atuação dos movimentos sociais, e, em 2017, é o ano em que são findadas as disputas no processo judicial do plano diretor e quando ocorre a vitória da prefeitura no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, o novo plano diretor de Florianópolis passa a vigorar sem restrições, mesmo já tendo sido aprovado em 2014, ficando um ano em suspenso devido às irregularidades do processo e às mais de 300 emendas, num processo que foi iniciado ainda em 2005.

São utilizadas as ferramentas de pesquisa documental, pesquisa de campo, entrevistas e observação, tendo uma perspectiva qualitativa de pesquisa. A pesquisa trabalhou também com o método hipotético-dedutivo, tendo um caráter teórico e empírico. A hipótese é que as ocupações em luta por terra e moradia são uma forma de democratizar as cidades, sendo um espaço de aplicação do direito à cidade, conquistado pelos movimentos sociais. Com base em leituras críticas sobre a formação do espaço urbano brasileiro, compreensão das formas de participação e dinâmica dos movimentos sociais, por meio de entrevistas e trabalho de campo, pretendeu-se apurar a validade dessa hipótese. A dialética e o materialismo histórico são bases importantes da metodologia, entendendo a importância do caminho concreto–abstrato–concreto. Deste modo, foi estudado o contexto real de situações concretas combinadas à observação, às entrevistas semi-diretivas e à análise secundária.

Os materiais e métodos de pesquisa são constituídos de revisão bibliográfica de livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e artigos publicados em periódicos, nacionais e internacionais, tendo como base o plano de trabalho composto de elaboração de fichamentos e análise de referências; pesquisa documental e de dados da prefeitura, censos demográficos do IBGE, assim como mapeamentos das alterações na legislação urbanística municipal de Florianópolis nas áreas de estudo; observação direta da dinâmica de organização da ocupação; elaboração e realização de entrevistas com integrantes do movimento de ocupação, de movimentos sociais e membros do poder público; além de relatório final.

A etapa teórica, com a realização de disciplinas, revisão bibliográfica e sistematização de conteúdo, que teve como resultado a elaboração do memorial de qualificação foi concluída. Após a banca de qualificação houve uma reestruturação e reorganização das seções da dissertação, sem alterações profundas de conteúdo na pesquisa ou de método. A etapa empírica, com a pesquisa documental e a pesquisa de campo, também foi concluída, inicialmente com sua estruturação e organização apresentando levantamentos e visitas iniciais aos locais de pesquisa e aprovação das entrevistas no Comitê de Ética na Plataforma Brasil. Deste modo, os

questionários foram elaborados; a pesquisa foi aprovada pelos movimentos, assim como os termos de consentimento e de cessão de imagem. Após as aprovações e organizações necessárias, as entrevistas foram executadas. Ao fim do levantamento de campo, foi realizada a transcrição das entrevistas, a elaboração de mapas georreferenciados e a redação da dissertação, que necessitou de novas leituras e revisões.

Devido à emergência sanitária do Coronavírus, a pesquisa precisou ser reorganizada e algumas das entrevistas previstas tiveram que ser reduzidas, devido também à falta de acesso à internet no assentamento, impossibilitando a realização na modalidade online/à distância. A readaptação da universidade, com restrição de acesso à biblioteca e espaço físico, gerou também alterações no cronograma e na pesquisa, além do fato da pesquisadora ter contraído COVID-19. A principal dificuldade do período foi dar seguimento a pesquisa sem acesso ao espaço físico da universidade, às fontes bibliográficas e sem possibilidades de continuar a pesquisa de campo. Por isso, o número de entrevistas foi reduzido.

4.2 Amarildo

A ocupação Amarildo de Souza surge em Florianópolis, Santa Catarina no ano de 2013, com a reivindicação de “Terra, Trabalho e Teto”. As pessoas envolvidas nesse processo são provenientes, em parte, da dissidência do MST, uma parcela de integrantes de outras ocupações da região metropolitana de Florianópolis, como Palmares e Contestado, assim como pessoas que encontravam grandes dívidas com aluguel, o que resulta num caráter urbano e rural da ocupação.

A argumentação dos integrantes do movimento se centrava nos altos gastos com aluguel aliado aos baixos salários, à dificuldade de se viver na cidade, trabalhar e ter onde morar. O movimento era composto em sua maioria de famílias de comunidades carentes da capital que viviam de aluguel, principalmente trabalhadores dos setores de comércio e serviços (CALHEIROS, 2016). O grupo traz, como projeto político, a proposta de um assentamento rururbano: um assentamento que mesclasse as lutas do campo e da cidade, com agrovilas em local urbanizado, almejando a produção para consumo próprio, combinado com o trabalho na cidade, servindo, assim, de moradia e local de trabalho. O nome dado à ocupação, Amarildo de Souza, é uma homenagem à Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro que morava na favela da Rocinha no Rio de Janeiro e foi assassinado pela polícia militar no ano de 2013 (CALHEIROS, 2016).

Na luta por moradia e por terra para produzir, o movimento ocupou um terreno (Figura

22) às margens da SC-401, na Vargem Pequena, em Florianópolis-SC, no dia 16 de dezembro de 2013 (CALHEIROS, 2016). Essa localização se dá no caminho para os balneários mais valorizados do norte da ilha, como Jurerê Internacional, e com uma certa proximidade a outros empreendimentos turísticos, como o Costão do Santinho e o Costão Golf (Figura 23), numa área de expansão e especulação imobiliária, marcada por uma concentração de bairros residenciais, balneários e áreas de lazer e turismo de alta renda (SUGAI, 2015; 1994) e de expansão do setor de tecnologia, no qual o Grupo Sapiens Parque vem construindo um parque empresarial de inovação tecnológica, apoiado pela Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) (SILVA, 2011). Jurerê Internacional atualmente possui o m² mais caro da ilha, com uma média de R\$10.389,00 por m², segundo o índice FipeZap²⁵ de dezembro de 2020.

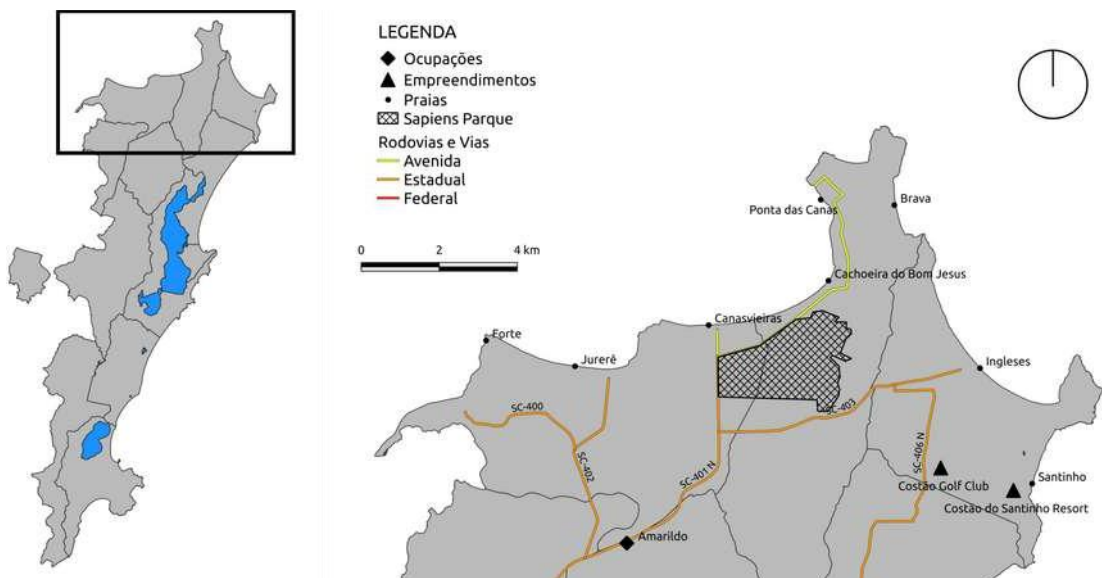
²⁵Índice de preços com abrangência nacional, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), que acompanha os preços médios de venda e locação de imóveis residenciais e comerciais e “é calculado pela Fipe com base nos anúncios de imóveis (apartamentos prontos, salas e conjuntos comerciais de até 200m²) publicados no ZAP Imóveis e em outras portais da *Internet*, formando uma base de dados com mais de 500 mil anúncios válidos por mês” (FIPEZAP, 2020).

Figura 22 – Terreno ocupado às margens da SC 401



Fonte: jornal Diário Catarinense, fotos da polícia ambiental, 2014.

Figura 23 – Localização da ocupação Amarildo de Souza

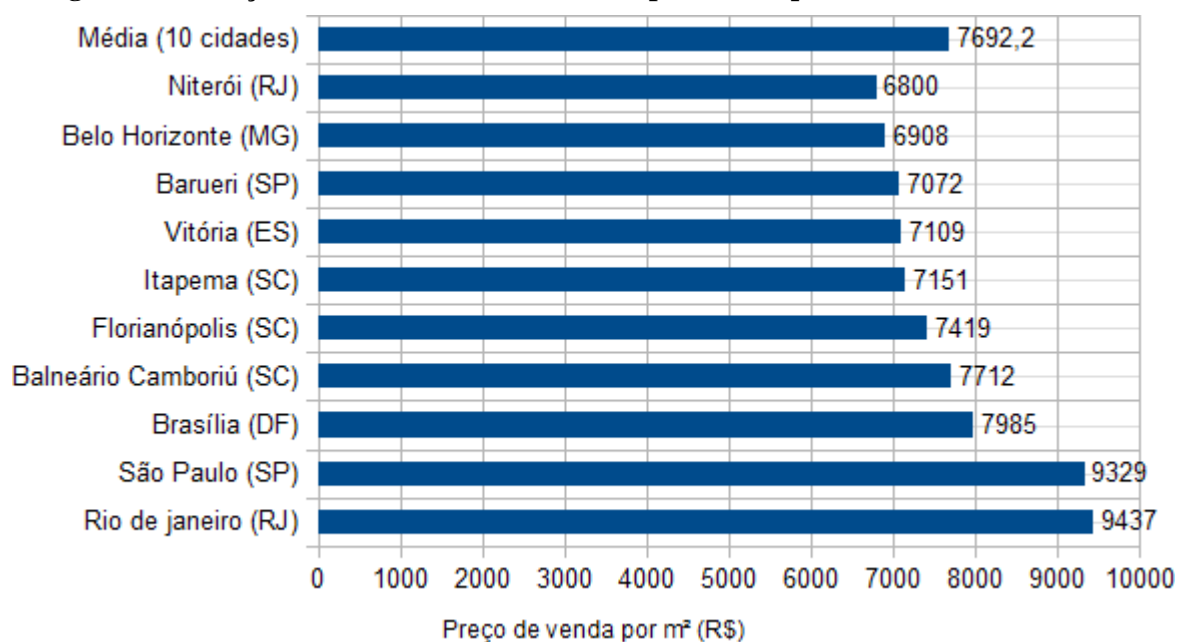


Fonte: elaborado pela autora.

Para além dos dados internos, no contexto nacional, Florianópolis é a quinta cidade com o maior preço médio do m², de R\$7.419 (FIPEZAP, 2020) (Figura 24). O que colabora com a

afirmação de que essa região é um espaço de especulação imobiliária de relevância nacional.

Figura 24 – Preço de venda de imóveis em reais por metro quadrado no Brasil dez/2020



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do índice FipeZap.

O mapeamento da concentração populacional por extremos de renda na Área Conurbada de Florianópolis (Figura 25)²⁶ elucidada a espacialidade dos conflitos e da ação do poder público e dos agentes imobiliários e especuladores em determinadas áreas da cidade: em alguns locais, o poder público ignora a suposta irregularidade das ocupações, como foi visto no histórico no início dessa dissertação, já em outros, a ação para expulsão é sistemática. Nas áreas que não são de interesse do setor imobiliário, há um processo de permissividade às ocupações espontâneas, já nas áreas de interesse imobiliário, espaços de conflito, essa permissividade é trocada pela violência, expulsão e combate às ocupações. Esse processo denuncia a seletividade e ação diferenciada do poder público. Jurerê Internacional e Jurerê (Figura 26 e Figura 27) se encontram entre as áreas de maior preço médio da terra de Florianópolis, e o setor norte da ilha aparece como setor estratégico para as classes dominantes florianopolitanas, que não deixarão grupos que possam interferir em seus interesses especulatórios ocupar esse espaço.

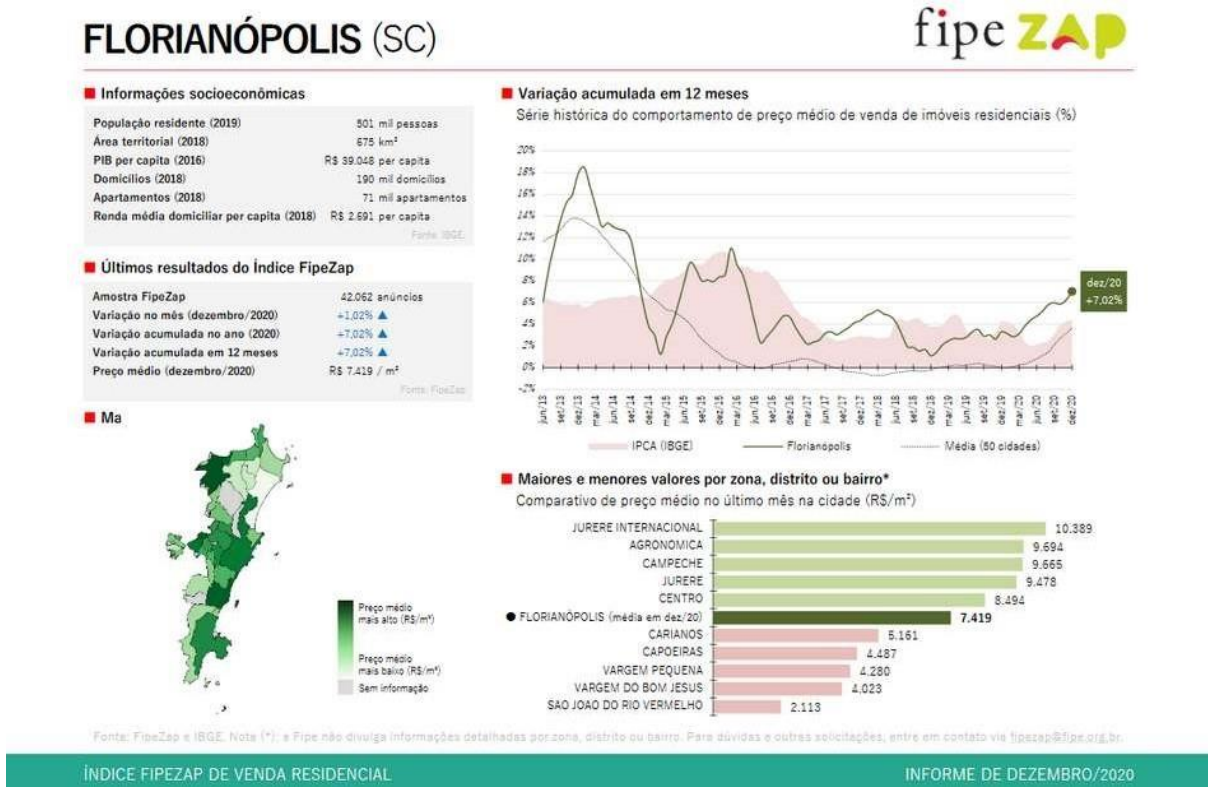
²⁶ Para melhor compreensão desse processo da distribuição espacial das populações por extrato de renda e a dinâmica imobiliária na Área Conurbada de Florianópolis, ver Sugai (1994; 1995; 2015).

Figura 25 – Concentração populacional por extremos de renda – 2010



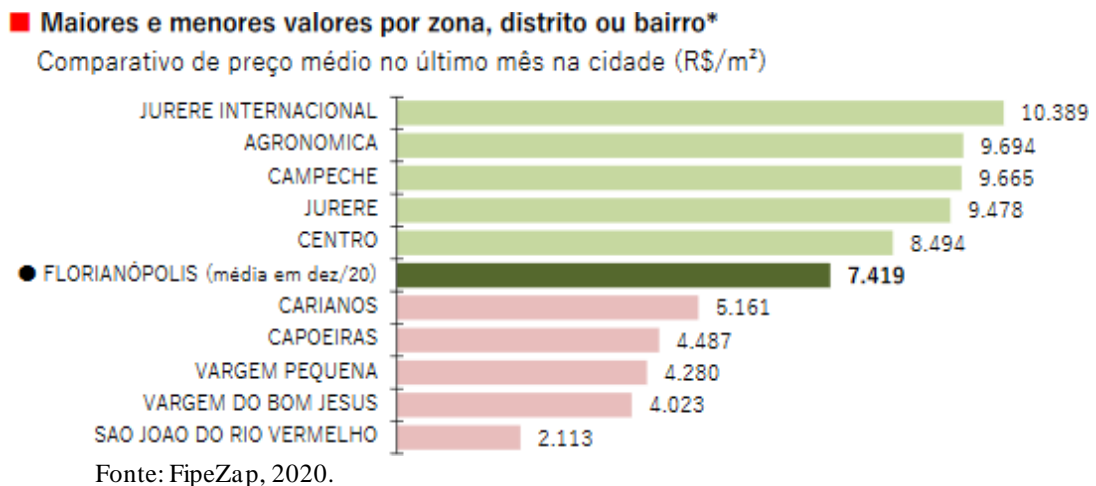
Fonte: SUGAI, 2015.

Figura 26 – Índice FipeZap de venda residencial de dezembro de 2020 para Florianópolis-SC



Fonte: FipeZap, 2020.

Figura 27 – Comparativo de preço médio (R\$/m²) de venda residencial no mês de dezembro em Florianópolis-SC



O terreno ocupado era fonte de disputas e, na época, existia uma proposta de construção de um campo de golfe no local, além de suspeitas de grilagem de terra. O possível proprietário era um político e empresário catarinense, Artêmio Paludo. (CALHEIROS, 2016). Em seu auge, a ocupação no terreno de 900 hectares chegou a contar com 750 famílias:

O ápice a gente chegou a 750 famílias cadastradas. [...] A gente ocupou com 12 famílias, às 5 da manhã, ao meio-dia já tinha 20 e 6 da tarde 28. No dia seguinte, já

tinha 100. E aí foi pra 200, aí foi crescendo assim, exponencialmente. Aí com a reintegração de posse, nós fomos com uma assembleia em torno de 60 famílias, 70, por aí (Entrevistado A).

Com o grande número de famílias, a articulação e organização dos integrantes era um desafio interno. Na ocupação, o movimento se organizava por núcleos com uma “coordenação geral do acampamento composto por dois representantes, um homem e uma mulher, de cada núcleo, cada cozinha, porque como deu muita família, a gente começou a dividir”, conforme afirma o entrevistado A. Essas cozinhas eram compartilhadas entre um grupo de famílias, assim o momento e o espaço da alimentação era também um espaço de organização política. A questão da proporcionalidade de gênero aparece, da mesma forma, na organização interna do acampamento, em busca de igualdade entre homens e mulheres nos espaços da organização interna.

Além da ocupação do terreno, o movimento organizou amplas manifestações na cidade de Florianópolis, como marchas e passeatas (Figura 28), trazendo o debate sobre a questão da moradia e da terra para a ordem do dia e sendo alvo de constantes denúncias na mídia.

Figura 28 – Manifestação dos Amareldos na Avenida Beira Mar Norte, no Centro de Florianópolis



Fonte: Betina Humeres, 2014.

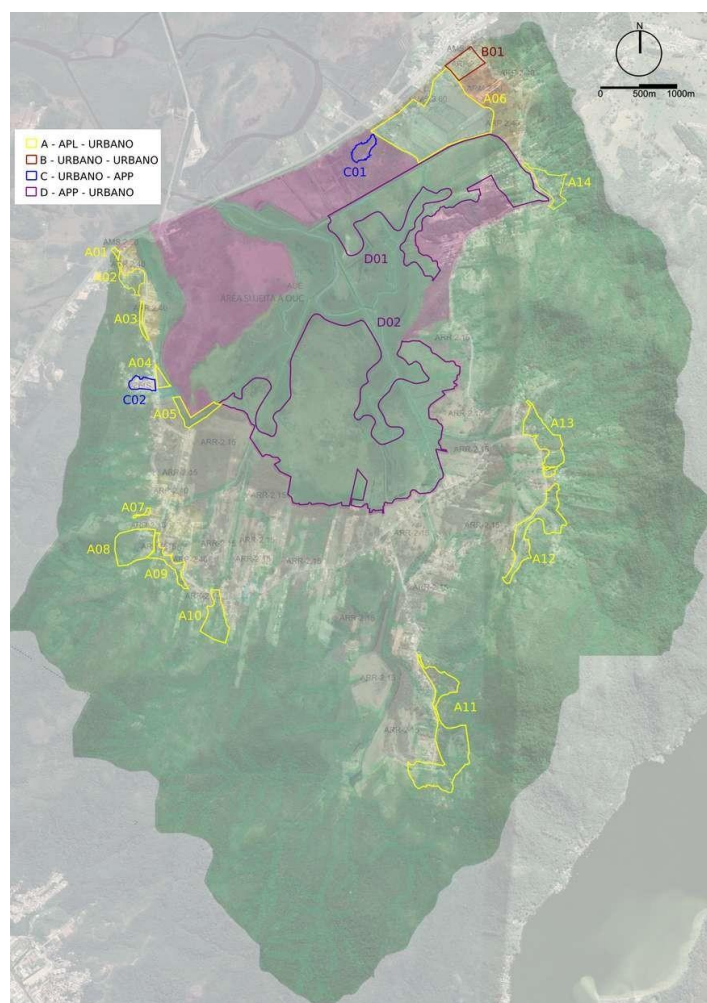
Contudo, mesmo com toda a mobilização, em 15 de abril de 2014, as famílias tiveram que deixar o local, por ordem de despejo. Porém, mesmo sem conseguir permanecer no terreno

ocupado, o movimento não desistiu de suas reivindicações:

O positivo foi mostrar para os pobres que têm esperança em se organizar e reivindicar, se se organizar e lutar, a polícia leva mais a sério, né, não chega batendo que nem qualquer beco na favela. Então dá uma perspectiva positiva para a classe trabalhadora, assim, essa galera que estava parada, amolada na fila da espera de moradia pela prefeitura, então eu acho que esse foi um principal impacto positivo. E politicamente, né, para as organizações também deixar as diferenças de lado e conseguir se entender enquanto uma unidade na ação assim, também cumpriu bastante esse papel. E negativamente de mobilizar a direita, né, ver que tava ali aflorando um movimento mais de ação direta em Floripa e isso fez com que a direita se organizasse em vários sentidos, né, institucionalmente ou não. Tanto querendo reavaliar as áreas de marinha, acelerar plano diretor, várias atividades que a gente vê sendo mobilizadas a partir da ocupação Amarildo para dificultar cada vez mais o acesso à terra em Floripa. Então acho que teve esse efeito negativo, né, muitas organizações de direita se manifestando contrário, padrão Rede Globo. (Entrevista do A)

Esse processo de articulação popular, de trazer à luz os problemas enfrentados pela população mais pobre da cidade, que muitas vezes estão em locais não tão visíveis, ou que ficam ocultos do cotidiano de quem não está inserido nessa realidade, além da solidariedade dos que apoiavam o movimento, também potencializou a reação dos grupos contrários e acelerou a ação dos interesses privatistas e hegemônicos, como no processo do plano diretor, e nas iniciativas legais para restringir as possibilidades de efetivação dos direitos dessas populações. Nesse sentido, fez-se a análise das alterações de zoneamento entre as propostas de alterações do Plano Diretor entre 2013 e 2014 no distrito de Ratonas, onde se localizou a primeira ocupação da Amarildo (Figura 29).

Figura 29 – Alterações de microzoneamento em Ratonos – PDP 2013-2014



Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos oficiais e imagens de satélite.

Tabela 2 – Mudanças de microzoneamento em Ratonos PDP (2013-2014)

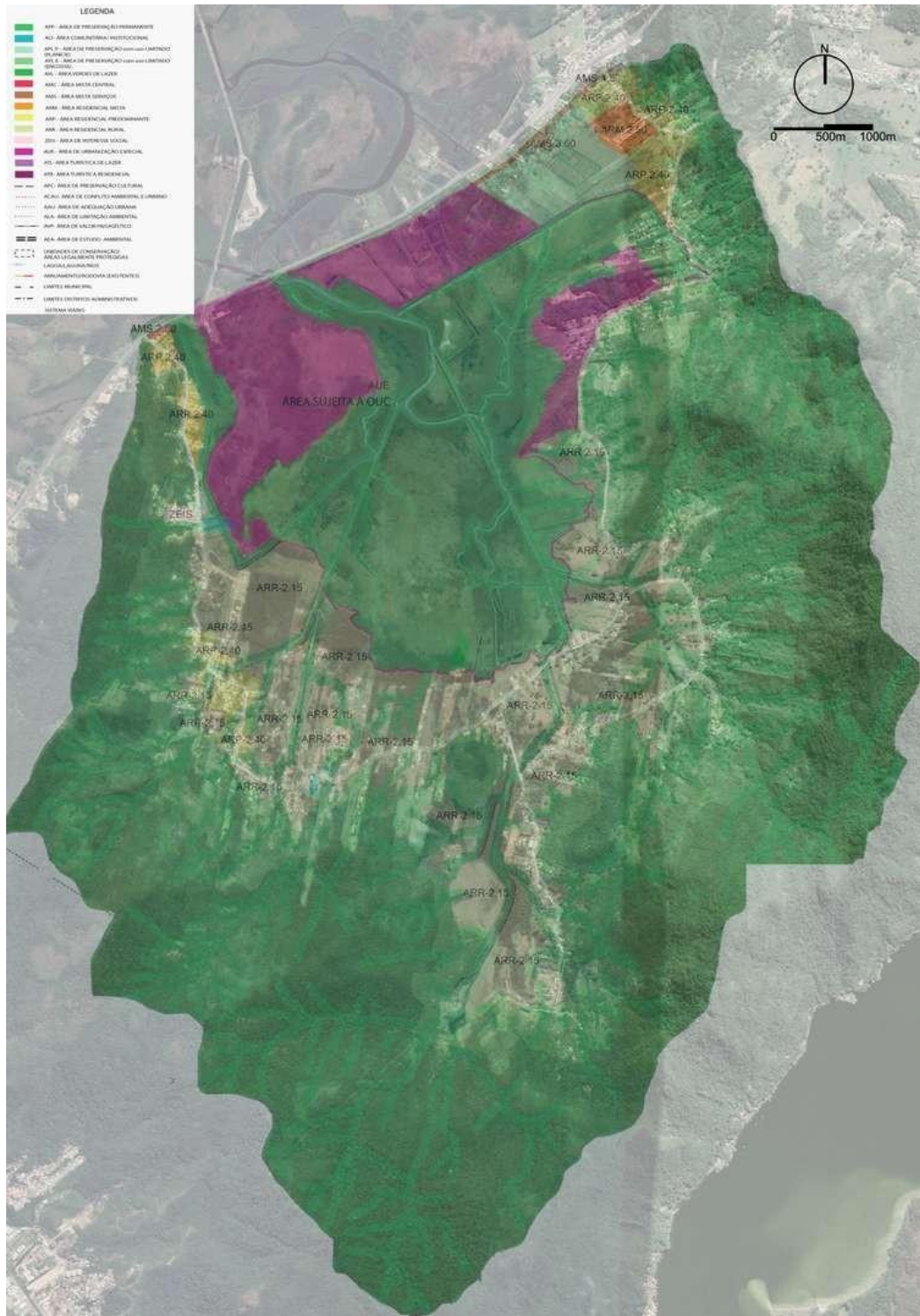
Código	Alteração
A01	APL – ARP
A02	APL – ARP
A03	APL – ARP
A04	APP – ARP
A05	APP – ARR
A06	APL – AUE
A07	APL – ARR
A08	APL – ZEIS
A09	APL – ARR
A10	APL – ARR
A11	APL – ARR
A12	APL – ARR
A13	APL – ARR
A14	APP – ARP
B01	ARP – ARM
C01	AUE – APP
C02	ZEIS – APL
D01	APP – AUE

Código	Alteração
D02	APP – AUE

Fonte: elaborado pela autora.

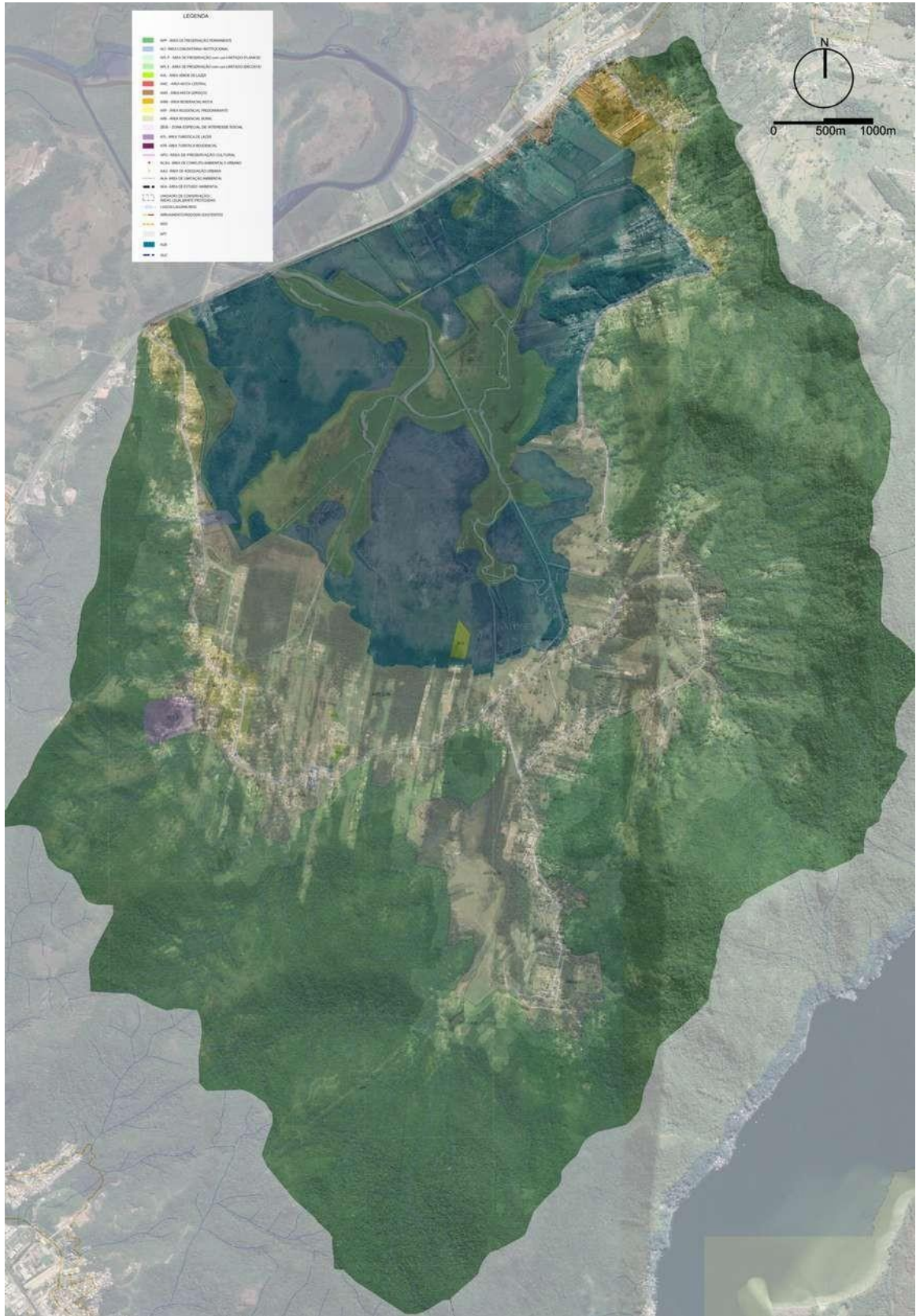
Segundo a Lei Complementar nº 482/2014 de 17, de janeiro de 2014, que institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis, A Área de Preservação com Uso Limitado (APL), Área Residencial Rural (ARR) e a Área de Urbanização Especial (AUE) são consideradas “Macro Áreas de Transição, que permitem usos urbanos de baixa densidade com a função de proteger as Áreas de Usos não Urbanos e reservar áreas para expansão urbana em longo prazo” (FLORIANÓPOLIS, 2014), sendo a AUE composta de “grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa a área remanescente, criando novas centralidades caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados” (FLORIANÓPOLIS, 2014). Já a Área Residencial Predominante (ARP), a Área Residencial Mista (ARM) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) se encontram nas Macro Áreas de usos Urbanos e a Área de Preservação Permanente (APP) se encontra nas Macro Áreas de Usos não Urbanos. A maioria das mudanças (Tabela 2) no microzoneamento para a área no plano diretor de 2013 (Figura 30) e 2014 (Figura 31) estão relacionadas com as delimitações entre a área de APL ou APP e ARP ou ARR, ou seja, essas zonas de transição entre as áreas de usos urbanos e não urbanos, dado que o distrito de Ratoles é reconhecido como uma área com características mais rurais em Florianópolis (RODRIGUES, 2016). Isso se dá nos casos A01, A02, A03, A04, A05, A07, A09, A10, A11, A12, A13 e A14. Outras mudanças envolvem a inclusão de uma ZEIS em A08 e a exclusão de uma ZEIS em C02, a mudança de ARP para ARM em B01, e, o caso mais peculiar, a alteração em C01, no qual ocorre uma mudança de AUE para APP. Nesse caso, há a criação de uma APP em meio a AUE, porém, comparado com o plano de 2013, esse critério se perde nas delimitações que vemos nas mudanças de código A e D, o qual se foi menos criterioso com os limites da APP/APL em relação às áreas residenciais ou nas mudanças de APP para AUE. As alterações em D01 e D02 envolvem justamente a mudança de APP para AUE. Além disso, cabe ressaltar que essa criação de APP C01 se dá no terreno onde ocorreu a Ocupação Amarildo de Souza (Figura 32 com terreno destacado em vermelho).

Figura 30 – Microzoneamento do Distrito de Ratoses na minuta de 2013



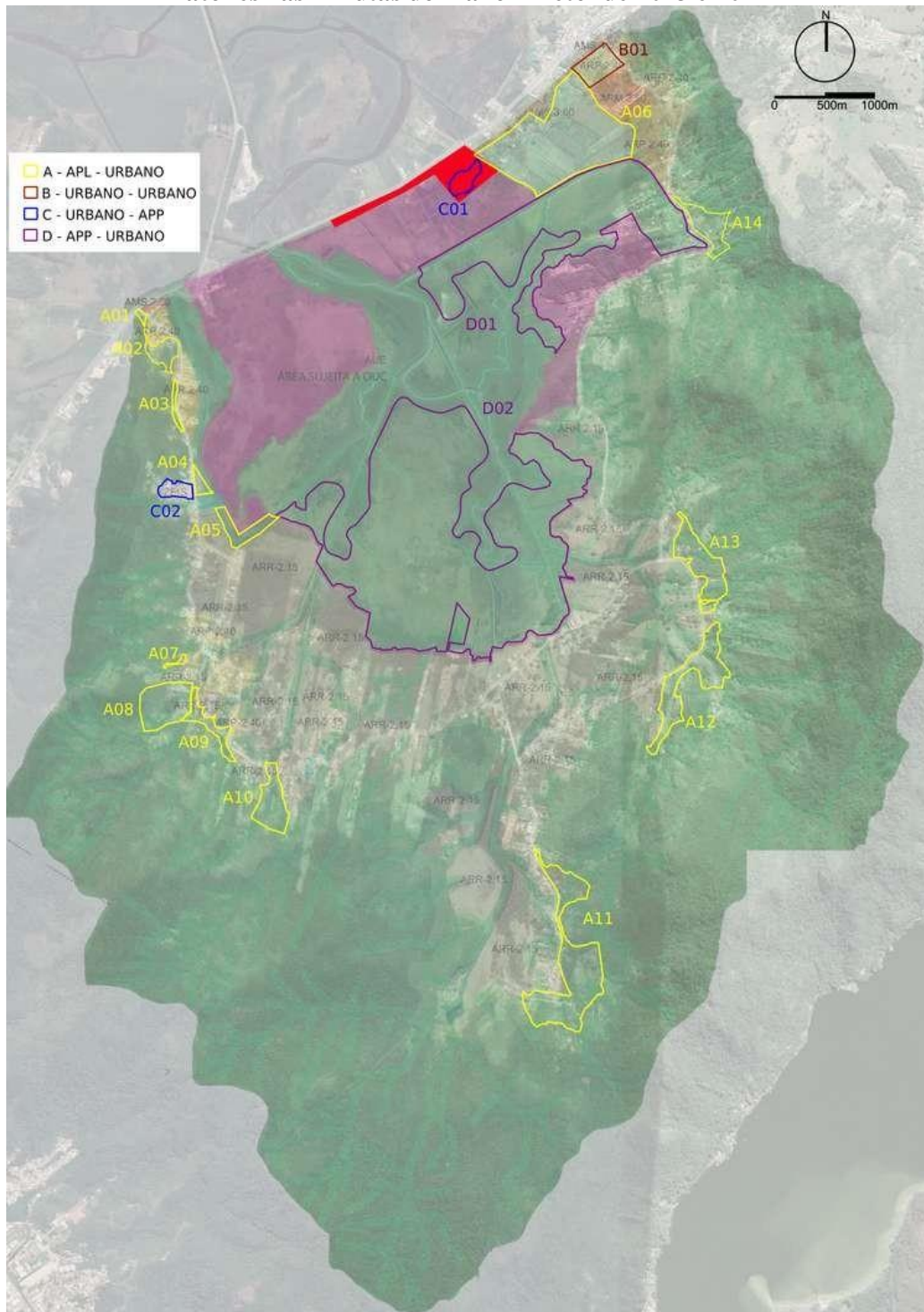
Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos oficiais e imagens de satélite.

Figura 31– Microzoneamento do distrito de Ratoles na minuta de 2014



Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos oficiais e imagens de satélite.

Figura 32 – Localização da Ocupação Amarelo e mudanças no microzoneamento do distrito de Ratores nas minutas do Plano Diretor de 2013 e 2014



Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos oficiais e imagens de satélite.

Cabe ressaltar que entre a minuta de 2014 e o microzoneamento atual não houve mudanças no distrito de Ratores. Contudo, as alterações entre a minuta de 2013 e 2014 no microzoneamento chamam atenção para a relevância que a ocupação teve no contexto urbano e assinala uma influência no processo de elaboração do plano diretor, não uma influência no

sentido buscado pelos movimentos sociais, mas uma reação de setores conservadores e especuladores da cidade que não tinham interesse que essas populações permanecessem no local. O processo de ocupar a terra colocou em pauta o debate de moradia na cidade e trouxe a questão para os holofotes da mídia e do debate público, mesmo que muitas vezes de forma vexatória e criminalizadora dos movimentos sociais:

A todo momento a gente teve uma oposição muito forte, tanto do governo municipal, quanto o estadual, quanto do federal, né, a gente, acho que desafiou a burguesia local, né, pegando uma terra, ocupando uma terra que vale, segundo alguns cálculos aí, na faixa de 1 bilhão de reais, né, são 900 hectares de terra, não é brincadeira. Então, tudo sempre teve contra a gente, né. Para além disso, a gente tava apresentando um modelo muito diferente, né, que era um modelo de uma ocupação dentro de uma capital, dentro de uma cidade relativamente grande, mas com intenção de reforma agrária. Então, isso gerou uma dificuldade tanto dos próprios órgãos responsáveis por essa questão, de entender, quanto dos ocupantes, né, também de entenderem o que, onde eles estavam entrando, né. Então, muita gente entrou na ocupação, que era uma ocupação com fins de reforma agrária querendo simplesmente moradia, então a gente tinha um grupo extremamente heterogêneo. (Entrevista do B)

Assim, o processo de articulação e ação na realidade desvela também as contradições e disputas presentes na produção da cidade. A partir do momento que o movimento social se posiciona e mostra sua existência de fato nos espaços de interesse do capital, a neutralidade perde espaço. Questões ocultas são reveladas, como os problemas de habitação e de renda, e elas, então, devem ser confrontadas. Teoricamente, existem caminhos para os movimentos sociais lutarem pelos seus direitos institucionalmente, no entanto, na realidade dos fatos, muitas vezes ocorrem de modo diverso:

A legislação é tudo uma grande farsa, né, ela existe para dizer para as pessoas que “não, fique tranquila, vocês estão seguras”, mas quando as pessoas vão atrás desses direitos, eles são negados escancaradamente, né, um juiz agrário tá ali para avaliar a questão e, né, dar a causa favorável ao movimento social que tá ali ocupando uma terra grilada, comprovamos que a terra era pública, era grilada, só por isso só a reintegração de posse já tinha que ser eliminada, não se dá reintegração de posse para alguém que comprovadamente não é dono daquele terreno. Mas, não, foi feito, então, assim, a gente tem direitos, mas nenhum deles foi, foi garantido. Então acho que a maior dificuldade foi essa, a gente faz uma luta para garantir o que tá garantido pela Constituição, mas a Constituição, mesmo que a gente escancare, não consegue ser validada, na prática, né. Então é tudo uma grande farsa, um grande teatro essa democracia nossa. Acho que isso ficou muito visível. (Entrevista do A)

As conquistas da terra ou da moradia não são uma garantia, mas o processo de mobilização e debate sobre as questões que essas ações trazem são inevitáveis. O falso consenso e a inércia se rompem:

A discussão da terra ocupada, né, que é uma terra pública, que tá na mão de um particular, é uma discussão que não acabou, essa terra hoje, né, transcorridos aí quase 7 anos já da ocupação, a terra continua na mão da mesma pessoa. No entanto, foi provado com todas, com toda a documentação de que é uma terra pública, isso é uma demanda que ainda tá posta para a cidade, que vários movimentos, que várias pessoas, que organizações hoje sabem disso, então trazer isso à luz, acho que foi muito

importante, porque qualquer empreendimento naquele local ali, é, sem a intervenção dos Amarildos possivelmente teria virado um campo de golfe, que era o plano naquele momento do empresário que se diz dono da área, né. Então, se nada tivesse sido feito, aquilo ali hoje possivelmente seria um campo de golfe e a gente ainda tem expectativa, né, de que sendo terra pública que é, essa terra possa ser usada para coisas mais nobres do que, do que um campo de golfe, né. (Entrevistado B)

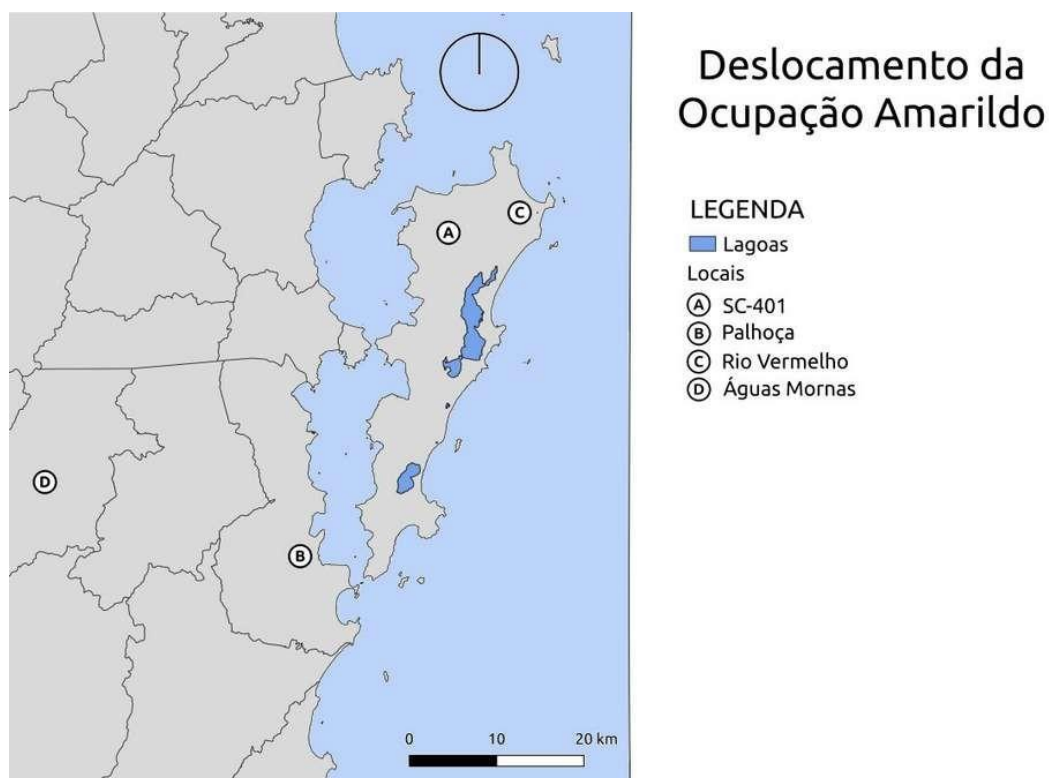
Após a saída do terreno da SC-401, houve a tentativa frustrada de ocupação de um outro terreno no bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, e a realocação temporária em Palhoça, na Grande Florianópolis, em terra indígena²⁷:

ao longo do processo a gente descobriu que a gente estava sendo jogado dentro de uma terra indígena, que tava sofrendo um processo de desintrusão, né, de saída dos não indígenas, para a consolidação da TI, e a gente acha que isso foi uma jogada, na verdade, desse padre para impedir a desintrusão, né, para atrapalhar o processo de homologação da terra indígena, e a gente caiu ali como massa de manobra dessa, dessa jogada. Num primeiro momento, as lideranças né, os indígenas vieram para cima da gente, né, tratando os Amarildos como inimigos num primeiro momento, né, como pessoas que tariam ali para atrapalhar a desintrusão, e a gente conseguiu reverter isso. Acho que esse é um, é uma das passagens talvez mais interessante de toda ocupação, é, que a gente consegue reverter isso, e no dia que a gente sai desse terreno, a gente ajuda os indígenas a ocuparem esse terreno, então acho que uma outra pessoa que merece menção é a cacique Kerexu, lá do Morro dos Cavalos, que, né, no primeiro momento queria nos dar flechadas, digamos assim, e que num segundo momento, virou nossa parceira e é parceira de luta hoje aí. (Entrevistado B)

Assim, ao longo de todo o processo, a ocupação chegou a passar por três terrenos diferentes (Figura 33 e Figura 34): o primeiro, ao norte da ilha às margens da SC-401, onde houve a maior adesão de famílias e onde ficaram de dezembro de 2013 a abril de 2014. A partir da ordem de despejo, foram enviados para uma terra indígena em Palhoça, a partir de onde tentaram nova ocupação no norte da Ilha, no bairro Rio Vermelho, próximo ao Costão Golfe, onde não tiveram sucesso na instalação, contando com forte resistência e conflito no local. Por fim, realizam uma ocupação no prédio do INCRA, onde finalmente conseguem a terra para o assentamento, não mais na capital e nem na área conurbada, mas, ainda assim, na Região Metropolitana de Florianópolis, na cidade de Águas Mornas. Finalmente, os “Amarildos”, como eram chamados, foram assentados em um terreno da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em Águas Mornas, município de 5 926 habitantes (IBGE, 2010), em 05 de junho de 2014. Passando a se chamar “Comuna Amarildo” (CALHEIROS, 2016).

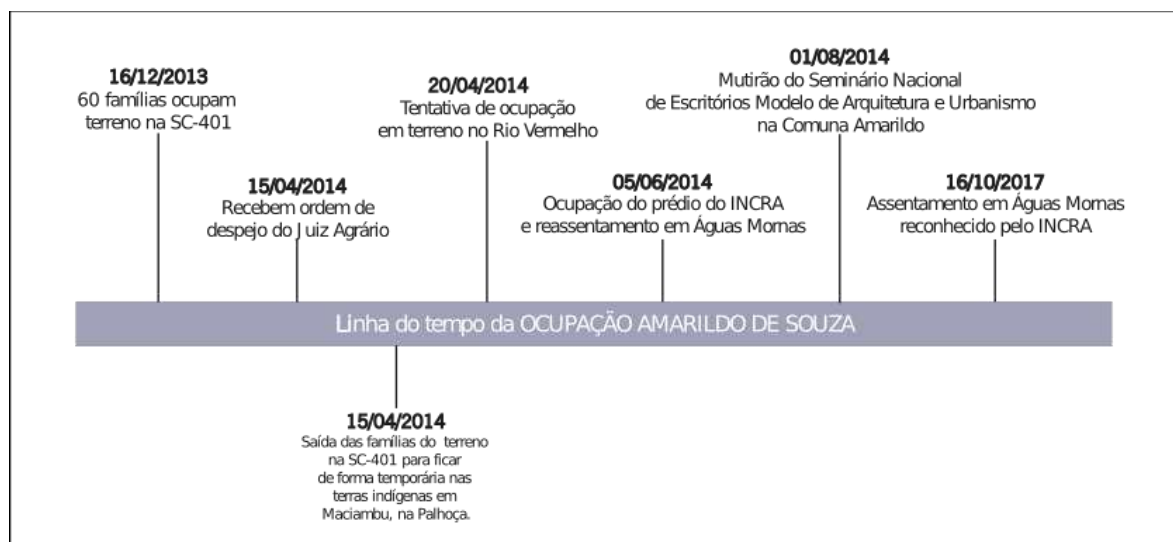
²⁷Para melhor compreensão desse processo das Terras Indígenas em Palhoça, ver CARPES, 2020 e MOREIRA, 2015.

Figura 33 – Mapa de localização da ocupação e seus deslocamentos subsequentes



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 34 – Linha do tempo da ocupação



Fonte: elaborado pela autora.

A mudança de local causou impacto no movimento. Águas Mornas é um município com características rurais, cerca de 40km de distância de Florianópolis. Boa parte dos integrantes da Ocupação Amarildo eram trabalhadores da cidade e esse novo assentamento não contemplava a nova população, o que causou um abandono de boa parte dos integrantes do movimento. Além disso, o terreno não tinha as condições mínimas de infraestrutura, como água ou energia elétrica

(CALHEIROS, 2016). O terreno possui uma área de cerca de 130 hectares (VENTURA, 2016), expressivamente menor que a primeira ocupação, às margens da SC-401, que possuía 900 hectares. Além disso, as características físicas do terreno são bem diversas nos dois locais: o primeiro terreno se localizava em uma planície e o segundo numa região montanhosa com pequenos vales, tendo apenas parcelas do terreno agricultáveis, com áreas de reflorestamento e APP. Segundo Ventura (2016): “A área de APP total soma 58,9 hectares, sendo que 2,4 hectares se encontram sem cobertura vegetal, caracterizando áreas de passivo ambiental. O restante, 56.5 hectares, representa a área de APP que se encontra preservada.” (VENTURA, 2016). Em frente ao terreno, passa o rio Miguel, que deságua no rio Cubatão, sendo este uma das principais fontes de água da Região Metropolitana de Florianópolis. Essas características específicas causaram também impactos na proposta do assentamento. Segundo o Entrevistado A:

Quando a gente foi, veio para cá, foi, devia ter umas 40 e 50 [famílias]. E aí também aqui foi peneirando, né, mas de qualquer forma também o assentamento hoje ele é para ficar entre 8 e 10 famílias, projeto que a gente criou, é o que comporta. Pelo INCRA não comportaria nenhuma família aqui, né, pelo estilo da área, mas no nosso tipo de projeto agroecológico comporta de 8 a 10, e aí nós estamos em 8. (Entrevistado A)

No primeiro ano do assentamento, estudantes de arquitetura e urbanismo de todo o Brasil participaram de um mutirão na Comuna Amarildo para a construção de um galpão comunitário e o AMA, escritório modelo da UFSC, desenvolveu um projeto de extensão em conjunto à comunidade. As atividades estavam relacionadas ao SeNEMAU 2014.

Figura 35 – Assentamento em Águas Mornas após mutirão ocorrido no SeNEMAU 2014



Fonte: Daltro Caxias, 2014.

A ida dos estudantes de arquitetura e urbanismo para Águas Mornas se deu em um contexto de recém-mudança do assentamento, quando ele ainda não estava consolidado e ainda havia conflitos com os moradores e a cidade:

A gente tinha uma relação bem ruim no início, né, pra prefeitura de Águas Mornas, se organizou o prefeito com vários moradores fizeram um ato aí na frente da propriedade para que a gente não ficasse, saísse daqui, trator e tudo. Mas hoje em dia já é outra relação, né, a gente compra tudo aqui no comércio, frequenta os lugares, já fomos até em baile da igreja, então, a galera vê que não é bicho, vê que dá “oi”, que dá “bom dia”, que dá “boa noite”, que dá “falou, obrigado”, vê que não é bicho. Então, a relação hoje é bem positiva, mas já foi bem ruim, já foi bem ruim. Então, a nível de município, era ruim quando a gente chegou principalmente por estigma e interesse dos setores mais oligárquicos aqui, mas hoje em dia já está estabelecido uma outra relação, bem mais positiva. (Entrevistado A)

Mesmo com conflitos e adversidades, o movimento continua buscando alternativas de luta pela terra; com suas contradições e dificuldades, ainda há os que persistem na construção de outra realidade. O grupo permanece no local até hoje, sendo um assentamento que funciona de forma compartilhada, ou seja, não existem lotes individualizados e o trabalho é comunitário. Os Amarildos comercializam a sua produção por meio de “células de consumidores conscientes”, sendo o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) criado pelo

Inkra em Santa Catarina (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2020). Conforme afirma Entrevistado A:

O assentamento não tem lote, que nem o MST, por exemplo, né, então já aí já tá um grande diferencial da nossa maneira de se organizar. A gente entende a terra como um patrimônio da humanidade, um bem de acesso a todos. Então a gente não tem lote, se um dia alguma família quiser sair daqui, ela vai sair e a lista de cadastro que a gente tem das famílias que passaram pelo Amarildo vai correr e outra família vai ser convocada para assumir o lugar. Não vai levar nada, assim, tipo casa, vai ficar aí, então essa já é para não transformar aquele negócio de lotezinho, aí vende, “não quero mais tá aqui”, aí quando vê tem uma galera botando veneno aí, fazendo merda. Mas esse é um ponto. Aí outro ponto é que a gente toma todas as grandes decisões em assembleia, né, a gente tem um estatuto, um regimento interno, aonde a gente tem diversos princípios. Dentre os grandes 2 princípios aqui é, a agroecologia, irrestrito, e a terra coletiva, esses são os 2 princípios que norteiam esse assentamento. O resto são princípios mais morais que tá no nosso regimento interno, né, quanto a não poder usar drogas, se respeitar aqui dentro, não ter ofensa moral, a agressão moral, a agressão física, esse tipo de coisa. Não usar o nome do assentamento para fins pessoais, priorizar o trabalho coletivo, então são coisas que tá no nosso regimento. (Entrevistado A)

A estrutura e a forma de organização do assentamento são um diferencial e a principal característica da iniciativa:

No principal é isso: é o não loteamento, a terra coletiva e a agroecologia irrestrita. Nem se cogita botar uma gota de veneno, fazer um plantio convencional, de maneira nenhuma. Aqui é proibido você lavrar o solo e não cobrir, né, tem que ter cobertura do solo, então acho que esse é o grande diferencial nosso, assim, tentar levar a agroecologia no real, na sua totalidade, né, não só na sua dimensão produtiva, na dimensão econômica, mas levar ela na dimensão total, né, ética, cultural, ambiental (Entrevistado A)

Para além desses princípios, a organização interna também se dá de forma coletiva, por meio de reuniões semanais de produção. Tal organização, acontece, principalmente, para a venda de cestas de produtos, que são vendidas por meio de células de consumidores:

A gente traçou estratégias de fazer a organização das cestas, né, de vender cestas fechadas de produtos toda semana. Então, a gente cria grupos de pessoas, consumidores interessados, e aí a partir de 5, a gente cria um ponto em comum de entrega. E aí, então a gente tem 7 pontos de entrega em Floripa, aí toda segunda a gente deixa lá, nesses pontos, as cestas. E agora a gente está tentando abrir outra frente, de fazer feiras, na sexta-feira, no sábado, estamos vendo ainda para construir uma outra frente de escoamento também, né. Por enquanto são essas, ah, a gente também fornece folhosas para o restaurante universitário, do CCA, da universidade, isso também é bem legal para nós. A gente também entrega temperos para outros produtores da rede, tempero, gengibre, açafrão, cebola, a gente vende prum pessoal também que trabalha com cestas, um público mais elitizado. (Entrevistado A)

Nas cestas, são incluídos diferentes tipos de produtos, como tubérculos, hortaliças, temperos, frutas, conservas e até cervejas artesanais. Contudo, mesmo com toda a organização interna do assentamento, os integrantes ainda sentem falta de políticas públicas de incentivo que de fato possam ser aplicadas:

Tem políticas públicas já, tem legislação que, que tá de acordo com a desapropriação

de terras, a destinação para reforma agrária, um conceito de função social da terra, né, uma noção quantitativa de terra produtiva ou improdutivo, então tem vários elementos que contribuem para que aconteça, né, minimamente uma reforma agrária. No campo das políticas públicas, né, não é o ideal, mas tem aí também todo esse recurso destinado para as famílias, para iniciar esse apoio, esse amparo. Só que não acontece. Eu diria que uma coisa que é muito importante que não tem é um sistema de extensão rural, no campo, estatal, tem que ter, né, órgãos do governo para fazer propagação e difusão de tecnologias agroecológicas, que isso é fundamental, muito fácil criticar o cara que planta fumo, que usa veneno, mas ninguém dá uma alternativa para ele, ninguém dá condição de compra de insumo diferenciado, do outro insumo, ninguém dá nada. Ninguém dá uma semente criola, muito fácil criticar, então acho que o que falta é que não tem, é extensão rural agroecológica, estatal. E o que tem e que não é aplicado, né, que são as políticas públicas já direcionadas para a reforma agrária, que demora anos, tenta ganhar, a gente ficou três anos sem luz. Isso, se não é querer ganhar no cansaço o trabalhador, eu não sei o que é, né. (Entrevistado A)

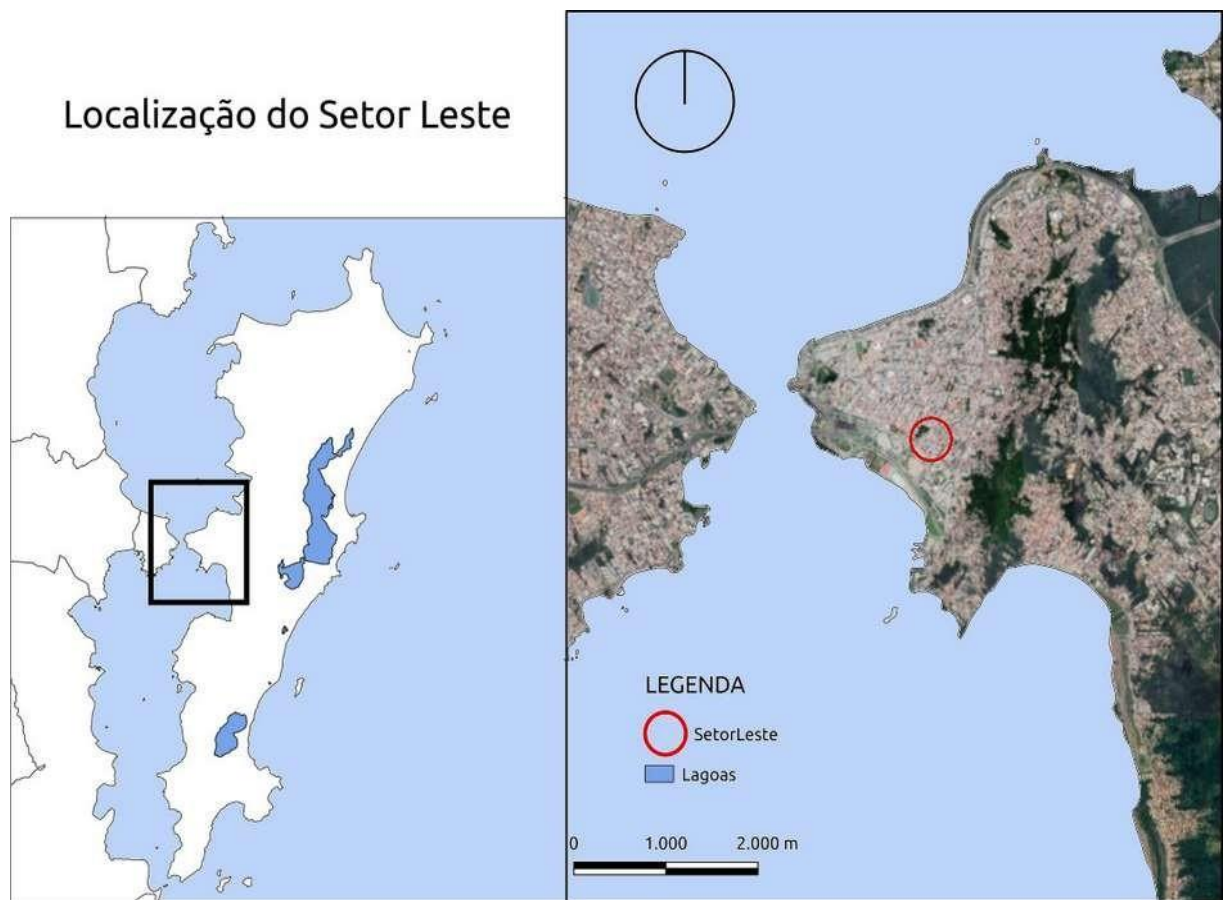
Por mais que as leis e iniciativas existam no papel, há ainda uma grande dificuldade e uma seletividade na aplicação dessas leis, o que mais uma vez afirma a importância dos movimentos sociais:

A necessidade do movimento social existir é justamente por não encontrar espaço na institucionalidade. Então, por não haver espaço para organização popular dentro da institucionalidade do governo é que se faz a necessidade da existência. Logo, são coisas que se contrapõe, que estão em conflitos de ideias, conflitos ideológicos, é um rumando para um lado e outro pro outro. Na pseudodemocracia que a gente vive hoje, pode ser muito estratégico para a própria manutenção do status quo, a inserção em determinados e reduzidos espaços de decisão, aonde se consulte, com um caráter mais deliberativo, o movimento social. (Entrevistado A)

O terreno ocupado pelos “Amarildos”, como eram chamados os integrantes da ocupação, era fonte de disputas. O suposto proprietário, Artemio Paludo, antigo político e empresário catarinense, aspirava fazer um campo de golfe no local, no entanto, a partir do processo de ocupação e do destaque que o caso teve na mídia, com o avançar das investigações descobriu-se que a maior parte do terreno era da União Federal. Apenas parte do terreno era privada, pertencendo ao empreendimento Florianópolis Golf Clube, do qual o ex-deputado e empresário Artêmio Paludo, sua esposa e filhos eram sócios, sendo a maior parte terra pública, em terreno de marinha (CALHEIROS, 2016; ABREU, 2019). Assim, os Amarildos não conseguiram permanecer no terreno, que foi dito como área de proteção ambiental e inadequada para a função de habitação, mas as aspirações privatistas também não lograram resultados. As mudanças no plano diretor sugerem um processo de articulação para impossibilitar os interesses populares na área. A cidade está em disputa, mas essa disputa não é igualitária: se os movimentos sociais encontram brechas para fazerem valer os seus direitos, os interesses hegemônicos movem as suas forças, pressionando essas brechas e fazendo as leis caberem nos seus interesses, seja por meio da manipulação da opinião popular ou dos processos de alterações de zoneamento nos planos diretores.

4.3 Arco-íris

O Instituto Arco-íris de Direitos Humanos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade, como populações em situação de rua. O grupo tem também parceria com o CAPS, oferecendo oficinas para esse público, além de servir de local para reunião e organização de diversos movimentos sociais de Florianópolis, como o Movimento Passe Livre (MPL), movimento negro, movimentos de mulheres, blocos de carnaval, entre outros. Lá ocorrem atividades como reuniões, oficinas, eventos culturais, debates e exposições de filmes. Situado no setor leste da porção central da Ilha de Santa Catarina (Figura 36 e Figura 37) tem uma localização estratégica, acessível por meio de transporte público e numa área adensada da cidade, também próxima ao Maciço do Morro da Cruz.

Figura 36 – Mapa de localização do setor leste do centro

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 37 – Mapa de Localização do Arco-Íris



Fonte: elaborado pela autora a partir de base do Google Maps.

As atividades do Instituto Arco-íris envolvem populações em situação de rua e grupos marginalizados na sociedade, o centro da cidade é um local-chave para a permanência desse público, assim, o Instituto Arco-íris é um espaço de disputa da função social do espaço e um exemplo de resistência para uma população que costuma ser expulsa para as áreas mais inabitáveis da cidade.

O prédio atualmente ocupado pelo Instituto Arco-íris é de propriedade da UFSC e sua permanência no espaço é controversa, já tendo sofrido despejo e retornado. Há, inclusive, disputas quanto ao uso do prédio, que foi cobiçado pelo grupo *Sapiens*, em seu projeto *Centro Sapiens*. Em entrevista, integrante do Instituto Arco-íris, o entrevistado C, relatou como foi a

relação da UFSC com a ocupação:

a UFSC, depois de muito tempo, como tava abandonada ela demorou muitos anos para descobrir que nós estávamos aqui. E depois que descobriu, ela entrou com uma ação de despejo, só que ela demorou muito para entrar com essa ação de despejo porque não sabia que a gente tava aqui, o prédio estava abandonado mesmo. E essa ação também demorou por conta de todo o processo, né. E há uns seis anos atrás, veio a última sentença que não cabia mais recurso para a gente. Nós fomos recorrendo, recorrendo as outras, há seis anos atrás, não teve mais como recorrer: nós fomos obrigados a sair do prédio mesmo, não tinha como recorrer: ou nós sairíamos ou seríamos expulsos pela polícia. Foi isso que aconteceu. Bom, aí nós procuramos a Universidade Federal, dissemos pra Universidade Federal, que, esse prédio é da UFSC, né. de que ele estava sendo, eles iam ser responsabilizados por acabar com o único trabalho feito na cidade com as pessoas de saúde mental, com cultura, né, que aqui é o espaço da luta antimanicomial, nós recebemos usuários do CAPS, eles iam acabar com o trabalho que é feito com as pessoas em situação de rua, que, que esse trabalho também é feito basicamente pela gente, eles iam acabar com o trabalho feito com os profissionais de sexo, com os imigrantes, com tudo, tudo que, todo o trabalho que nós realizamos que eles se responsabilizados por acabar com isso. A Universidade Federal, a reitora na época, disse que que não tinha nenhuma, não poderia ser responsabilizado, porque ela não tinha culpa disso, não foi ela que tava despejando, e sim quem tá despejando é a UFSC, apesar de ter sido outra reitoria, é, são vocês da UFSC que estão despejando. Ela chamou o jurídico e disse pro jurídico que tinha interesse que nós continuássemos fazendo esse trabalho, [...] muitos estudantes, principalmente de psicologia, participam dos trabalhos aqui, vivem aqui dentro e o Arco-Íris colabora muito na, na formação dessas pessoas, né, com essas parcerias. E, então a UFSC disse que não queria acabar também com essas parcerias, né, que era muito importante por seus alunos e tal. E aí o jurídico da UFSC orientou de que nós saíssemos. Aí, a UFSC tomou posse do espaço e depois cedeu para gente fazendo por, via dois projetos de extensão: um projeto da arquitetura, que tu participastes e um projeto de, da psicologia, onde estudantes da psicologia também fazem a sua formação aqui dentro. E aí hoje nós estamos de uma maneira regular através dos dois projetos de extensão (Entrevistado C).

Para dar conta das atividades propostas pela entidade, internamente o Arco-íris se organiza com uma diretoria e conta também com a participação de voluntários:

Nós temos uma diretoria que se organiza, né, com a parte financeira, administrativa, projetos, parte executiva, né. Todos nós trabalhamos, somos em quatro na direção. E temos muitos voluntários, muitos militantes que circulam por aqui, que nos ajudam em todo esse processo, em todo o trabalho, em toda administração, em toda a organização. Nós participamos dos mais variados conselhos e, e esse trabalho, cada trabalho que nós realizamos tem pessoas que, ah, que militam nesse tipo de trabalho que acabam também nos ajudando aqui (Entrevistado C).

As condições físicas da construção são precárias, devido também a sua irregularidade. Permanecer nesse espaço e lutar pela existência de um prédio no qual podem ter encontros e atividades de movimentos sociais é uma demonstração de resistência, organização popular e disputa do território em consonância com o direito à cidade. Contudo, para que essas atividades pudessem ser realizadas com maior qualidade, seria necessária a reforma do prédio (Figura 38). O Instituto Arco-íris tem mostrado a sua relevância na cidade por meio de seus projetos sociais e feito parcerias com a prefeitura e a universidade:

A nossa relação, ela é boa, tanto com a universidade, com a prefeitura. Ah, mas o que

piorou foi a nossa relação com o governo federal, que isso dificultou, né, que nós tínhamos, nossos somos pontos de cultura, nós tínhamos sempre a ligação com o Ministério da Cultura, as coisas, ah, não temos mais essa relação, mas continuamos discutindo, continuamos com parcerias e fazendo trabalhos em conjunto com a UFSC. E acabamos de renovar a parceria de, é, esses estágios de estudantes aqui, então, apesar da pandemia, não podemos atender aqui dentro, estamos fazendo estágios com os estudantes da psicologia, estágios virtuais, porque nós estamos fazendo um trabalho dentro da Passarela da Cidadania, Passarela do Samba Nego Quirido, lá tem mais de 300 pessoas em situação de rua. Então, as pessoas, estamos fazendo, levando os estudantes de psicologia pra lá, através dos nossos facilitadores, com nossas oficinas de redução de danos, e estamos implementando essa parceria com a UFSC lá. Com a prefeitura, nós temos um projeto chamado Resgate Social, que nós estamos 24 horas por dia rodando com uma van e atendendo as pessoas em situação de rua, são 4 equipes trabalhando 12 por 36, é uma parceria com a prefeitura onde nós atendemos todas as pessoas em situação de rua que estão caídas pela cidade de Florianópolis. Então, a parceria com a prefeitura é boa, com o estado nós temos diálogo, com a UFSC a parceria é ótima. Só não temos parceria nesse momento com o governo federal. Apesar de a UFSC estar ligada ao governo federal, mas a UFSC é uma outra administração (Entrevistado C).

Figura 38 – Fachada do prédio onde se insere o Instituto Arco-íris



Fonte: acervo da autora.

O prédio ocupado possui um histórico de relação com a educação em Santa Catarina, pois além do fato de ser uma propriedade da UFSC, foi nessa edificação que se originou o ensino superior no estado de Santa Catarina (VEIGA, 2008). Além disso, esse prédio se localiza numa área conhecida como setor leste do Centro ou como “pedreira” ou “bairro da pedreira”. Esse nome surge pelo fato da população pobre que trabalhava na extração e carregamento de

rochas no centro da cidade residir naquele entorno. O setor, que se encontra em um processo de degradação, já passou por um processo higienista, com a construção de obras públicas no entorno, passando pela demolição de casas no início do século XX e instalações de novas instituições, como o Instituto Politécnico, a Escola Normal, escola pública e prédios do governo (SANTOS, 2009). Uma grande obra do entorno foi também a canalização do rio e construção da Avenida Hercílio Luz. Além disso, em 1988 é criado o Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, único terminal de ônibus da cidade no período, o que gerava um maior fluxo de pessoas e integração entre os setores leste e oeste do centro. Contudo, em 2003, ocorre a criação do TICEN, próximo ao terminal rodoviário Rita Maria, ao oeste do Centro, o que também contribui para a estagnação da área, pois, a partir de 2004, somente os ônibus executivos e linhas metropolitanas permanecem no terminal antigo e as principais linhas municipais migram para o TICEN. Além dos traços materiais e objetivos, o centro urbano possui a sua memória implícita, aquilo que se sabe, mas não se tem registro concreto. Sendo a cidade uma construção cultural do ser humano ela tem além de sua paisagem natural uma paisagem social, carregada de simbologias. Um centro urbano traz consigo todo um “estilo de vida”, uma característica típica, padrões específicos que se refletem no modo de vida de seus habitantes (PESAVENTO, 2008).

Deste modo, o Instituto Arco-íris conseguiu ocupar e permanecer por muitos anos nesse prédio no centro da cidade, por se tratar de uma área desvalorizada. Contudo, com as novas propostas de revitalização do poder público, principalmente a partir da gestão do prefeito César Souza Jr, essa área volta a ter interesse imobiliário, com o crescimento do comércio, especialmente bares, lanchonetes, restaurantes, lojas de roupas, brechós e sebos, então, a permanência do Arco-íris no local é ameaçada.

O Instituto Arco-íris se insere como um espaço de resistência no Centro, cada vez mais elitizado na cidade de Florianópolis, por trabalhar com as populações excluídas numa área acessível. Esse setor do centro era uma área desvalorizada, historicamente ocupada pelas populações marginalizadas e que na “onda de revitalizações” pode estar com os dias contados:

O Instituto Arco Íris trabalha em projetos de saúde na área da psicologia, em convênio com a Prefeitura Municipal, com o Centro de Atenção Psicossocial- CAPS e em conjunto de um projeto de extensão do curso de Psicologia da UFSC. Ali há atendimento a ex-presidiários, profissionais do sexo, pessoas sem moradia, usuários de drogas, tendo trabalhos na prevenção de HIV e DSTs, acolhimento e inserção social de pessoas marginalizadas. Lá há espaço para reuniões, orientação, educação e oficinas culturais, sendo também um Ponto de Cultura, em convênio com o Ministério da Cultura – MinC. As atividades ocorrem dentro e fora do edifício, com exibições de filmes, espetáculos de dança, saraus, mostras artísticas e feiras (CAVANUS, 2017).

A função social que o Instituto Arco-íris cumpre é ímpar. Projetos como o Sapiens

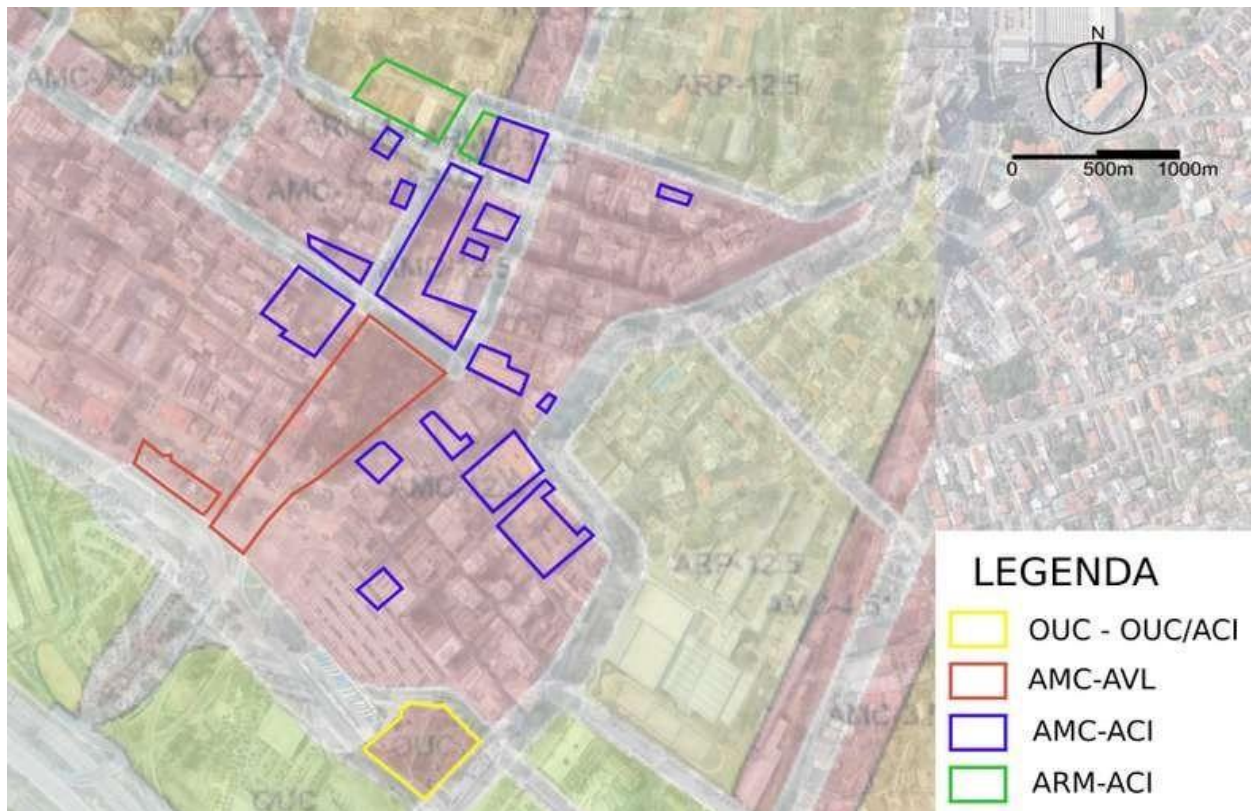
Centro ignoram essa dimensão social, uma das propostas para o edifício, de acordo com o grupo. Logo²⁸ é a criação de uma gibiteca e incubadora de empresas no edifício. Qual o impacto desses diferentes projetos na área? Os integrantes do Arco-íris tem participado ativamente dos debates sobre o destino da área:

Nós militamos há muito tempo discutindo o processo da gentrificação, lutando contra o processo de gentrificação aqui em Florianópolis. O Instituto Arco-Íris tem uma relação muito boa com seus vizinhos, aqui com o entorno, com os bares e com os comércios aqui no entorno. Então, eu, por conta disso, apesar do Instituto Arco-Íris não ser chamado, mas esses bares, esses comércios nos repassam o convite e pedem para a gente representá-los nas reuniões do Sapiens Centro, onde nós ficamos descobrindo todo o projeto que tem, é, para esse lado de Florianópolis, o Centro Velho, eles chamam de lado leste do centro, né, mas é o centro velho aqui. Nós descobrimos todo esse projeto e por conta disso estamos lutando contra isso há muito tempo, com todas as armas possíveis, estamos discutindo, e tu fizeste parte de um projeto que, que elaborou uma proposta para contrapor essa proposta do Sapiens Centro, que é a proposta da gentrificação. Continuamos participando de debates, insistindo, dialogando com a população, tentando, não deixando, botando o pé na porta para que não, não, não gourmetizem, né, que é o que eles querem fazer, fazer o que fizeram com o Mercado Público, com esse espaço aqui do Centro, o centro velho, aqui onde tem o litrão a 10 reais. Para tomar uma cerveja, lá no Mercado Público, você paga 15, 20 um copinho de chopp. Então, é, você pode andar no Mercado Público e você vê que o nosso povo não circula, o Mercado Público virou um espaço para turistas, para arrecadar dinheiro. E o nosso povo ainda utiliza essa parte aqui do Centro Velho da cidade, apesar da intransigência da Polícia Militar que vêm agredindo as pessoas a noite aqui. Nós continuamos debatendo que, com a presença das pessoas isso diminui a violência, com a presença das pessoas se cria vida, com a presença das pessoas nós revitalizamos esse espaço, com a presença das pessoas nós temos segurança, com a presença das pessoas nós rodamos a economia. Então, continuamos lutando para trazer pessoas para esses espaços, apesar da polícia fazer o trabalho em contrário, apesar de não termos apoio do poder público nesse sentido, continuamos lutando e cada vez mais a gente consegue abrir espaços culturais e lutando mesmo sem nenhum o apoio para que, para que a gente possa, se o poder público não revitaliza o centro, o Centro Velho, essa parte aqui, nós estamos revitalizando por nós mesmos, nós mesmos estamos colorindo e colorindo com cultura (Entrevistado C).

O centro da cidade não está vazio. Diferentes públicos ocupam esse local, alguns deles sendo indesejados por outros que disputam esse espaço. O setor leste é um espaço antigo do centro, com muitos prédios públicos e ruas peatonais (Figura 39). Nos últimos anos, essa área tem tido um crescimento no número de bares e uma maior movimentação da vida noturna.

²⁸“O Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional – LOGO/UFSC – realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão relativas às ações de marca” (LOGO UFSC, s/d).

Figura 40 – Alterações de microzoneamento entre as minutas de 2013 e 2014 do plano diretor



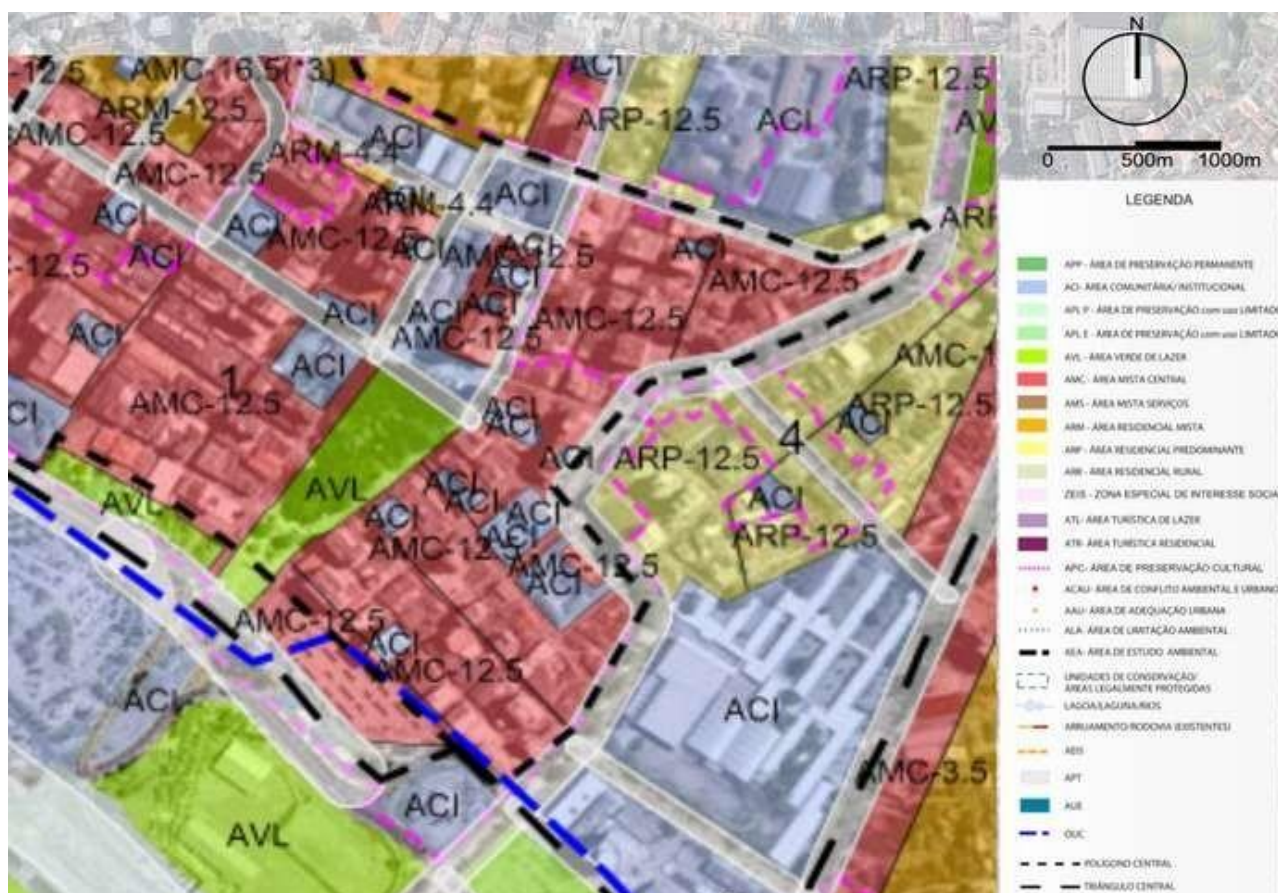
Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos oficiais.

Figura 41 – Microzoneamento do setor leste do centro de acordo com a minuta de 2013



Fonte: minuta plano diretor de 2013.

Figura 42 – Microzoneamento do setor leste do centro de acordo com a minuta de 2014



Fonte: minuta plano diretor de 2014.

Da minuta de 2014 para o atual microzoneamento, não houve mudanças na área, esse ponto pode estar relacionado com o fato que o centro é uma área mais consolidada da cidade, assim as alterações no plano diretor apontam para uma estabilização do que já estava dado. As mudanças nessa área podem não estar tão explícitas no microzoneamento, mas aparecem em outros elementos, como propostas de isenções e incentivos em projetos como o Centro Sapiens, pontos esses que serão abordados na próxima seção.

4.4 O projeto Sapiens Parque: neoliberalização urbana e o projeto hegemônico de cidade

Há um interesse especulativo em Florianópolis focado no turismo e na indústria de tecnologia, inclusive uma venda da cidade de Florianópolis como se fosse apenas uma ilha, a “Ilha da Magia”, uma marca que apaga tanto a parte continental da cidade como a sua área conurbada, além de tentar apagar os conflitos da região (SUGAI, 2015). Sem a devida atenção às reivindicações dos movimentos sociais, as universidades e o poder público incidem os seus esforços na propagação de projetos comerciais, em vez de dedicar seus esforços na solução dos

problemas mais sentidos pela população.

Segundo o *Delta Economics & Finance* (2015), Florianópolis foi considerada a melhor capital para se empreender no ano de 2015. Já pelo Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) de 2020, organizado pela Endeavor e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Florianópolis é considerada a segunda melhor cidade para se empreender entre as 100 maiores cidades brasileiras (ENDEAVOR; ENAP, 2020). Além disso, a cidade constava em 2011 como a 4ª principal cidade brasileira no mercado internacional de eventos, e 160ª no *ranking* mundial (MTUR, 2013). No dado mais recente, foi considerada a 5ª dentre as brasileiras e 272ª no mundo todo, segundo a International Congress and Convention Association (ICCA, 2019). A inserção de Florianópolis no turismo nacional se evidencia quando analisamos dados, como Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2019), no qual Florianópolis foi classificada como categoria A (Figura 43) pela sua expressiva rede de hospedagem, que é a maior entre as capitais brasileiras em proporção a sua população, tendo 65 estabelecimentos, 2.353 unidades habitacionais e 6.455 leitos a cada 100.000 habitantes, uma vez que a média nacional é de 15 estabelecimentos, 491 unidades habitacionais e 1.168 leitos a cada 100.000 (IBGE, 2017). Além disso, Florianópolis é também a primeira cidade brasileira incluída no grupo de 69 cidades da Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO (FERREIRA, 2017).

fundamental nesse processo, por meio de “revitalizações” de áreas antes degradadas e/ou expansões territoriais. Essa afirmativa se insere no contexto de Florianópolis e pode se aplicar nas duas frentes no projeto Sapiens, tanto na expansão expressa pelo Sapiens Parque, ao norte da ilha, quanto na revitalização com o Sapiens Centro.

No ano de 2016, o grupo FloripAmanhã²⁹ lança o projeto “Floripa 2030 – Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região”, em que são elaboradas estratégias para o desenvolvimento da cidade. Nesse projeto, o Sapiens Parque e o Centro Sapiens são incluídos na estratégia 2: Cidade Multicultural e Polinucleada, na qual o Sapiens Parque traria uma nova centralidade no norte da Ilha (FLORIPAMANHÃ, 2016), e, além disso, o Sapiens Parque é considerado um exemplo de projeto bem-sucedido de parceria pública-privada no desenvolvimento científico e tecnológico na cidade. Essas iniciativas se inserem na proposta política da economia do conhecimento, que inclui revoluções tecnológicas nas áreas de informação e comunicação, articulações entre instituições públicas e privadas, setores empresariais e acadêmicos, assim como redes interinstitucionais (FLORIPAMANHÃ, 2016). Além disso, em diferentes mídias, há a menção à Rota de Inovação (SEPAG, 2016; UDESC, 2013), que iniciaria no aeroporto Hercílio Luz, recentemente ampliado, passando pelas universidades, parques tecnológicos e demais pontos de interesse do setor, finalizando no Sapiens Parque, ao norte da ilha (Figura 44).

²⁹ FloripAmanhã é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2005 envolvendo pessoas físicas e jurídicas. A entidade tem como objetivo atuar no desenvolvimento econômico, social e ambiental da Grande Florianópolis, por meio da difusão da cultura do planejamento e do desenvolvimento urbano, do estímulo à cooperação público-privada e do apoio à vocação turística e tecnológica da cidade. Além disso, a organização busca ser a principal instância não-governamental a pensar e propor soluções para a cidade de Florianópolis. (FLORIPAMANHÃ, s/d)

Figura 44 – Rota da inovação



Fonte: ILOG, 2018.

A partir dessa perspectiva de negócios, surge o projeto do Sapiens Parque (Figura 45), promovido pelo Grupo Sapiens Parque, uma Sociedade de Propósito Específico do tipo S.A., de capital fechado, controlada pelo Governo de Santa Catarina por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) (Empresa de Economia Mista) e da SC Par (Empresa Pública), e pela Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI). Esse grupo vem construindo um parque empresarial de inovação tecnológica em Florianópolis numa área de expansão do setor de tecnologia (SILVA, 2011).

Figura 45 – Proposta de implantação do parque e etapas



Fonte: Sapiens Parque, 2018.

Analisando o material de divulgação do projeto e publicações correlatas é possível perceber a proximidade do discurso ali presente com o projeto de cidade empresarial. A Sociedade de Propósitos Específicos Sapiens Parque S.A foi criada em 13 de dezembro de 2002 e tem passado por várias etapas de implantação. No material de divulgação do grupo FloripAamanhã, encontramos como “feitos” dele a geração de parque de inovação sustentável; a criação de uma marca; a mudança do plano diretor do terreno; a remoção de supostos “invasores” deste; a promoção da Economia Criativa; o convencimento da UFSC a fazer o primeiro investimento na área; a promoção do empreendedorismo e criação de incubadoras; o foco, além da área de tecnologia, na área de saúde, com a farmacologia, e não só, na área de turismo, com a implantação de centro de eventos; a parceria com Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) e as parcerias público-privado (FLORIPAMANHÃ, 2017).

No material de divulgação do projeto, os verbos e termos utilizados, a exemplo de *criar*, *mobilizar*, *implantar*, *concorrer*, *gerar*, *atrair*, e também as perspectivas de *parcerias*, *clusters*, *inovação*, *empreendimentos*, *investimentos* evidenciam o seu caráter. A partir desses pontos de “conquistas” conseguimos ter mais clareza dos objetivos do *Sapiens Parque* relacionados à inovação, à gestão empresarial da cidade, à ideologia do empreendedorismo, às parcerias públicas e privadas, sua inserção nas universidades públicas e envolvimento com o poder público enquanto projeto de mercado. Além das menções à alteração de plano diretor da área e “expulsão de invasores”, evidenciando o impacto desse parque na produção do espaço urbano

em Florianópolis. O Sapiens Parque é descrito como um Parque de Inovação com o objetivo de desenvolver a região, tendo como diferencial a atração e o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis e competitivas de investimento, na qual ciência, arte e meio ambiente são aliados à infraestrutura necessária para a execução dessas ideias (SAPIENS PARQUE, 2018), evidenciando o impacto desse parque na produção do espaço urbano em Florianópolis.

A competição, com foco empresarial gerida e estimulada pelo Estado, é a base do projeto. O Sapiens Parque é uma iniciativa de empresas mistas, fundações e do governo do estado de Santa Catarina, tendo grande envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições de ensino do estado. Essa forma de gestão empresarial do público e essa perspectiva pública de gestão para o mercado se relaciona com os princípios do neoliberalismo e com a lógica da competitividade. O conhecimento, a arte e a sustentabilidade se transformam, em parte, dessa marca, sendo que o objetivo final é atrair investidores.

A localização é um fator central para o avanço das políticas neoliberais. O Sapiens Parque deve ser analisado para além do projeto delimitado no papel, mas para seu impacto na cidade como um todo enquanto um projeto global que expressa uma *governamentalidade*. A cidade é um espaço de conflito e disputa de interesses, o que está em debate é muito mais do que expansão urbana e especulação imobiliária, como também um processo de transformação de subjetividade.

La ubicación central de las ciudades en los sistemas fordistas-keynesianos de producción y reproducción las definen como arena clave (si no ‘blanco’) para las estrategias neoliberales de desmantelamiento, pero su significado estratégico como loci de innovación y crecimiento, y como zonas de gobernanza delegada y experimentación institucional local, igualmente las posicionan a la vanguardia del avance neoliberal (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009, p.7)

As cidades são, portanto, um ponto central das políticas neoliberais e a infraestrutura urbana torna-se fundamental para essa acumulação. O Sapiens Parque se utiliza desses princípios em busca de negócios. Já que “Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição intraurbana e de empreendedorismo urbano intensificado.” (HARVEY, 1992, p. 92).

há muito tempo a fábula da imaculada concepção do mercado espontâneo e autônomo foi posta em dúvida. Pode causar espanto que a mesma constatação se repita várias décadas depois: o que agrada a alguns chamar de “livre mercado” está ligado a um mito que, embora tenha efeitos de altíssimos riscos, ainda assim está muito distante das práticas reais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 271)

O local de implantação do Sapiens Parque se dá num terreno de propriedade do Governo de Santa Catarina e da CODESC. Anteriormente, nesse terreno funcionava a Colônia Penal

Agrícola de Canasvieiras (SÁ, 2004) e antes ainda, fazia parte das terras comunais da ilha, como afirma Campos (1989, p. 176): “Outro exemplo é o Campo da Colônia (Canasvieiras), parte do Campo da Coroa, onde se localizou a Colônia Penal Agrícola. Até cerca de 1930 o campo era utilizado comunalmente por habitantes de Pontas das Canas, Cachoeira, Canasvieiras, etc.” e tem uma área total de 4.315.680,88m² (431,5 hectares), fazendo divisa com a rodovia SC-401 e os bairros Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Vargem do Bom Jesus e Vargem Grande (Figura 46).

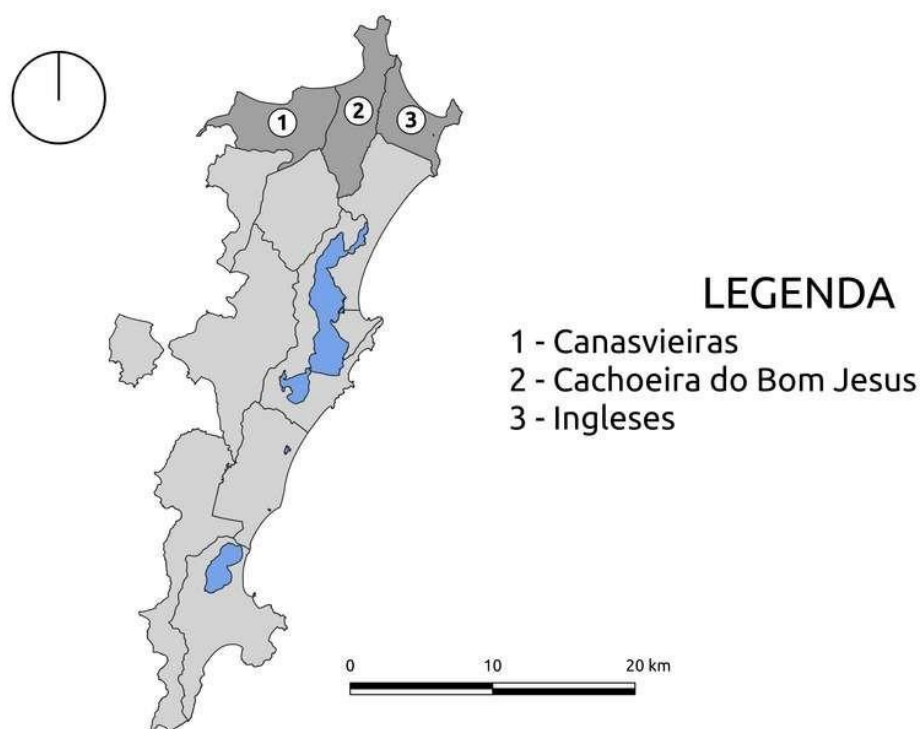
Figura 46 – Entorno da área do Sapiens Parque



Fonte: CAVANUS; MASSABKI, 2020.

O plano diretor aparece como algo central para a efetivação desses projetos. E, para além da análise das alterações mais recentes de microzoneamento no terreno do Sapiens Parque, é relevante a análise das alterações de zoneamento também do entorno do projeto. Foi feita a análise das mudanças no microzoneamento no plano diretor de Florianópolis na minuta de 2013, de 2014 e do plano em vigor para o entorno do Sapiens Parque, localizado no norte da ilha (Figura 47). Para a análise das mudanças no plano diretor, utilizou-se as imagens do projeto de Iniciação Científica de Tomás Carrera Massabki, orientado por Tomas Antonio Moreia com participação de Aline Vicente Cavanus e Renan Santos Gomez (MASSABKI, 2020).

Figura 47 – Localização dos três distritos ao norte da Ilha de Santa Catarina



Fonte: elaborado pela autora.

A partir da pesquisa, percebeu-se mudanças significativas nos distritos analisados. Como abordado na seção 3.2, na Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, do Plano Diretor de Florianópolis, entre as definições adotadas, estão as de Macro Áreas, divididas entre as de uso não urbano, as de uso urbano e as de transição. No recorte selecionado, há a presença de áreas como a APP, que faz parte da Macro Áreas de Usos não Urbanos, a APL e AUE, que estão nas Macro Áreas de Transição. Além disso, também existem as Macro Áreas de usos Urbanos que engloba a Área Comunitária Institucional (ACI), Área Verde de Lazer (AVL), Área Mista Central (AMC), Área Mista Serviços (AMS), Área Residencial Mista (ARM), Área Residencial Predominante (ARP), Área de Interesse Social (ZEIS), Área Turística de Lazer (ATL) e Área Turística Residencial (ATR). Existe também a Área de Conflito Ambiental e Urbano (ACAU), que é considerada “região do território municipal com ocupação urbana consolidada, detentora ou não de infraestrutura básica, caracterizada pela ocupação estabelecida ao longo dos anos e pela existência de conflito com a legislação ambiental e/ou urbanística vigente” (FLORIANÓPOLIS, 2014).

O distrito de Canasvieiras contou com um total de 95 alterações no microzoneamento entre as propostas da minuta de 2013 e de 2014, sendo 66 dessas alterações relacionadas aos usos urbanos (Figura 48). As mudanças foram divididas em cinco categorias representadas pelas letras A, B, C, D e E. A letra A envolviam a alteração entre APL e uso urbano, letra B

entre APP e uso urbano, letras C e D entre diferentes usos urbanos, mais ou menos restritivos e letra E, de uso urbano para APP. Essas alterações apontam para uma maior inserção do uso turístico da área, com ampliação das áreas e coeficientes de usos residenciais, turísticos e de serviços. A área do Sapiens Parque já estava consolidada como área de parque tecnológico, mas ocorrem mudanças no entorno do terreno, que podem apontar um processo de especulação. No período de 2014 a 2019, poucas mudanças ocorreram, sendo elas a supressão de três AVLs.

Figura 48 – Alterações de microzoneamento em Canasvieiras de 2013 a 2014



Fonte: MASSABKI, 2020.

Tabela 3– Mudanças de microzoneamento em Canasvieiras (2013-2014)

Código	Alterações
A01	APL – AUE
A02	APL – ARP 2.4
A03	APL – AMS 3.5
A04	APL – AMS 3.5
A05	APL – ARP 2.4
A06	APL – ARP 2.3
A07	APL – ATR 3.4
A08	APL – ATR 3.4
A09	APL – AVL
A10	APL – ARM 3.4
A11	APL – ARM 3.4
A12	APL – ARM 3.4
A13	APL – ARP 2.4
A14	APL – ARP 2.4
A15	APL – ARP 3.5 e AMS 4.5
A16	APL – AMS 2.5
A17	APL – ARP 2.4
B01	APP – ATR 4.5

Código	Alterações
B02	APP – ATR 3.4
B03	APP – ATR 3.5
B04	APP – ARM 3.4
B05	APP – ARM 3.4
B06	APP – ARP 2.3
B07	APP – ARP 2.3
B08	APP – ARP 2.4
B09	APP – ARP 2.4
B10	APP – AUE
B11	APP – AMS 2.5
B12	APP – AMS 2.5
C01	AVL – ACI
C02	ARP 2.4 – AVL
C03	ACI – AMC 6.5
C04	AMS 4.5 – AUE
C05	ACI – AVL
C06	APP, ACI e ARP 4.5 – AVL
C07	AMS 3.4 – AMS 3.5
C08	ARP 2.4 – ARM 4.5
C09	ARP 2.4 – ARM 4.5
C10	ARM 2.4 – ARM 4.5
C11	ARM 2.5/4.5 – ARP 2.3
C12	ATR 6.4 – ATR 6.5
C13	ATR 3.4 – ATR 4.5
C14	ATR 3.4 – ARP 2.3
C15	ARM 3.4 – ATR 3.4
C16	AVL – ACI
C17	AVL – AMC 4.5
C18	AVL – ARM 4.5
C19	ZEIS 3 – ARM 4.5
C20	ZEIS 3 – AVL
C21	AMC 2.5 – ARP 3.5
C22	ZEIS 3 – AMC 4.5
C23	ARP X.X ³⁰ – AMS 4.5
C24	ZEIS 3 – AMC 4.5
C25	AUE – ARP 2.4
C26	ARP 2.4 – ARM 3.5
C27	AMS 4.5 – ARP 2.4
D01	ARP 2.4 – APL
D02	ARM 4.5 – APL
D03	ATR 3.4 – APL
D04	ATR 3.4 – APL
D05	ATR 3.4 – APL
D06	ARP 2.4 – APL
D07	AMS 4.5 – APL
E01	AVL – AP
E02	ACI – APP
E03	APT – APP

Fonte: elaboração própria a partir de dados do plano diretor.

³⁰Para a alteração de código C23, o número máximo de pavimentos e taxa de ocupação não estavam claros na imagem fornecida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

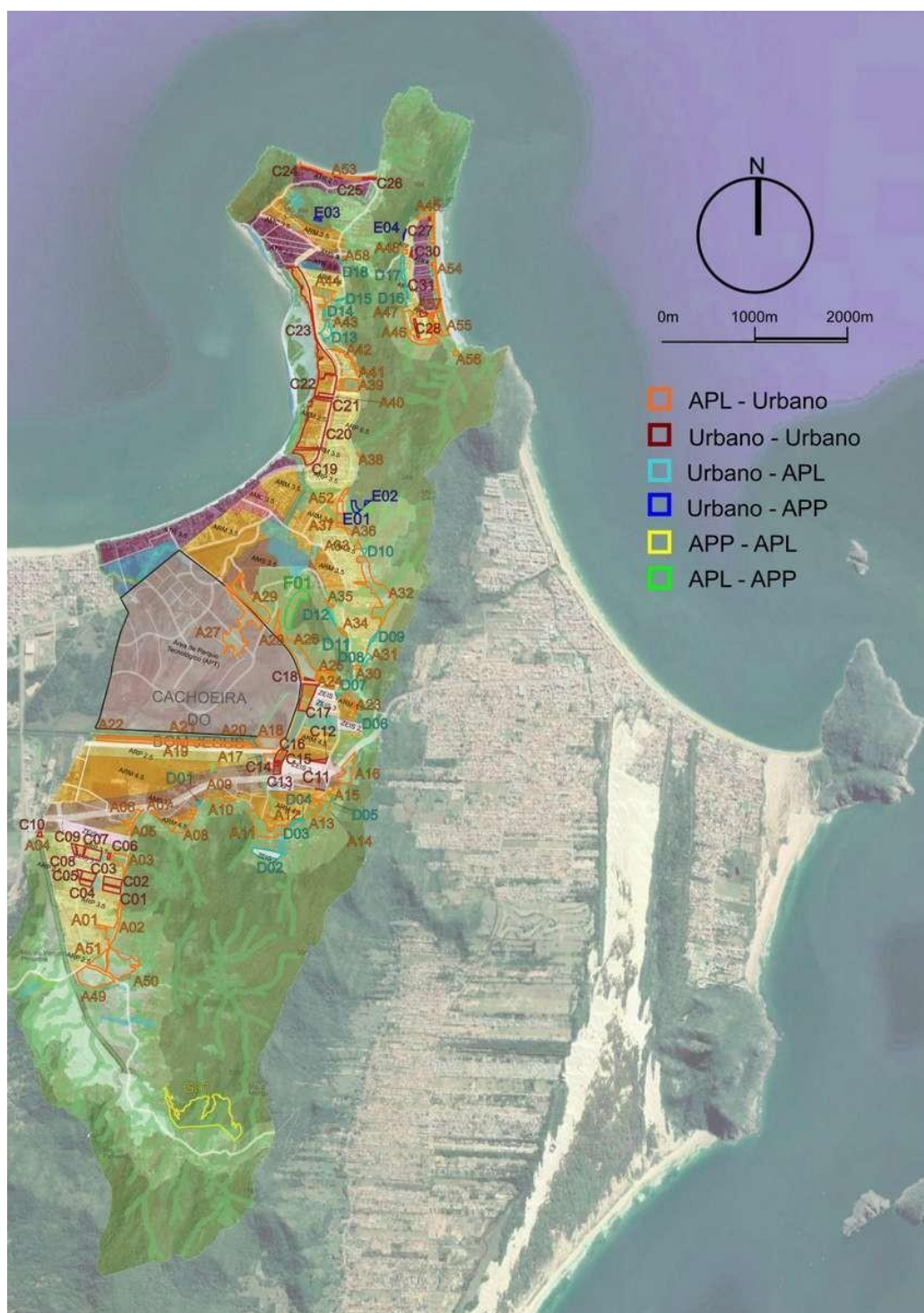
Figura 49 – Alterações de microzoneamento em Canasvieiras de 2014 a 2019



Fonte: MASSABKI, 2020.

Entre os anos de 2013 e 2014, o distrito de Cachoeira do Bom Jesus foi onde ocorreram mais alterações, totalizando 113 mudanças, sendo 111 delas relacionadas a usos urbanos e as outras duas entre APL e APP (Figura 50). Essas mudanças seguem um sentido semelhante àquelas no distrito de Canasvieiras, pois ampliam as áreas de uso residencial, turístico e de serviços. Cabe destacar as mudanças do entorno mais imediato do Sapiens Parque, onde ocorre um o aumento da área de APT (A27), mudanças para ARM nas proximidades do parque (A08, A11 e A14) e a criação de uma AVL e AMS na área (A26 e A29). Para além disso, não ocorreram mudanças quando comparados os mapas de 2014 e os atuais.

Figura 50 – Alterações de microzoneamento em Cachoeira do Bom Jesus



Fonte: MASSABKI, 2020.

Tabela 4 – Mudanças de microzoneamento em Cachoeira do Bom Jesus (2013-2014)

Código	Alteração
A01	APL-E – ARP 3.5
A02	APL-E – ARP 2.5
A03	APL-E – ARP 3.5
A04	APL-E – AMS 4.5
A05	APL-E – ARM 4.5
A06	APL-E – AMS 4.5

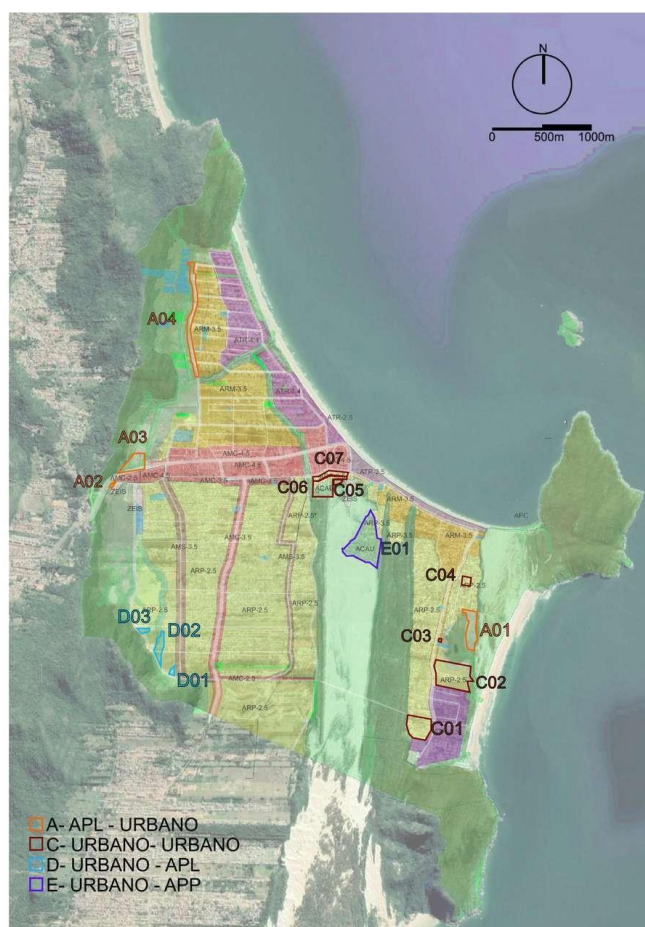
Código	Alteração
A07	APL-E – AMS 4.5
A08	APL-E – ARM 4.5
A09	APL-E – AMS 4.5
A10	APL-E – ARM 4.5
A11	APL-E – ARM 4.5
A12	APL-E – ARM 4.5
A13	APL-E – ARM 4.5
A14	APL-E – ARM 4.5
A15	APL-E – ARM 4.5
A16	APL-E – AMS 4.5
A17	APL-E – ARP 2.5
A18	APL-E – APT
A19	APL-E – APT
A20	APL-E – APT
A21	APL-E – APT
A22	APL-E – APT
A23	APL-E – ARM 4.5
A24	APL-E – ARM 4.5
A25	APL-E – ARM 4.5
A26	APL-E – AVL
A27	APL-E – APT
A28	APL-E – AMS 3.5
A29	APL-E – AMS 3.5
A30	APL-E – ARP 3.5
A31	APL-E – ARP 3.5
A32	APL-E – ARP 3.5
A33	APL-E – ARP 3.5
A34	APL-E – ARP 3.5
A35	APL-E – ARP 3.5
A36	APL-E – ARP 3.5
A37	APL-E – ARM 3.5
A38	APL-E – ARP 2.5
A39	APL-E – ARM 3.5
A40	APL-E – ARM 3.5
A41	APL-E – ARP 3.5
A42	APL-E – ARP 3.5
A43	APL-E – ARP 3.5
A44	APL-E – ARP 3.5
A45	APL-E – ATL 2.5
A46	APL-E – ARP 2.4
A47	APL-E – ARP 2.4
A48	APL-E – ARP 4.4
A49	APL-P – ARP 2.5
A50	APL-P – ARP 2.5
A51	APL-P – ARP 2.5
A52	APL-P – ARM 3.5
A53	APL-P – AVL
A54	APL-P – AVL
A55	APL-P – ARP 2.4
A56	APL-P – ATL 2.5
A57	APL-P – ACI
A58	APL-E – ARP 3.5
C01	ARP 3.5 – ZEIS 3
C02	ARP 3.5 – ZEIS 3

Código	Alteração
C03	ARP 3.5 – ZEIS 3
C04	ARP 3.5 – ZEIS 3
C05	ARP 3.5 – AMC 2.5
C06	ARP 3.5 – ZEIS 3
C07	ARP 3.5 – ZEIS 3
C08	ARP 3.5 – ZEIS 3
C09	ARP 3.5 – AMC 2.5
C10	ARP 3.5 – AMS 4.5
C11	AVL – ARM 4.5
C12	AMS 4.5 – ARM 4.5
C13	AMS 4.5 – AVL
C14	AMS 4.5 – ACI
C15	ARM 4.5 – ACI
C16	ARM 4.5 – AVL
C17	ARM 4.5 – AVL
C18	ARM 4.5 – AVL
C19	ARM 2.5 – ATR 3.5
C20	ARM 2.5 – ATR 3.5
C21	ARM 2.5 – ATR 3.5
C22	ARM 2.5 – ATR 3.5
C23	ARM 2.5 – ATR 3.5
C24	ATR 2.5 – AVL
C25	ATR 2.5 – AVL
C26	ATR 2.5 – AVL
C27	AVL – ATR 4.5
C28	ARP 2.4 – AVL
C29	ARP 4.4 – AVL
C30	ACI – ARP 4.4
C31	ARP 2.4 – AVL
D01	AMS 4.5 – APL-E
D02	ZEIS 2 – APL-E
D03	ARM 4.5 – APL-E
D04	ARM 4.5 – APL-E
D05	ARM 4.5 – APL-E
D06	ARM 4.5 – APL-E
D07	ARM 4.5 – APL-E
D08	ARP 3.5 – APL-E
D09	ARP 3.5 – APL-E
D10	ARP 3.5 – APL-E
D11	ARP 3.5 – APL-E
D12	ARP 3.5 – APL-E
D13	ARP 3.5 – APL-E
D14	ARP 3.5 – APL-E
D15	ARP 3.5 – APL-E
D16	ARP 2.4 – APL-E
D17	ARP 2.4 – APL-E
D18	ATR 3.5 – APL-E
E01	AVL – APP
E02	AVL – APP
E03	AVL – APP
E04	ARP 4.4 – APP

Fonte: elaboração própria a partir de dados do plano diretor.

O distrito de Ingleses foi o que sofreu menores alterações, totalizando 15 mudanças (Figura 51). Em sua maioria, tais mudanças envolviam a alteração entre Áreas de Uso Urbano, seguida pelas alterações de APL para Área de Uso Urbano. Essa área é marcada por duas ocupações irregulares conhecidas como as comunidades de Angra dos Reis e Vila do Arvoredo. Na minuta de 2013, existia uma ACAU, porém, no plano de 2014, essa área foi transformada em AVL e ARP (C05 e C06), ignorando a realidade local.

Figura 51 – Alterações de microzoneamento em Ingleses, de 2013 a 2014



Fonte: MASSABKI, 2020.

Tabela 5 – Mudanças de microzoneamento em Ingleses (2013 – 2014)

Código	Alteração
A01	APL-E – ARP 2.5
A02	APL-E – AVL
A03	APL-E – AMC 4.5
A04	APL-E – AMC 3.5
C01	ARP 2.5 – ATR 3.5
C02	ARP 2.5 – ATR 3.5
C03	ARP 2.5 – ACI
C04	ARP 2.5 – ACI
C05	ACAU – AVL
C06	ACAU – ARP 3.5

Código	Alteração
C07	ARP 3.5 – AMC 3.5
D01	ARP 2.5 – APL-E
D02	ARP 2.5 – APL-E
D03	ARP 2.5 – APL-E
E01	ACAU-APP

Fonte: elaboração própria a partir de dados do plano diretor.

As propostas finais do plano reafirmam a tendência de expansão do setor norte da ilha e a ampliação do uso turístico da área. O projeto *Sapiens* evidencia como o governo do estado de Santa Catarina, dentro desse projeto, cumpre o papel de executar a proposta neoliberal. Como afirmado, não é uma questão de ausência de Estado, mas do papel do Estado que se altera: ele cumpre a função de fazer o mercado funcionar e as cidades são palco central no qual esses eventos se descortinam. Há que se olhar com cautela para esses projetos de expansão, revitalização e inovação. Eles não são neutros e trazem uma proposta de cidade e de sociedade, para além do formal, uma proposta neoliberal de cidade.

As parcerias com instituições como a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de SC (ABIH/SC), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC), a Nossa Santa Catarina Televisão (NSC TV) e a Record TV, assim como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Banco do Brasil e a Caixa (SAPIENS PARQUE, 2019) evidenciam o caráter de negócios presente no projeto.

No material de divulgação do Sapiens Parque, encontra-se a todo tempo referências à competitividade da cidade e seu potencial para os negócios. Um termo presente também é o dos *clusters*. *Cluster* ou aglomerado pode ser entendido como “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área vinculada por elementos comuns e complementares” (PORTER, 1999, p 211). Essas empresas, mesmo em disputa, podem cooperar em atividades como participação em feiras ou compartilhamento de fretes, o que aumentaria a produtividade e estimularia novos negócios, assim como serviria de atração para investimentos externos (PORTER, 1999).

Esses conceitos se aproximam também das ideias propagadas por Richard Florida, que traz a teoria dos três T: tecnologia, talento e tolerância como pilares para o desenvolvimento econômico. Para Florida (2011), a classe criativa seria a classe a dominar a vida econômica desse século e envolve “trabalhadores do conhecimento”, como artistas, cientistas, engenheiros,

professores universitários, escritores, designers, arquitetos, formadores de opinião, advogados e profissionais de áreas criativas, como alta tecnologia ou da área financeira, por exemplo. Essa categoria se tornou, nas últimas décadas, um público-alvo em muitos projetos, como o que vemos no Sapiens Parque.

A competitividade e a inovação aparecem como questão central nesse discurso e modelo de cidade, na qual a perspectiva são os negócios e uma suposta “cidade inteligente” que integraria universidades, empresas e capital humano. No projeto do Sapiens Parque, mencionam fortemente as universidades e instituições de ensino em geral, públicas e privadas. O projeto inclui também o *Centro Sapiens*, proposta de revitalização e negócios para o centro histórico da cidade.

Em setembro de 2015, foi lançado o Centro Sapiens, projeto vinculado ao Sapiens Parque e voltado para o setor leste do centro de Florianópolis e para a Economia Criativa, turismo, artes, gastronomia, design e tecnologia (CENTRO SAPIENS, 2017).

Figura 52 – Localização Sapiens Parque e Sapiens Centro



Fonte: elaborado pela autora.

Para a efetivação do *Centro Sapiens*, houve a proposta de criação de um projeto de lei complementar que conceda isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) às *Start-Ups* instaladas na área central delimitada pelo Centro Sapiens. Já no ano de 2015, César Souza Junior, que era prefeito de Florianópolis no período, declarou:

A área leste estava degradada física e economicamente, assim como em outros grandes centros do Brasil. Com o Centro Sapiens, e até mesmo antes dele, começamos a ouvir a cidade. Os comerciantes já perceberam mudanças com a implementação do Viva a Cidade, com a reabertura do novo Mercado Público, e agora estamos a um passo de entregar o Museu de Florianópolis, na antiga Casa de Câmara e Cadeia, além de revitalizar o Museu Victor Meirelles. Mas não adianta mexer na infraestrutura local se não modificarmos e dinamizarmos a economia do ambiente. Por isso, precisamos incentivar esta economia criativa, tecnológica, a se instalar na região, dando vigor e vida ao Centro (FLORIPAMANHÁ, 2015, s/p).

Outros integrantes do poder público também apoiaram o projeto, como o vereador Pedro de Assis Silvestre (PP), que considerou o incentivo no Imposto Sobre Serviço (ISS) um melhor incentivo e o vereador Gabriel Meurer (PSB), que é autor de projeto que concede incentivos fiscais para as *start ups* do perímetro abarcado pelo Centro Sapiens (CENTRO SAPIENS, 2019).

O projeto do Distrito Criativo Centro Sapiens foi encerrado ao final de 2019, mas ressurgiu como o projeto Distrito 48, que reivindica a herança da proposta. (FLORIPAMANHA, 2020). Seguindo os mesmos princípios, mas com um novo nome e nova cara, o Distrito 48 conta com a articulação da Associação FloripAmanhã em parceria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), da UDESC e da UFSC, do Sebrae, Floripa Convention & Visitors Bureau, Floripa Conecta, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) e também da Prefeitura

de Florianópolis (SEMANÁRIO CATARINENSE, 2020)

Todos esses elementos apontam para o fato de que o projeto Sapiens faz parte de uma rede de parceiros que externalizam um projeto de cidade. A fundação CEPA, responsável pelo *Master Plan* do Sapiens Parque, foi também responsável pelo Plano Diretor de Florianópolis e de iniciativas como Jurerê Internacional (FUNDACIÓN CEPA, 2017). Vemos, assim, diferentes grupos, reunidos num projeto que envolve o setor imobiliário, hotelaria e serviços, gastronomia, alta tecnologia, turismo e negócios.

No material disponível no site do Centro Sapiens, encontramos uma lista de ações previstas para a efetivação da proposta, dentre elas a definição de conceito e estratégia do projeto Centro Sapiens, plano urbanístico e viário a ser desenvolvido, infraestrutura a ser implantada, plano de turismo, ciência e tecnologia e inovação, centro de inovação e design, polo gastronômico, *coworking* e economia criativa, incubadoras de economia criativa, projeto IPTU zero para *start ups*, estudo de potencial imobiliário para região e estudo comercial da região (CENTRO SAPIENS, 2017).

Para a efetivação dessa estratégia, o poder público torna-se um agente fundamental. As últimas prefeituras da cidade de Florianópolis têm se debruçado sobre o setor leste do centro: em 2013, foi elaborado o projeto *Viva a Cidade*, que incentivou feiras no final de semana e trouxe foco para essa área que não se encontrava dentro dos interesses prioritários do mercado, sendo um espaço visto como degradado e pouco valorizado da cidade.

Como aborda Simoni-Santos (2006), o processo de desvalorização de certos espaços pode servir como reserva territorial no processo de acumulação. A reordenação espacial no interior das cidades está assim integrada ao processo de expansão e aumento da velocidade dos ciclos de valorização do capital:

A desvalorização do espaço urbano ou de fragmentos desse espaço implica numa perda de significados de uma determinada territorialidade para o capital, seja ele produtivo ou especulativo. Consequentemente, uma subtração dos investimentos nessas áreas se efetua a partir da busca por melhores rendimentos em outras regiões, que passam agora por momentos de ascendência no ciclo de desvalorização-valorização. [...] Os capitais batem em retirada e deixam aos circuitos inferiores da economia aquele espaço pouco ajustado às demandas dos novíssimos investimentos. A economia informal – ambulantes, camelôs e um comércio varejista que se alimentam de formas residuais de consumo para os padrões atuais de circulação capitalista – se apodera dessas antigas estruturas desvalorizadas e conserva, numa espécie de sobrevida, o espaço produzido segundo os padrões de inversão de ciclos anteriores (SIMONI-SANTOS, 2006, p. 113).

Esse fenômeno pode ser observado no setor leste da parte central de Florianópolis, setor do centro fundador da cidade que tem recebido investimentos públicos e privados voltados à revitalização, como o Projeto Viva a Cidade e Projeto Centro Sapiens, os quais, muitas vezes,

são focados no desenvolvimento econômico, turístico e imobiliário, sem preocupações com as atividades já existentes no local. A área necessita sim de mais atenção do poder público, porém as propostas presentes no Centro Sapiens e nas propostas da prefeitura são limitadas, tendo o risco de gentrificação do bairro. Gentrificação, segundo as palavras de Neil Smith (2015, p. 78) “es el proceso de convertir áreas de clase trabajadora en barrios de clase media, a través de la rehabilitación de su parque de viviendas.” Qualquer projeto de intervenção nessa área, se for um projeto que não quer expulsar quem hoje vive e usa esse espaço, precisaria partir de uma profunda compreensão dos usos atuais e pensar formas de manter as populações que hoje lá habitam.

Neil Smith (2007) também expõe o que se chama de “pioneiro urbano”, comparando o momento atual de “retorno ao centro” aos momentos de expansão rumo ao oeste dos EUA, no qual, no contexto atual, os moradores da área central são vistos como um “elemento natural do meio físico a que pertencem”, como se esse espaço não estivesse sendo ocupado. A ideia de “revitalização” dos centros parte do pressuposto que esses espaços seriam espaços sem vitalidade ou usos, mas, na verdade, esses locais talvez não estejam cumprindo com o potencial de mercado almejado pelos investidores. Nesse contexto, a gentrificação aparece como uma oportunidade de renascimento urbano, na qual se expulsa, por meio do aumento de preços, da transformação do espaço ou das leis, uma população indesejada, para que esse espaço possa ser ocupado por uma população que traga maiores rendimentos ao capital. Nesse sentido, a gentrificação não é um processo individual, pois as construtoras, os proprietários, os agentes imobiliários e o próprio governo tem um papel central nesse processo, que não se trata apenas de uma questão de preferência de consumo (SMITH, 2015). Esse processo guarda semelhanças com o que vem ocorrendo no setor leste do centro de Florianópolis, que recentemente vem sendo chamado de “Baixo Centro”, e conta com o surgimento de bares, restaurantes e comércio.

O que se obtém do discurso do projeto Centro Sapiens é uma concepção de cidade como negócio. Harvey traz para o debate urbano a questão da localização como fator de acumulação capitalista e nos orienta sobre os papéis globais das cidades de acordo com a divisão internacional do trabalho sob uma perspectiva do imperialismo e da dependência (HARVEY, 2005). Esses elementos são fundamentais para compreender o papel das cidades no atual estágio do capitalismo. As transformações nos centros urbanos, para além de mudanças no cotidiano e na aparência da cidade e de seus habitantes, estão relacionadas às transformações econômicas, tendo o desenvolvimento urbano uma forte importância para o desenvolvimento e recuperação de crises econômicas.

avanço da fronteira da lucratividade, a questão para eles é lutar pelo estabelecimento de uma fronteira política por trás da qual moradores da classe trabalhadora possam retomar o controle de seus lares: existem dois lados em qualquer fronteira (SMITH, 2007, p. 29).

Assim, vemos uma disputa pelo espaço da cidade. O setor leste do centro, anteriormente conhecido como Bairro da Pedreira, era considerado um dos bairros mais sujos da cidade, nele eram característicos os cortiços, além da população de marinheiros, soldados, mendigos e prostitutas (CABRAL, 1979), passando posteriormente por um processo de higienização, com a construção da Avenida Hercílio Luz, na década de 20, e com a expulsão das populações mais pobres para os morros (SANTOS, 2009). O setor leste tem proximidade física com o Maciço do Morro da Cruz e morros e favelas da área central da cidade, além disso, hoje, esse território está sendo tensionado: de um lado por projetos oficiais, como o Centro Sapiens e outras iniciativas da prefeitura, e de outro por forças dos movimentos sociais, como a disputa de uso do Instituto Arco-Íris (NOR; CAVANUS; SOUZA, 2018) ou as batalhas de rap, como o exemplo da Batalha das Minas que ocorre no Terminal Urbano Cidade de Florianópolis. A vida noturna do bairro também é disputada: seja pelos bares “gourmetizados” frequentado pela chamada “categoria criativa”, aos “fluxos” de funk, sendo o segundo costumeiramente vítima de repressão policial. Esses diferentes atores por vezes dividem e por vezes entram em conflito no espaço. Pode esse projeto de cidade ter espaço para os dois?

no curso de sua realização, a concentração sempre enfraquece e se rompe. É preciso, então, um outro centro, uma periferia, um alhures. Um outro lugar e um lugar outro. Esse movimento, produzido pelo urbano, produz por sua vez, o urbano. A criação se interrompe, mas, por sua vez, para criar (LEFEBVRE, 2019, p. 134).

As últimas prefeituras da cidade de Florianópolis têm se debruçado sobre o setor leste do centro. Em 2013, foi elaborado o projeto “Viva a Cidade”, que incentivou feiras no final de semana e trouxe foco para essa área que não se encontrava dentro dos interesses prioritários do mercado, sendo um espaço degradado e pouco valorizado da cidade.

A área necessita de mais atenção do poder público, mas as propostas presentes no Sapiens são limitadas, pois se restringem ao desenvolvimento econômico e turístico, correndo o risco de gentrificação do bairro. Uma “revitalização” da área deveria dar atenção à manutenção das populações hoje existentes no local, como o incentivo ao comércio de caráter mais popular e a diversificação dos usos. (CAVANUS, 2017)

Esse tipo de proposta se relaciona com um debate mais amplo sobre a produção do espaço e a questão urbana dentro de uma sociedade capitalista, que também se transforma. O que pode estar por trás desse novo papel das cidades na contemporaneidade? As mudanças recentes na legislação brasileira, como a reforma trabalhista e da previdência podem ser vistas como impactos sociais dessa política econômica. O novo paradigma do desempenho tem em

seu cerne a maximização da produção e a espacialidade da cidade sob essa perspectiva da competitividade segue o mesmo ímpeto.

A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. E é uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto a verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que ordenam o silêncio e o esquecimento (LEFEBVRE, 2019, p. 36).

A questão econômica é essencial para a compreensão espacial: o novo papel das cidades na contemporaneidade. Os espaços cobiçados pelos projetos hegemônicos não eram e não são uma *tabula rasa*, posto que a conquista desses espaços pelo capital passou e passa pela expulsão de uma população anterior e pela disputa da cidade enquanto valor de uso em oposição à cidade como valor de troca.

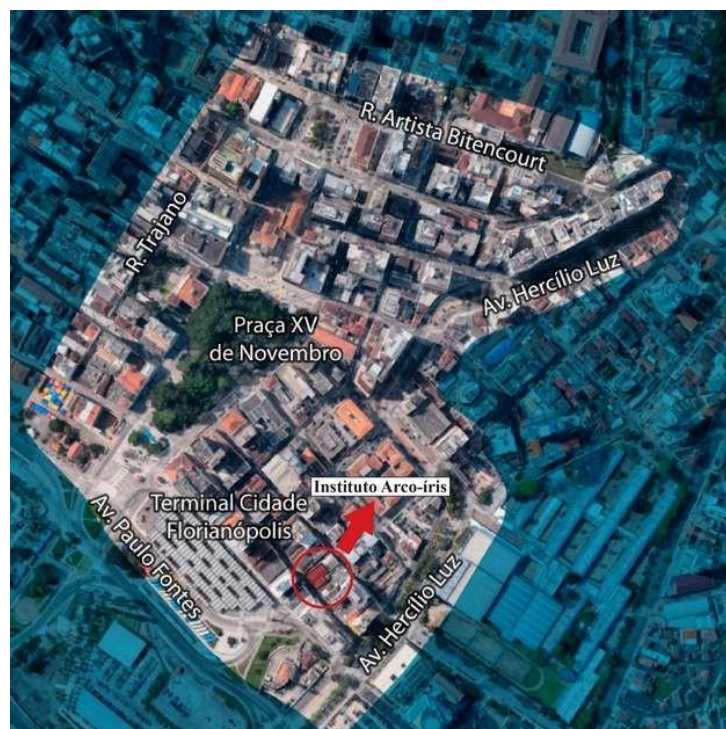
A localização do Sapiens Parque e do Centro Sapiens tem também proximidade com outras propostas e iniciativas dos movimentos sociais de ocupação da cidade, como a primeira e segunda Ocupação Amarildo de Souza e o Instituto Arco-íris (Figura 54 e Figura 55). Além disso, no entorno do Sapiens Parque, para além de empreendimentos relacionados ao turismo, há também setores ocupados pelas camadas de mais baixa renda, como as comunidades de Vila do Arvoredo e Angra dos Reis (Figura 56).

Figura 54 – Localização Sapiens Parque e Sapiens Centro e ocupações



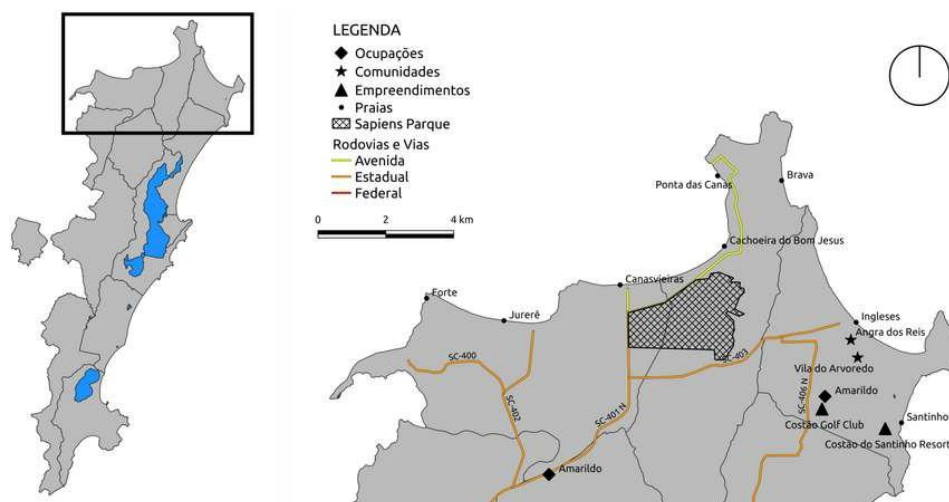
Fonte: elaborado pela autora

Figura 55 – Localização do Instituto Arco-íris no Distrito Criativo do Sapiens Centro



Fonte: elaborado pela autora a partir de base disponibilizada pelo Sapiens Centro.

Figura 56 – Localização do norte de Florianópolis, com destaque para as praias, ocupações, comunidades e empreendimentos ligados ao setor turístico



Fonte: elaborado pela autora.

Analisando o material do Sapiens Parque e do Centro Sapiens e suas referências de sucesso de projetos urbanos o que se apreende como proposta de cidade é uma cidade como negócio, uma cidade para a acumulação capitalista dentro do contexto internacionalizado e financeirizado: como um objeto de valorização capitalista.

As formas de exploração e produção do espaço urbano para o capital se revolucionam de forma cada vez mais veloz, na velocidade das crises e dos avanços tecnológicos que as seguem. Mesmo Florianópolis não sendo uma grande cidade brasileira, é, ainda assim, um foco de políticas que a buscam para se inserir nesse cenário de rentabilidade internacional, principalmente por meio da alta tecnologia e do turismo, e os projetos do Sapiens Parque e do Centro Sapiens surgem como aliados no cumprimento dessas políticas na cidade.

Como vimos, esses projetos mobilizam os mais diferentes esforços em busca da efetivação do seu projeto de cidade. Um projeto de cidade que fecha os olhos para parte do seu entorno quando ignora as ocupações urbanas e as áreas de pobreza em detrimento da venda de uma cidade ideal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de luta pela terra em Florianópolis-SC, promovido pelos movimentos sociais e suas ações na produção do espaço. Para tanto, teve como objetivos específicos: entender as experiências de disputa pela terra e direitos em Florianópolis-SC; compreender a dinâmica de organização dos estudos de caso selecionados – suas origens, composição, forma de organização interna, relação com a cidade e contexto em que estão inseridos; levantar o papel dos diferentes atores nesse processo: a prefeitura e os agentes públicos, os grupos privados, os arquitetos e técnicos e os movimentos sociais; e analisar os espaços oficiais de participação em Florianópolis-SC e seu histórico. Ao longo da dissertação esses diferentes objetivos foram alcançados, entendendo as diferentes dimensões da participação social e da produção do espaço na cidade de Florianópolis-SC.

As ações dos movimentos sociais por meio das ocupações urbanas, sejam elas de moradia, culturais ou por mais espaços que possam ser ocupados também para a organização e proliferação dessas atividades, evidenciam a falta de participação nos projetos hegemônicos de cidade, como demonstram os estudos de caso abordados: Amarildo, uma ocupação por moradia e Arco-íris, uma ocupação de caráter cultural, ambos projetos que se contrapõem aos processos de “revitalização” e aos projetos institucionais que privilegiam o valor de troca dentro da cidade, trazendo uma cidade funcional para o mercado e que não abarca a complexidade das necessidades humanas, ilustrados nas propostas do Sapiens Parque e Centro Sapiens. Propostas como a Amarildo, inclusive, vão além de uma reivindicação por moradia e pautam uma outra relação entre campo e cidade, por meio do debate rururbano e da proposta de produção de agricultura orgânica e sustentável próximas aos locais de trabalho e da cidade.

No processo de produção da cidade, existem interesses divergentes e as ocupações ocorrem como forma dos movimentos sociais conquistarem seu espaço nesse território, pois, muitas vezes, não encontram lugar nos planos oficiais de cidade. Os locais de moradia para as faixas de renda mais baixa na cidade de Florianópolis, de maneira recorrente, se encontram afastados dos locais de vida: seja do trabalho, lazer ou consumo e os espaços para a organização popular não são ofertados pelo poder público. A ocupação Amarildo é um exemplo de luta pela inserção de moradia popular em local de fácil acesso e o Arco-íris é um exemplo de luta por um espaço onde possa acontecer a organização popular e também o atendimento de populações vulneráveis num local acessível. Esses diferentes movimentos de luta pela cidade se articulam em redes, eles se conversam, se conectam e chegam a atuar em conjunto em determinados

momentos, como confirmado pelas entrevistas e pela pesquisa de campo nos casos da Amarildo e do Arco-íris, o que aponta que é possível ocorrer também em outros movimentos. Os movimentos de ocupação, por exemplo, contribuem com os movimentos pela efetivação da participação popular no plano diretor. Mesmo que não diretamente, no processo de elaboração de propostas, esses movimentos podem estar juntos nas manifestações e nos lugares de articulação que encontram na cidade. Esses espaços na maioria das vezes não são espaços oficiais ofertados pelo poder público, mas justamente esses locais “abandonados” e supostamente esquecidos, como um terreno vazio ou um prédio abandonado. Espaços que para o mercado, são, muitas vezes, reserva, esperando valorização, locais que as pessoas, a partir de sua auto-organização, transformam em locais de vida e de transformação de sua própria realidade.

Frequentemente, a cidade oficial age ignorando parte da cidade, fingindo que não vê seus problemas e contradições, sua totalidade e realidade, em prol de um plano idealizado que não se realiza, justamente porque desconsidera fatores da equação. Contudo, os de baixo não somem, porque não são considerados nos planos, e vão procurar formas de manter a sua existência, essas formas passam por dentro e por fora dos espaços oficiais. Estes, não podemos esquecer, são espaços de controle do Estado, servindo muitas vezes de amarras aos movimentos sociais. Movimentos grandes, como a Ocupação Amarildo, que fez amplas manifestações na cidade e ocupou uma terra num lugar de interesse imobiliário e especulação, fazem a sociedade como um todo olhar para essa contradição e não poder mais somente ignorá-la. Essa realidade às vezes distante ou ocultada (mesmo que baste olhar para os morros para ver que nem tudo é Beira-Mar) salta aos olhos e ao debate.

O projeto oficial de cidade para Florianópolis se encontra expresso no Plano Diretor de 2014 e em projetos como o Sapiens Parque e o Sapiens Centro, nos interesses privados, representados por entidades como o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON) de Florianópolis e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), assim como em iniciativas como a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região (Floripa 2030), coordenada pelo FloripAmanhã (que tem como associados grupos como o Habitasul Empreendimentos Imobiliários, de Jurerê Internacional e o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis – SHRBS). Porém, esses projetos só expressam uma parte da cidade. O Plano Diretor, tendo uma participação da sociedade civil, ainda traz alguns elementos de maior totalidade. A presença de ZEIS em algumas áreas é um exemplo desse reconhecimento, ainda que em outros lugares, como nos casos de Angra dos Reis e Vila do Arvoredo, essa demarcação tenha sofrido retrocessos: a área é reconhecida como ZEIS, numa

determinada minuta do plano, e depois não mais. Projetos como Centro Sapiens e Sapiens Parque, ambos relacionados com o poder público e com a Universidade, já não abrem tanto espaço para o diálogo com os diferentes, com aqueles que não se encaixam em sua proposta de cidade. As demandas dos movimentos socialmente organizados na cidade de Florianópolis não aparecem nesses projetos, eles são projetos de nicho, orientados para o mercado. Contudo, também usam de recursos e infraestrutura pública e, muitas vezes, se aproveitam de instrumentos que inclusive aparecem no Estatuto da Cidade, porém com o objetivo de trazer mais lucros para os proprietários, em sentido oposto ao de democratização do espaço.

A chamada “tolerância à irregularidade” não é um fato isolado na constituição da cidade, mas um processo que persiste até os dias atuais. É importante destacar o fato do norte da ilha ser uma área de expansão de investimentos central para as classes dominantes florianopolitanas: esse interesse especulativo ressalta o porquê dos Amarildos terem sido constantemente expulsos de suas ocupações. Os dois terrenos no norte da ilha eram terras públicas e instrumentos presentes no Estatuto da Cidade poderiam ter sido utilizados para a efetivação do direito à moradia daquela população nesses territórios, como as ZEIS e a desapropriação. No entanto, o que ocorreu foi a expulsão dessas populações para áreas, no mínimo, controversas, como a Terra Indígena em Palhoça e o terreno em Águas Mornas, também com conflitos entre suposto proprietário e terra pública, além do fato das possíveis construções de barragens no local. Não é gratuita a expulsão dessa população da ilha para o continente e não é gratuita a expulsão para áreas de conflito, ficando implícito o objetivo de desarticular o movimento e dispersá-lo. O resultado foi uma diminuição drástica na quantidade de famílias assentadas, mas, ainda assim, Amarildo persiste e resiste. O Instituto Arco-íris, na área central, consegue permanecer também, porque a proposta de “revitalização” e “gentrificação” não conseguem se efetivar: o projeto do Centro Sapiens é encerrado, sendo reformulado com o nome de Distrito 48. Esse processo se encontra suspenso, como a conhecida dinâmica da especulação, aguardando novas ações do poder público que possam garantir seus lucros.

O Estatuto da Cidade é mobilizado no processo de judicialização do plano diretor devido ao fato da prefeitura ter afastado a participação popular no período de elaboração final. No entanto, isso não foi suficiente para garantir que a participação fosse efetivada no projeto final, já que ao fim, por meio de outra decisão legal, os debates foram desconsiderados. Instrumentos como a desapropriação, ZEIS e até a OUC/AUE, que aparece na área da primeira ocupação da Amarildo, poderiam ter sido diferentemente utilizados, mantendo aquelas populações no local. Contudo, esse instrumento não foi utilizado a favor dos movimentos sociais, mas somente para a acumulação de capital. Na contramão, os instrumentos do Estatuto da Cidade que vemos de

fato ser aplicados são a Outorga Onerosa ou a TDC, buscando contribuir para o lucro dos grandes proprietários. A suposta função social da propriedade é subvertida em uma função de mercado. Vinte anos desde o lançamento do Estatuto da Cidade se passaram e um de seus resultados é perceber que ter somente a lei como horizonte, sem lastreamento social e mobilização para garantir esse processo, se mostrou uma ilusão.

Além disso, as diferentes propostas populares ao plano, organizadas pelos distritos e por espaços como o NG Autoconvocado, o COMINTER e o Fórum da Cidade, estabeleciam diálogo com os movimentos de ocupação. Como abordado no histórico inicial da cidade, a questão da polinucleidade aparece também no processo de organização dos movimentos sociais e comunitários e no planejamento da cidade. Contudo, mesmo que alguns projetos populares tenham sido incluídos no projeto do plano diretor, como é o caso do PACUCA no Campeche, globalmente os movimentos não se sentiram representados pelo plano e todo o seu processo nebuloso. Vemos também que alguns distritos já eram mais organizados, como Campeche e Pantano do Sul, e outros se organizam a partir do plano, como o caso de Ratonés.

Os movimentos da Amarildo e do Arco-íris disputam um território que está sendo tomado pelo mercado, por interesses privados apoiados pelo setor público. A ocupação promovida pelos Amarildos se dava justamente na via de acesso para o local de inserção do projeto do Sapiens Parque, área de valorização imobiliária: a expulsão da população de baixa renda desses espaços e a negação da construção de habitação para tal população na área se deu também por meio da alteração do plano diretor e da criação de uma APP justamente no terreno ocupado. O Arco-íris se localiza num local que foi cobiçado pelo Centro Sapiens, onde se esperava a execução de um distrito criativo, com incubadoras, comércio e público que, muitas vezes, não se adéquam à atual configuração do local. Do modo como foram configurados esses projetos, eles não conseguiriam coexistir, já que o local atualmente atende uma população em situação de rua e a proposta queria transformá-lo numa gibiteca. Em jogo, vemos um projeto de cidade limpa e empreendedora *versus* a cidade construída pelos movimentos sociais. A cidade real é composta de todos esses atores, porém há uma tentativa de ocultar essa contradição através da expulsão desses grupos de mais baixa renda ou marginais, já que não se dá uma solução para a situação de pauperização, só a transfere de lugar, para longe dos olhos dos setores de poder. Quer se “embelezar” a cidade, ou uma parte dela, para vendê-la como um produto sem encarar as contradições fundamentais de sua composição. Temos uma cidade e projetos de cidade em disputa. Essas disputas aparecem também no processo do plano diretor, com a participação desses movimentos sociais em diferentes contextos, seja no processo de debater o planejamento da cidade, seja na reivindicação pela participação em processos nos quais ela não

ocorre ou no momento de fazer um protesto quando as demandas não são atendidas.

A cidade é produzida nos espaços oficiais e também fora deles, e, em ambos, somente brechas de ações são encontradas. As ações são limitadas, com pouco espaço para uma transformação socioespacial, na qual as alternativas são constantemente estranguladas. A “máquina”, o dinheiro, a mídia, o poder público, tudo gira no sentido de um projeto único de supremacia do valor de troca em todas as relações humanas. Contudo, há ainda os que resistem e lutam por uma outra realidade, uma realidade na qual o valor de uso prevaleça e seja possível a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Miriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo**: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis. Tese (doutorado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: Carlos, A. F. (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 65-80.
- AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro e FIX, Mariana; **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação em Direitos Humanos no Brasil 2009**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo. Brasil.
- ARANTES, Pedro Fiori. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades In: Sampaio Jr., Plínio de Arruda. (org.) **Jornadas de junho**: a revolta popular em debate. Instituto Caio Prado Jr. 2014. 174 p.
- ARNSTEI, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opin. Publica, Campinas, 2008, vol.14, no.1.
- BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo** – das cooperativas FUCVAM à associação de moradia unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação da FAU-USP. São Paulo, SP, 2006. 170 p.
- BARROS, Ana Maria Furbino Bretas; CARVALHO, Celso Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. O Estatuto da Cidade comentado. Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. (Orgs.) **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.
- BONDUKI, Nabil. **Pioneiros da habitação social**: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Editora UNESP: Edições SESC, 2014. v.1.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?**: Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.
- BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império,

1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 93, de 28 de abril de 2004**. Cria o Programa Crédito Solidário voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizados em cooperativas ou associações com fins habitacionais. Brasília, DF, 2004.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CALHEIROS, Fernando. **“Terra, Trabalho e Teto”**: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

_____. **“Terra, trabalho e teto”**: ocupação Amarildo de Souza e a luta por reforma agrária popular na Grande Florianópolis. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2018.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

CANELLA, Francisco. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2014). **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350

CARPES, Melissa Ferreira. **Unidade de Conservação e(m) Terra Indígena**: os espaços do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e da Terra Indígena Morro dos Cavalos / Palhoça-SC. (Trabalho de Conclusão de Curso) Geografia. Florianópolis: UFSC, 2020.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. (Org.) **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CAVANUS, Aline Vicente. **Instituto Arco-íris**: um espaço de resistência no centro histórico de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

CAVANUS, Aline Vicente; MASSABKI, Tomás Carrera. 2020. Sapiens Parque e o turismo de negócios em Florianópolis: Produção do espaço urbano e turismo de negócios no setor de alta tecnologia. Em: Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. "XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo/Lisboa, Dezembro de 2020". Barcelona: DUOT, 2020. ISSN 2604-7756.

CBN Diário. **Prefeitura de Florianópolis vence julgamento do STJ sobre Plano Diretor.** 07 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/prefeitura-de-florianopolis-vence-julgamento-do-stj-sobre-plano-diretor>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania -. Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1997. 248 p.

CENTRO SAPIENS, 2019. **Chegada de novas empresas na área leste do centro é pauta na câmara de vereadores.** Disponível em: <https://centrosapiens.com.br/2019/03/26/chegada-de-novas-empresas-na-area-leste-do-centro-e-pauta-na-camara-de-veredores>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CENTRO SAPIENS. 2017. **Projeto Centro Sapiens. 2017.** Disponível em: <http://centrosapiens.com.br/wpcontent/uploads/2016/03/projeto-CentroSapiens.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CHALAS, Yves. O Urbanismo: pensamento fraco e pensamento prático. In: PEREIRA, Elson Manoel (org). **Planejamento Urbano no Brasil: Conceitos, Diálogos e Práticas.** Chapecó: Argos, 2008.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada.** São Paulo: Boitempo, 2005.

COELHO, Kellen da Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; KANITZ, Amarildo Felipe. As práticas organizativas do distrito de Ratoles na resistência à proposta de plano diretor “participativo” feita pela Prefeitura de Florianópolis, à luz da teoria política do discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM**, Campo Largo, v. 13, n. 1. p. 132-151. Jan-Abr/2014.

COLAÇO, Roberto Luiz. **Inovações Institucionais em Gestões Participativas – Limites e Possibilidades do Orçamento Participativo de Florianópolis (1993/96) para romper com formas tradicionais de gestão e impulsionar a formação de esferas públicas democráticas.** 1999. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro De Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1999.

COMUNITÁREAS. 2020. **Mapa georreferenciado colaborativo.** Disponível em: https://www.comunitareas.com_ Acesso em: 10 jan. 2021.

CUNHA, Luis Felipe. **A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, SC, 2013. 182 p.

CUNHA, Luis Felipe. Planejamento urbano e múltiplas territorialidades: a resistência do Campeche (Florianópolis-SC) na elaboração do plano diretor. **Revista caminhos de**

geografia. Uberlândia - MG v. 19, n. 65 Março/2018 p. 56–68 ISSN 1678-6343 DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/RCG196505>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELTA ECONOMICS & FINANCE. **Ranking BCI-100, Com As 100 Melhores Cidades Brasileiras.** Disponível em: <http://www.deltaef.com/conhecimento6Det.asp?codParam=21>> Acesso em: 15 jul. 2018.

DIÁRIO CATARINENSE. **Policiais ambientais e militares contam barracas na Ocupação Amarelo.** 2014. Fotos da polícia ambiental. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/policiais-ambientais-e-militares-contam-barracas-na-ocupacao-amarildo> Acesso em: 15 jul. de 2018.

ELLER, João Ricardo Goulart. **Geoprocessamento e a Urbanização na Planície do Campeche Anos de 1986 a 2015.** 2016. 142 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2016.

ENDEAVOR; ENAP. Índice cidades empreendedoras. 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6097> Acesso em: 10 jan. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

Família Beckhauser. Disponível em: http://www.familiabeckhauser.com.br/img/mapa_desterro.jpg. Acesso em: 10 nov. 2020

FENEA, Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. **POEMA – Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo.** 2016.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: **Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos.** São Paulo: FAUUSP, 2016. p. 09 – 30.

FERREIRA, Victor Moura Soares. **A Rede de Cidades Criativas da Unesco: uma perspectiva das cidades brasileiras.** 2017. Dissertação. (Mestrado) Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre.** Cosac Naify, São Paulo; 1ª edição, 2006.

FIPEZAP. 2020. Índice FIPEZAP – venda residencial. Informe de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FLORIANÓPOLIS-SC. Lei Complementar nº 482/2014, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. **Diário Oficial do Município de Florianópolis**. Florianópolis, SC, 17 de janeiro de 2014. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

FLORIANÓPOLIS-SC. **Anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis**, 2013.

FLORIANÓPOLIS-SC, 1985. **Lei nº 2193 de 03 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. Disponível em: <https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/1010610/lei-2193-85>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FLORIANÓPOLIS-SC, 1990. **Lei Orgânica do Município de Florianópolis/SC**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-florianopolis-sc> Acesso em: 20 jul. 2020.

FLORIANÓPOLIS-SC, 2011. **Decreto nº 9052, de 31 de maio de 2011**. Constitui Comissão Especial para Coordenação, Acompanhamento e Encaminhamento do Anteprojeto do Plano Diretor Participativo Sustentável de Florianópolis. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2011/905/9052/decreto-n-9052-2011-constitui-comissao-especial-para-coordenacao-acompanhamento-e-encaminhamento-do-anteprojeto-do-plano-diretor-participativo-sustentavel-de-florianopolis> Acesso em: 20 jul. 2020.

FLORIANÓPOLIS-SC. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Habitação - PMHIS 2009**. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

FLORIANÓPOLIS-SC. **Decreto nº 15.596, de 22 de dezembro de 2015**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/f/florianopolis/decreto/2015/1560/15596/decreto-n-15596-2015-reconstitui-e-regulamenta-o-nucleo-gestor-do-plano-diretor-participativo-de-florianopolis-e-da-outras-providencias> Acesso em 20 de julho de 2020.

FLORIANÓPOLIS-SC. **Decreto nº 15.865/2016**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/f/florianopolis/decreto/2016/1586/15865/decreto-n-15865-2016-reconstitui-e-regulamenta-o-nucleo-gestor-do-plano-diretor-participativo-de-florianopolis-revoga-decreto-n-15596-de-22-de-dezembro-de-2015-e-da-outras-providencias> Acesso em: 20 jul. 2020.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class, Revisited**. Nova York: Basic Books, 2011.

FLORIPAMANHÃ. **Lançada Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor**. 17 out. 2016. Disponível em: <http://floripamanha.org/2016/10/lançada-minuta-do-anteprojeto-de-lei-do-plano-diretor/> Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Audiência define prazo para o documento sobre o Plano Diretor ser enviado à Câmara.** 09 fev. 2017. Disponível em: <http://floripamanha.org/2017/02/audiencia-define-prazo-para-o-documento-sobre-o-plano-diretor-ser-enviado-a-camara/> Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. 2020. **Distrito 48: saiba como o projeto começou e suas principais referências.** Disponível em: <http://floripamanha.org/2020/08/distrito-48-saiba-como-o-projeto-comecou-e-suas-principais-referencias/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. 2017. **Sapiens Parque comemora 15 anos.** Disponível em: <http://floripamanha.org/2017/12/sapiens-parque-comemora-15-anos/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Floripa 2030 – Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região.** Florianópolis, 2016.

_____. 2015. **Centro Sapiens estimula economia criativa na Ilha.** Disponível em: <http://floripamanha.org/2015/09/centro-sapiens-estimula-economia-criativa-na-ilha/>. Acesso em: 07 mar. 2020.

_____. (s/d). 2020 **Quem somos.** Disponível em: <http://floripamanha.org/quem-somos/>. Acesso em: 07 mar. 2020.

Fundación CEPA. **Antecedentes 2017.** La Plata. 2017. Disponível em: <https://www.fundacioncepa.com.ar/libros/Difusion/CVCEPA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. Imperialismo contemporâneo: espolição e benevolência. (Resenha do livro: HARVEY, David. O novo imperialismo). **Revista História & Luta de Classes**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 89-91, nov. 2008.

Fundação João Pinheiro. (2021a) **Deficit habitacional no Brasil – 2016 – 2019** / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2021.

Fundação João Pinheiro. (2021b) **Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil –2016-2019** / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2021.

G1 SC. **Florianópolis divulga novas audiências públicas para Plano Diretor** – Encontros serão coordenados pelo Ipuf a partir de 23 de maio. Justiça solicitou que consulta pública fosse refeita por falta de participação. 18 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/05/florianopolis-divulga-novas-audiencias-publicas-para-plano-diretor.html> Acesso em: 20 jul. 2020.

GUERREIRO, Isadora. **O MST em transição: a Comuna Urbana Dom Hélder Câmara e o lulismo.** Anais do I Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo, Belo Horizonte, 2016.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo:

Martins Fontes, 2014.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia. [et al.] **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo/Carta Maior, São Paulo, SP. 2013

_____. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, São Paulo, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e Debates no. 6, NERU, São Paulo, 1982. (P 6-35)

HORA DE SANTA CATARINA. **Ocupantes do acampamento Amarildo de Souza realizam passeata na Beira Mar Norte, em Florianópolis**. 2014. Foto de Betina Humeres. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ocupantes-do-acampamento-amarildo-de-souza-realizam-passeata-na-beira-mar-norte-em>. Acesso em: 15 jul. 2018.

IBDU. **Nota Técnica Conjunta PEC80/2019**. 2019. Disponível em: <https://wp.ibdu.org.br/nota/nota-tecnica-conjunta-pec80-2019/>. Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 ago. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2017. **Pesquisa de Serviços de Hospedagem 2016**. Rio de Janeiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). **Portal Cidades@**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html> Acesso em: 12 dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). **Portal Cidades@**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>, Acesso em: 19 de fev. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017a). **Portal Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 12 dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017b). **Produto Interno Bruto – PIB dos Municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=4205407> Acesso em: 22 fev. 2020.

ILOG. **Ilog na Rota da Inovação**. 2018. Disponível em: <https://www.ilog.com.br/2018/09/19/ilog-na-rota-da-inovacao/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Assentamento entrega cestas de alimentos na grande Florianópolis. 31 mar. 2020. INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamento-entrega-cestas-de-alimentos-na-grande->

florianopolis.html Acesso em: 11 abr. 2020.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23 p. 18-34 1, 1987.

JUSTIÇA FEDERAL. **TRF4 confirma liminar que libera Plano Diretor de Florianópolis**. 04 jul. 2014. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10145 Acesso em: 20 jul. 2020.

KAPP, Silke. Autonomia Heteronomia Arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 3, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LENZI, Maria Helena. **A invenção de Florianópolis como cidade turística: discursos, paisagens e relações de poder**. 2016. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LOGO UFSC. s/d. 2021. **Quem Somos**. Disponível em: <http://logo.ufsc.br/home/pt/> Acesso em: 10 jan. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAGALHÃES, Luis Felipe Aires; TONIN, Vitor Hugo. Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 224-255, jul-dez 2015.

MARICATO, Ermínia. Reforma urbana: Limites e Possibilidades - Uma trajetória Incompleta. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. & SANTOS, Orlando A. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. RJ: Civilização Brasileira, 1994. p. 309 – 325.

_____. **A Terra é um nó na sociedade brasileira... Também nas cidades**. Petrópolis. Cultura Vozes. 1999.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano

no Brasil. In: ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. (Org.) **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia. [et al.] **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo/Carta Maior, São Paulo, SP. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6ª ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSABKI, Tomás Carrera. **Cidade em disputa, realidade social urbana de Florianópolis-SC: conflitos e política de planejamento na cidade-mercadoria**. Relatório de Iniciação Científica. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Após pedido do MPF/SC, Justiça Federal suspende audiência final do anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis** – Nova tentativa de conciliação será realizada. 20 jul. 2017. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/470219716/apos-pedido-do-mpf-sc-justica-federal-suspende-audiencia-final-do-anteprojeto-do-plano-diretor-de-florianopolis?ref=serp> Acesso em: 20 de jul. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Brasília, DF, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2018). **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Brasília, DF.

MINISTÉRIO DO TURISMO. 2019. **Categorização 2019/2021 do Programa de Regionalização do Turismo Brasileiro**. Brasília. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=272. Acesso em: 26 fev. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. 2019. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro – Perguntas e Respostas**. Brasília, DF.

MOREIRA, Fernanda Accioly. **O lugar da autogestão no governo Lula**. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação da FAU-USP, 2009. 195 p.

MOREIRA, Marcos. **Visão Guarani sobre o Tekoa**: Relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o território. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

MST. Juliana Adriano. MST em Santa Catarina comemora 35 anos com atos de solidariedade. 27 de maio de 2020 Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/27/mst-em-santa-catarina-comemora-35-anos-com-atos-de-solidariedade/>. Acesso em 10 ago. 2020.

NDMAIS. **Prefeitura de Florianópolis mantém realização de audiências do Plano Diretor** - Justiça considera as novas audiências desnecessárias. 05 jul. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/justica/prefeitura-mantem-audiencias-plano-diretor/> Acesso em: 20 jul. 2020.

NÓBREGA, Ana Kelly Ferreira. Ocupar a cidade: quando o Recife vai ao Cais José Estelita. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2016. 147 p.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis** / Azânia Mahin Romão Nogueira; orientador, Nazareno José de Campos, 2018. 137 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

NÓR, Soraya; CAVANUS, Aline Vicente; SOUZA, Gustavo Rodrigo Faccin Araújo de. O Instituto Arco-íris e uma crítica ao Projeto Urbano em Florianópolis. **arq.urb**, v. 21, p. 76-88, 2018.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **A história do turismo em Florianópolis**: narrada por quem a vivenciou (1950-2010). Florianópolis: PalavraCom, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes**. In: Contradições urbanas e movimentos sociais – São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1977.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULANI, Leda. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n. 10 abr./jun. 2012. p. 89-102.

PEREIRA, Elson Manoel. Qual o planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. **Geosul**, Florianópolis, v. 25, n.49, jan./jun. 2010.

_____. **Gestão do espaço urbano**: um estudo de caso das áreas central e continental da cidade de Florianópolis. 1992. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis,

1992.

PEREIRA, Elson; CUNHA, Luis. **Práticas insurgentes no planejamento urbano municipal: a experiência do Campeche em Florianópolis-SC.** [Artigo em evento]. Natal: XVIII ENANPUR, 2019.

PEREIRA, Moacir. **Justiça Federal revoga novo Plano Diretor de Florianópolis.** 10 mar. 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2014/03/10/justica-federal-revoga-novo-plano-diretor-de-florianopolis/?topo=67,2,18,,,67> Acesso em: 20 jul. 2020.

PERES, Lino. **Reuniões do Plano Diretor repetem (e pioram) encenação de 2013 – Parte 1.** 07 out. 2014. Disponível em: <http://www.professorlinoperes.com.br/pagina/285/reunioildees-do-plano-diretor-repetem-e-p>. Acesso em: 20 jul. de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico.** v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PORTER, Michael E. **Competição: Estratégias competitivas essenciais.** 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1999.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **O Planejamento Urbano no Contexto da Globalização: Caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis, Santa Catarina / Paulo Marcos Borges Rizzo; orientador, Elson Manoel Pereira.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, SC, 2013. 327 p.

_____. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia: caso de Florianópolis (1950 a 1990).** Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 1993.

RODRIGUES, Antonio Jacinto. **Urbanismo y revolución.** Madrid: H. Blume Ediciones, 1979.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia.** Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação da FAU-USP, São Paulo, 2013. 233 p.

RODRIGUES, Fernando Matos. **Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento urbano: cenários de proteção ecossistêmica e expansão urbana no entorno da estação ecológica de Carijós – Florianópolis-SC.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Dez anos do Estatuto da Cidade:** das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian V.; SILVA, Maria Lais P. (Org.). *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. p. 87-104.

_____. **Democracia no fio da navalha:** limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.11, n. 2, p. 31-50, nov. 2009.

SÁ, Mohana Faria de. **Processo de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) do Empreendimento Sapiens Parque.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SABOYA, Renato. **PD Florianópolis:** crônica de uma morte anunciada. 25 abr. 2010. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2010/04/25/pd-florianopolis-chronica-de-uma-morte-anunciada/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SAMPAIO JR., Plínio de A. **A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes,** paper não publicado. 2001.

SAMPAIO, Juliana Búrgio. **Florianópolis no processo de elaboração de seu Plano Diretor Participativo entre 2006 e 2014:** Um território em disputa. 2016. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 639f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SAPIENS PARQUE, 2019. **Sapiens Parque - Página do Facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/SapiensParque/photos/a.1750413625173232/2311172232430699/?type=3&theater>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SAPIENS PARQUE. 2018. **Projeto Sapiens Parque.** Disponível em: <http://www.sapiensparque.com.br/>. Acesso em: julho de 2018.

SCHVASBERG, Benny. Quem disse que ia ser fácil? Dez anos do Estatuto da Cidade, avanços e dilemas, mais moradias e menos cidades: pontos para uma agenda política urbana comprometida com o direito à cidade. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Laís Pereira da. (Org.) **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2012.

Secretaria do Estado da Fazenda. (2012). **Estatísticas e Indicadores – Municípios. Governo de Santa Catarina.** Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/31/Estat%C3%ADsticas_e_Indicadores_-_Munic%C3%ADpios. Acesso em: 19 fev. 2020.

SEMANARIO CATARINENSE. 2020. **Projeto Distrito 48 vai transformar área central de Floripa através da economia criativa.** Disponível em: <https://semanario-sc.com.br/noticia/183/projeto-distrito-48-vai-transformar-area-central-de-floripa-atraves-da-economia-criativa.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SEPAG. 2016. **Saiba o que a Rota da Inovação tem a ver com o seu futuro.** 2016. Disponível em: <https://www.sepagconstrutora.com.br/site/saiba-o-que-rota-da-inovacao-tem-ver-com-o-seu-futuro/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária”** – Fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular. 2ª ed., 2017.

_____. **Um balanço da reta final do PDP.** 2016. Disponível em: <https://pantanodosul.blogspot.com/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SHIMBO, Lucia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Tese de doutorado da Universidade de São Paulo - USP, São Carlos, 2010.

SILVA, Beatriz Francalacci da. O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis. **Cadernos Metrôpole**, v. 13, n. 25, p 163-184, 2011.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.7, n. 1, maio 1997.

SILVA, Sílvio Domingos Mendes da. **O papel do poder público local nos processos participativos de planos diretores em Santa Catarina.** Tese de doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2014.

SIMONI-SANTOS, Cesar. Dos negócios na cidade a cidade como negócio. **Revista Cidades**, v. 3, n. 5, p. 101-122, 2006.

SIQUEIRA, Marina Toneli; SCHLEDER, Carolina Silva e Lima; MAGNANTI, Isabella. Áreas de Urbanização Especial: As possibilidades e os entraves na implementação de novos instrumentos de planejamento urbano em Florianópolis, SC. **Anais XVIII ENANPUR Natal**. 2019.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007.

_____. Hacia una teoría de la gentrificación: un retorno à la ciudad por el capital no por las personas. In: Herrera, L.; Bel, F. **Neil Smith: gentrificación urbana y desarrollo desigual**. Barcelona: Icaria, 2015, p. 77-113.

SOUZA, Isabel Cristina Nunes de; CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. Conflitos fundiários urbanos e a ocupação “Pinheirinho”: acesso à moradia e remoção forçada. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba, v.11, p. 1-21, fev. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Jéssica Pinto de. **O plano diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis.** 2010. 133 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2010.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130. (Geografia em movimento).

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

_____. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: ABRAMO, Pedro (Coord.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: Antac, 2009. 336 p. (Coleção HABITARE/FINEP).

_____. A localização das intervenções viárias intra-urbanas, a distribuição espacial das classes sociais e a dinâmica imobiliária. In: VI Encontro Nacional da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1995, Brasília. ANPUR – **Anais do VI Encontro Nacional: Modernidade, Exclusão e a Espacialidade do Futuro**. Rio de Janeiro: ANPUR – IPPUR/RJ, 1995. v. 1. p. 585-605.

_____. **As intervenções viárias e as transformações dos espaços urbanos. A Via de Contorno Norte-Ilha**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1994.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399 – 426, nov. 2012.

TAVARES, Elaine. **A luta pela moradia em Florianópolis**. Desacato. Disponível em: desacato.info/a-luta-pela-moradia-em-florianopolis/. Acesso em: junho de 2019.

TAVARES, Maria da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Edunicamp, 1986.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**, v. 66, p. 1-11, 2009.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. [S.l.]: [s.n.], 1996.

TRINDADE, Clarissa da Costa. **Limites e possibilidades de uma gestão democrática do ambiente urbano – o caso do aterro do Saco dos Limões Florianópolis-SC**. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2000. Programa De Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental.

TRINDADE, Larissa Carvalho. **Os manguezais da Ilha de Santa Catarina frente à antropização da paisagem**. 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2009.

UDESC. 2013. **Udesc integra projeto Rota da Inovação em Florianópolis**. 2013. Disponível em:

https://www.udesc.br/noticia/udesc_integra_projeto_rota_da_inova%C3%A7%C3%A3o_em_florian%C3%B3polis. Acesso em: 10 jan. 2021.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia. [et al.] **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo/Carta Maior, São Paulo, SP. 2013

_____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VENTURA, Bárbara Santos. Subsídio para o desenvolvimento de estudo de viabilidade técnica – projeto de assentamento comuna Amarildo de Souza. Florianópolis, Agosto 2016. (relatório técnico).

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WOLFF, Edson Avila. **As bases de um planejamento urbano participativo em Florianópolis: os últimos anos do plano diretor do distrito sede de 1997**. 2015. 364 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANFER, Gustavo. **Cancelamento do Censo 2021 deixa o Brasil às cegas em meio à pandemia**. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cancelamento-do-censo-2021-deixa-o-brasil-as-cegas-em-meio-a-pandemia/> Acesso em: 10 maio 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA INTEGRANTES ASSENTAMENTO COMUNA AMARILDO

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Feminino () Masculino ()

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Superior Completo () Superior Incompleto

() Outros. Qual? _____

Origem: _____

Ocupação: _____

1. Desde quando você está no movimento? E qual a sua forma de participação?
2. Você já participou de outros movimentos? Se sim, quais?
3. Como souberam da área a ser ocupada?
4. Como era a forma de organização na época da ocupação?
9. Como se deu o processo de ocupação?
6. Quantas pessoas passaram pela ocupação ao longo dos seus deslocamentos?
7. Havia apoio de outros movimentos e entidades? Se sim, quais?
8. Que dificuldades a ocupação teve? (Jurídicas, sociais, externas e organizativas e internas)
9. O que você aprendeu com a ocupação?
10. Como o movimento se organiza?
11. Tem contato com outros movimentos (rede de apoio)? Quais? Quando ocorreu esse contato e como?
12. Que dificuldades você acredita que o movimento tenha na sua organização interna?
13. Que dificuldades você acredita que sejam externas, de ordem jurídica, etc...?
14. Que mudanças ocorreram da ocupação para o assentamento?
15. O que o assentamento de vocês tem de diferente de outros assentamentos?
16. A participação é uma questão importante no assentamento? Como ela ocorre?
17. Quais os princípios e objetivos do assentamento?
18. Quais os desafios atuais do assentamento?
19. Como o movimento interage com os meios institucionais?

20. O que você entende por direito à cidade?
21. Como se dá o contato com o poder público?
22. Como é o contato com técnicos independentes, órgãos, ONGs, ou entidades?
23. Como é o contato com a universidade?
24. Como acredita que a universidade poderia contribuir?
25. Vocês acessam algum financiamento do governo? Se sim, qual? Se não, por que?
26. Como acredita que o governo poderia contribuir para o assentamento? Acredita que poderia ter alguma política pública que contribuísse?
27. Tem conhecimento das políticas públicas atuais? Como vê as políticas que existem atualmente?
28. Acredita que há espaço de participação no governo?
29. A relação com a institucionalidade mudou ao longo do tempo? (diferentes governos, prefeituras, gestões, etc)
30. participou de algum processo do plano diretor? Se sim, como foi?
31. Poderia citar outras pessoas do poder público, prefeitura, universidade, empresários, figuras relevantes da época da ocupação?
32. Que papel acredita que o movimento cumpre na cidade?
33. Algo mais que gostaria de falar e que acha importante?

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA INTEGRANTES DO
INSTITUTO ARCO-ÍRIS**

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Feminino () Masculino ()

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Superior Completo () Superior Incompleto

() Outros. Qual? _____

Origem: _____

Ocupação:

1. Desde quando ocupam o prédio?
2. Como souberam do lugar e decidiram ir para lá?
3. Houve tentativas de despejo? Como foi?
4. Como a gestão do arco-íris se organiza?
5. Como é a interação com os meios institucionais?
6. Qual o debate sobre direito à cidade?
7. Como é o contato com integrantes do poder público?
8. Como é o contato com técnicos independentes/autônomos?
9. Como é o contato com a universidade?
10. Como é o contato com outros movimentos? (rede de apoio?)
11. Acessam algum financiamento do governo?
12. Desde quando atuam no espaço?
13. Já participou de outros movimentos?
14. Que dificuldades tiveram?
 - 14.1. Jurídicas/sociais e externas
 - 14.2. Organizativas e internas
15. Quem faz parte?

APÊNDICE C**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA INTEGRANTES DO PODER PÚBLICO**

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Feminino () Masculino ()

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Superior Completo () Superior Incompleto

() Outros. Qual? _____

Origem: _____

Ocupação:

1. Como se dá a participação popular na prefeitura?
2. Como é a relação do poder público com os movimentos sociais?
3. Como a prefeitura lida com as ocupações?
4. Os mecanismos do Estatuto da Cidade são utilizados? Por que?
5. A função social da propriedade é uma questão no planejamento?
6. A desapropriação é uma prática?
7. A estrutura jurídica é um empecilho na promoção de ações por parte do poder público?
8. Você lembra quando ocorreu a Ocupação Amarildo? Que impacto isso teve na prefeitura? Como foi abordado? Qual foi a sua relação?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA INTEGRANTES DA UNIVERSIDADE / TÉCNICOS INDEPENDENTES/ ARQUITETOS

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Feminino () Masculino ()

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Superior Completo () Superior Incompleto

() Outros. Qual? _____

Origem: _____

Ocupação:

1. Que papel você acredita que a universidade pode exercer na democratização da produção do espaço?
2. Como a universidade interage com os movimentos sociais?
3. Como você acha que ela deveria interagir?
4. No caso das ocupações e assentamentos existentes em Florianópolis, como a universidade se relaciona com esses movimentos?
5. Cite movimentos de luta pela terra e direito à cidade em Florianópolis (ocupações, culturais, moradia, assentamentos) que você acha que tiveram papel relevante na produção do espaço da cidade.
6. Como o arquiteto pode atuar nesses movimentos?
7. Como você acredita que os movimentos sociais podem interferir na produção do espaço?
8. Você lembra quando ocorreu a Ocupação Amarildo? Que impacto isso teve na cidade? Como foi noticiado? Qual foi a sua relação?

APÊNDICE E**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS****(LEI N. 9.610/98)****UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO****INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO****PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO****AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS****(LEI N. 9.610/98)**

Pelo presente Instrumento Particular, eu, _____, RG. nº. _____, expedido pelo(a) _____, e CPF _____, residente e domiciliado na _____, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ônus, à Aline Vicente Cavanus, estudante do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, a utilização de imagem e de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido durante a pesquisa “Processo de Luta por Terra e Direito à Cidade: a Atuação dos Movimentos Sociais em Florianópolis-SC”, tais como fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como apresentações, palestras, exposições, material impresso, CD, DVD, rádio, televisão, bem como sua disseminação via internet, sem limitação de tempo ou número de exposições. Através desta, também faço a CESSÃO a título gratuito e sem qualquer ônus de todos os direitos relacionados à imagem, bem como autorais dos trabalhos desenvolvidos, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos. A presente autorização e a cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor. _____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

APÊNDICE F**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO COMUNA****AMARILDO****UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP****INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IAU****PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO –****PPGAU****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO COMUNA****AMARILDO****(Resolução 466/2012 do CNS)****PROCESSO DE LUTA POR TERRA E DIREITO À CIDADE: A ATUAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS EM FLORIANÓPOLIS-SC**

Eu, Aline Vicente Cavanus, estudante do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP o(a) convido a participar da pesquisa “Processo de Luta por Terra e Direito à Cidade: a Atuação dos Movimentos Sociais em Florianópolis-SC” orientada pelo Prof. Dr. Tomas Antonio Moreira. A participação popular é uma conquista de nossa legislação, mas ainda não se tornou uma realidade de fato na produção das cidades brasileiras. O processo de produção de nossas cidades não tem sido democratizado, pois a população em geral não tem as ferramentas necessárias para ser sujeito nesse processo. A partir dessa perspectiva, este projeto de pesquisa pretende compreender como a participação direta e a luta por direitos e moradia podem colaborar para uma transformação socioespacial e que papel técnicos e movimentos sociais podem desempenhar na construção de uma sociedade mais justa e participativa, relacionado participação popular, ocupações urbanas e direito à cidade na produção do espaço urbano. O objetivo geral desse projeto é explicar o processo de luta pela terra em Florianópolis – SC, no período de 2001 a 2017, promovido pelos movimentos sociais e suas ações na produção do espaço. Tendo como objetivos específicos: Analisar experiências na luta por terra e direitos em Florianópolis – SC no período de 2001-2017, selecionando três estudos de caso; Analisar a dinâmica de organização de três estudos de caso selecionados, entre os movimentos de luta por direito à cidade em Florianópolis – SC: suas origens, composição, forma de organização interna, relação com a cidade e contexto em que estão inseridos; Analisar o papel dos diferentes atores nesse processo: a prefeitura e os agentes públicos, os grupos privados, os arquitetos e técnicos e os movimentos sociais; Analisar os espaços oficiais de participação em Florianópolis-SC e seu histórico. Você foi selecionado

(a) por ser integrante do movimento social “Comuna Amarildo” na Grande Florianópolis, em Santa Catarina. Você será convidado a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem o histórico e atuação no movimento social. A entrevista será individual e realizada no próprio local de trabalho ou em outro local, se assim o preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Outros riscos possíveis são cansaço, irritação ou desistência. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes. Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Arquitetura e Urbanismo, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades de atuação na produção do espaço, assim como no debate de participação popular e direito à cidade. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho. Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador ou à Universidade Estadual de São Paulo. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa. Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo

pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana): Pesquisador Responsável: Aline Vicente Cavanus

Local e data: _____

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante